

MAGALI A. POSSAN

A MALHA ENTRECruzADA DAS AÇÕES
As Experiências de Organização dos Trabalhadores
Metalúrgicos de Campinas
(1978 - 1984)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Dep-
to. de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ci-
ências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo
L. C. Antunes.

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 28/11/1996.

Banca:

Prof. Dr. Ricardo L. C. Antunes (orientador)

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

Prof. Dr. Sérgio S. Silva

Profa. Dra. Angela M. C. Araújo (suplente)


Edmundo de Fernandes Dias
Sergio

Novembro / 1996



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
T/	Unicamp
P843m	
V.	
TCM80 BC/	29423
PROC.	281/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	16/01/97
N.º CPD	

CM-0009749 1-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P843m

Possan, Magali A.

A malha entrecruzada das ações: as experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978 - 1984) / Magali Possan A. . - - Campinas, SP: [s.n], 1996.

Orientador: Ricardo L.C. Antunes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo. 2. Metalúrgicos - Campinas (SP). 3. Movimento operário. 4. Participação social. 5. Igreja - Campinas (SP). I. Antunes, Ricardo L.C. (Ricardo Luis Coltro), 1953 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A MALHA ENTRECruzADA DAS AÇõES
As Experiências de Organização dos Trabalhadores
Metalúrgicos de Campinas
(1978 - 1984)

*“Todo esse tempo
Foi igual a dormir num
navio
Sem fazer movimento
Mas tecendo o fio
Da água e do vento”*

(J. Bosco e A. Blanc - “O cavaleiro e os moinhos”)

*Para Geraldo e Adoracy, meus pais
à memória de Aurélio Garcia*

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	05	
Introdução.....	07	
Capítulo I		
No entrecruzamento de experiências a configuração de uma nova organização sindical	14	
A diversidade política e sindical na experiência de organização dos trabalhadores		23
<i>O processo de criação do PT e as lideranças sindicais</i>		26
<i>Oposição Sindical: a constituição de uma identidade</i>		29
<i>O papel da Igreja</i>		33
<i>As grandes tendências no interior da luta sindical pré-Conclat</i>		35
Capítulo II		
O germinar da experiência de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas.....	57	
<i>Região de Campinas: antecedentes sócio-econômicos</i>		59
<i>O bairro como espaço de ressocialização</i>		64
<i>O bairro como espaço de resistência e experiência de organização</i> ..		67
<i>Outros caminhos da resistência e organização</i>		79
Capítulo III		
A diversidade política e sindical na experiência de construção do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas	87	
<i>A Oposição Metalúrgica de 78</i>		88
<i>A explicitação da diversidade conflituosa: a greve de 79</i>		100
<i>As redefinições no quadro político-sindical e a recomposição do Movimento de Oposição Metalúrgico de Campinas</i>		113
<i>As eleições de 81: a busca da unidade possível</i>		145
Capítulo IV		
A conformação e o fortalecimento de um pólo do sindicalismo combativo do interior	155	
<i>A afirmação da identidade da Oposição Metalúrgica de Campinas</i> ..		157
<i>A consolidação de um projeto de direção político-sindical</i>		175
Conclusão	189	
Entrevistados	194	
Bibliografia	196	

Agradecimentos

Encerrar esta dissertação de mestrado, mais do que dar um passo a diante, significa para mim, estar fechando um momento de minha vida. E os momentos de nossas vidas são feitos de acontecimentos e pessoas.

Sou muito grata a Ricardo Antunes que em tudo que realiza, seja como professor, orientador, intelectual comprometido, sempre o faz com competência e rigor, sem no entanto perder a dimensão do humano e o respeito às diferenças. Por seu constante entusiasmo e disponibilidade, meu muito obrigada.

No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp onde estou desde a graduação, quero agradecer à todos os funcionários pela atenção que sempre souberam dar. Aos professores Fernando Lourenço, Regina Bega dos Santos e Carlos Rodrigues Brandão pessoas por quem tenho afinidade e carinho. Aos professores Armando Boito Jr. e de forma muito especial a Edmundo Fernandes Dias, pelas observações e sugestões feitas no exame de qualificação. Aos amigos da universidade Flávia Galizoni, Inara Simplicio, Paulo Sérgio Barreto, Nise Jinkings, Jesus Ranieri, Marta Toledo e outros que possivelmente estou esquecendo, pela amizade e pelos bons momentos que juntos compartilhamos.

Muitas pessoas às vezes com um simples gesto me encorajaram a iniciar esta trajetória e, mais do que isso, a não desistir e nela permanecer até agora: Glória e Margarida amigas queridas do curso de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP (pelo afeto), Beto (pela amizade), Ritinha (pela presença sempre constante e pela amizade tão sincera), Terezinha (pelos conselhos amigos), Dr. Milton L. de Souza (por instigar meus “demônios”), Luís Roberto

Benedetti (pela leitura do projeto de qualificação e pelas sugestões). À todos sou muito grata.

Aos companheiros de trabalho da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, pela compreensão, amizade e apoio.

Agradeço a possibilidade e o acesso que me foi permitido aos documentos utilizados em minha pesquisa pelo Setor de Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (de forma muito especial à Tina); ao Centro de Documentação e Comunicação da Arquidiocese de Campinas (na pessoa do Pe. Arlindo de Nadai); à Pastoral Operária de Campinas (em especial a Genô); ao Arquivo Edgard Leuenroth na Unicamp.

Aos que me concederam entrevista, fonte fundamental para este trabalho, pela disponibilidade e boa vontade com que me receberam e por tudo o que me proporcionaram através de suas falas, suas análises, suas histórias, suas emoções...

Finalmente, à meus pais Geraldo e Adoracy, minha gratidão pela presença sempre tão constante e amiga em minha vida e pelos valores fundamentais que me transmitiram. Agradeço o apoio financeiro que me possibilitaram sem o qual eu não conseguiria finalizar esta dissertação. A Adoniran meu irmão, pelo incentivo que sempre me deu e também a Luiza, pela amizade e carinho. A Flávio, que durante esses anos tem me propiciado viver com alegria - pela amizade, compreensão e companheirismo.

Registro e agradeço o apoio que obtive da CAPES a qual financiou parte deste trabalho, assim como do FAEP/ UNICAMP pelo auxílio concedido para finalização do programa.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva apreender as experiências dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas, suas práticas políticas e ações a partir de um quadro de diversidade político-ideológica. Tomamos como referência os anos de 1978 a 1984, quando nasceu o movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e quando esta foi eleita para a direção do sindicato, respectivamente.

Partindo do que nos anos 70 foi tomado como evidências de uma *novidade* das quais os movimentos seriam portadores - as novas formas de organização e participação política, os novos espaços sociais onde se davam as práticas e os discursos, os procedimentos da chamada “democracia de base”, entre outros - procuramos resgatar os conteúdos políticos, sindicais e ideológicos presentes nas práticas desses trabalhadores e o lugar onde aconteciam, buscando caracterizar a diversidade conflituosa que compõe o movimento. Pudemos observar o que particularizou a experiência dos metalúrgicos de Campinas neste período e em que medida forjou-se, ao longo do processo, uma força político-sindical no interior do sindicalismo, refletindo no contexto local, regional e nacional.

Que interesse poderia haver hoje uma reflexão acerca de um movimento de trabalhadores metalúrgicos, que data dos finais dos anos setenta? Afinal de contas, as questões que estão dadas no cenário político brasileiro e as que o movimento sindical se depara atualmente, parecem bastante diversas e até mesmo distantes das grandes discussões ocorridas nas últimas décadas. Mesmo diante de um passado tão recente, somos tentados muitas vezes a esquecer ou

enterrar essas experiências como se não tivéssemos nada a falar sobre elas ou sobre os desafios do presente.

Parece-nos significativo esse processo de diluição das experiências sociais ocorridas nas décadas de 70 e meados de 80, que representaram rupturas nas práticas e nos projetos políticos da sociedade brasileira. A força do Estado todo poderoso, lugar por excelência da eficácia e legitimidade políticas, se reatualiza de tal modo que é capaz não somente de se sobrepor a estas experiências mas, principalmente, desqualificá-las. Congeladas como dados objetivos do passado, às vezes lembradas apenas como exemplo dos “duros anos de resistência” ou como “novidades nas práticas políticas”, essas experiências parecem ter perdido sua razão de ser. As alternativas colocadas naquele presente e que teceram o cenário político daquela conjuntura parecem ter passado por um processo de esquecimento, ou melhor, de diluição dos acontecimentos e de sua singularidade.

É natural que surjam novos problemas, novas questões e ênfases, reque-
rendo reflexão seja de cunho teórico ou político. No entanto, o problema está
dado quando se institui a partir daí uma ruptura entre o presente e o passado,
como se o hoje não tivesse absolutamente nada a ver com o ontem. Por conta
da velocidade e profundidade das transformações sociais e tecnológicas nas
últimas décadas, somos tomados por uma maneira de perceber o mundo como
algo atemporal, onde parece não haver mais a conexão orgânica entre presente,
passado e futuro, criando-se assim uma sensação de estarmos vivendo um
“eterno presente”. Parece-nos no entanto que a imposição dessa forma de ver
o mundo, traz em si algo como que uma tentativa de apagamento dos aconteci-
mentos, uma desmemória. O mundo - que só existe pelo fazer dos homens -
acaba sendo reduzido ao imediato e ao contingente, correndo-se assim o risco

de não mais se identificar, ao seu tempo e em seu espaço, as experiências que os homens têm das coisas e de si mesmos.

É certo que do ponto de vista das ações políticas, muitas das evidências e características dos movimentos sociais e políticos atuais da sociedade brasileira parecem ter caído numa retórica vazia. Para alguns, talvez com certo desconforto regado de decepção, as experiências passadas parecem ter se desfigurado no desenrolar histórico perdendo a sua capacidade de reinvenção. No entanto é possível afirmar, que se não foram fortes o suficiente para se sobreporem à uma *tradição* e à uma *cultura política* disseminada por toda a sociedade brasileira, também é verdade que foram capazes de instituir práticas diferentes e novos significados para a ação política, que de uma forma ou de outra permeiam a malha entrecruzada dos fios que tecem o cenário político da conjuntura atual.

Para felicidade de uns e infelicidade de outros a história não acabou. Se recusarmos a idéia de predeterminação, faz sentido que interroguemos essas experiências, porque elas transcendem o seu próprio momento. Da mesma forma que são frutos da incorporação, reinterpretação e reelaboração de tradições com matrizes sociais, políticas e culturais distintas, elas transformam-se em pressupostos da nova realidade ao entrecruzar-se com outras tradições.

Dessa forma, ao buscarmos realizar este estudo procuramos interrogar antes de mais nada a *singularidade* de um movimento social em sua época. Não se pretendeu a realização de uma reconstrução histórica do movimento dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas, portanto não se trata de um trabalho de documentação histórica - aliás sempre necessário. A pretensão foi a de reativar nesse movimento as diferentes práticas que o instituiu, os espaços políticos onde germinaram e as linguagens por ele perpassadas e produzidas.

Para viabilizar este estudo, realizamos pesquisa documental e entrevistas, além da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa documental foi realizada no Setor de Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, no Centro de Documentação e Comunicação da Arquidiocese de Campinas (que se encontra desativado atualmente), na Pastoral Operária de Campinas, além da utilização de materiais de “arquivos pessoais”.

Nos deparamos com uma documentação primária, não muito vasta, baseada em fontes tais como jornais alternativos e da grande imprensa, em especial os de Campinas e também materiais produzidos por diferentes movimentos, como jornais e panfletos. É interessante salientar nesse sentido, que a documentação existente é bastante datada e demonstra que este foi um período muito rico, onde os movimentos popular e sindical juntamente com os movimentos vinculados à Igreja Católica eclodiram na Região de Campinas, marcando presença na vida política e merecendo grande atenção por parte da imprensa local.

No entanto, chamou-nos atenção o fato de que pudemos encontrar a maior parte da documentação em instituições vinculadas à Igreja, sendo um dos poucos espaços que procurou registrar minimamente, naquele momento, os movimentos ocorridos na região, demonstrando em certo sentido o peso da Instituição no período pesquisado.

A documentação reunida, a nosso ver desprovida em sua maioria de qualquer referência e produzidas com recursos precários de acordo com a demanda imediata dos movimentos, de forma geral, não tinha sido objeto de organização metódica. Além disso, a documentação escrita deixava muitas dúvidas sobre a orientação dos diferentes grupamentos no interior do movimento,

sendo necessário compreender mais profundamente a lógica que regia a constituição das diferentes práticas e espaços onde elas aconteciam.

É nesse sentido que optamos pela realização e utilização de entrevistas, por entendermos que através delas teríamos a possibilidade de recuperar, mais do que dados e fatos, traços diferenciadores no interior das experiências, além da cultura da qual os depoentes são portadores. Em suas descrições daquilo que viveram, viram, pensaram e avaliaram, foi possível identificar como as condições contingenciais daquele momento foram ganhando sentido para essas pessoas, ao mesmo tempo que os acontecimentos vividos, ao serem “contados”, passaram por um processo de interpretação e elaboração a partir de distintos valores e referências. Por fim, na diversidade dos relatos foi possível perceber os contornos das diferentes experiências, onde estavam inscritas práticas singulares.

Pudemos dessa forma, a partir destas fontes, delinear minimamente o cenário social, político e sindical dado naquele momento e as experiências dos trabalhadores metalúrgicos da região de Campinas nele inscrito.

O primeiro capítulo trata-se da reorganização sindical iniciada em finais dos anos 70 a nível de Brasil. Nele procuramos discutir a idéia de que a partir do entrecruzamento de diferentes experiências e da diversidade político-ideológica que caracterizou este processo, configurou-se uma nova organização sindical. Ao traçarmos um quadro que vai de finais da década de 70 a meados dos anos 80, abordamos os diferentes grupamentos presentes no movimento de rearticulação sindical - vinculados à partidos, tendências de esquerda, à Igreja e aos sindicatos oficiais. Procuramos identificar a partir da rica pluralidade político-ideológica como esses grupos se colocavam e se articulavam e como foram se configurando, a partir disso, as grandes tendências sindicais da década de

80, percorrendo os caminhos de importantes encontros e congressos de trabalhadores no período.

A partir disso e dentro das condições anteriormente delimitadas, passamos a analisar as experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas e região propriamente dita, dentro de um processo entendido enquanto *desestruturação e reestruturação* dos espaços onde aconteciam as experiências coletivas e a prática político-social¹.

No segundo capítulo, enfocamos o *germinar* desta organização, procurando demonstrar que tal processo foi possibilitado pelas transformações do ponto de vista da materialidade e da subjetividade ocorridas com esses trabalhadores². Para isso, nos detivemos na caracterização sócio-econômica da região assim como nos diferentes *espaços* a partir de onde iniciaram as primeiras experiências organizativas, atribuindo ao bairro neste processo (e à Igreja em especial), a condição de *locus* privilegiado e lugar possível de resistência e or-

¹ Trata-se aqui da noção trabalhada por Vera Telles, de que a novidade dos movimentos sociais deste período é dada pelo processo de “desestruturação/reestruturação dos espaços tradicionais da política”, entendido enquanto “re-significação da própria política”. Este processo não está relacionado apenas com as condições objetivas, mas se relaciona também com a “nova visibilidade e sentido político adquirido por práticas articuladas em várias dimensões da vida cotidiana.” (1984:29/30).

² Compreendemos a “subjetividade” dentro dos parâmetros dados por Marx em que a dimensão subjetiva dos homens encontra-se essencialmente no social, ou ainda, enquanto nexos da objetividade. A subjetividade nesse sentido, é pensada não como algo dado naturalmente ou como uma “essência interior” mas, pelo contrário, ela se constitui na prática humana a partir dos laços de sociabilidade que os homens criam uns com os outros, na articulação estabelecida entre o indivíduo e a dimensão de produção e reprodução da vida social; resulta assim, da contradição dinâmica entre o “ser singular” e o “ser genérico”, onde o indivíduo encontra a sua dimensão subjetiva nas relações que estabelece com outros homens, com o mundo e consigo mesmo (Cf. As obras de Marx: *Manuscritos Econômicos - Filosóficos, Teses sobre Feuerbach - Ideologia Alemã*).

ganização dos trabalhadores, chamando atenção também nesse sentido para a importância do espaço fabril.

No terceiro capítulo, tratamos da experiência de construção do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e da diversidade política e sindical nela inscrita. Passamos assim, pela formação do Movimento em 1978, pela sua desestruturação em meio à explicitação da diversidade conflituosa na greve de 1979 e por fim, pela sua recomposição a partir de um novo cenário político e sindical estabelecidos nos anos de 1980 e 1981.

No último capítulo, procuramos demonstrar como os anos de 1982 a 1984 puderam significar o fortalecimento de um pólo do sindicalismo combativo na região de Campinas. Nestes anos, a Oposição Sindical Metalúrgica acabou por firmar sua identidade frente à Pastoral Operária, estruturando-se efetivamente enquanto Movimento com capacidade de incidir diretamente nas suas bases e nas relações de poder no interior do sindicato e das empresas, consolidando a partir deste trabalho um projeto de direção político-sindical no interior do movimento sindical metalúrgico de Campinas e sendo eleita para a direção do Sindicato, conformando-se a partir daí uma força política no cenário sindical com possibilidades reais de intervenção nas discussões político-sindicais dadas a nível local, regional e nacional.

CAPÍTULO I

No Entrecruzamento de Experiências a Configuração de uma Nova Organização Sindical

“Se detemos a história num determinado ponto, não há classe, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinamos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em sua relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.”

(E.P. Thompson)

O período que vai dos finais dos anos 70 ao início da década de 80, foi para a história da organização social, popular, operária e sindical brasileira um período de experiências significativas e ricas, transparecidas em novas formas de organização e participação política, em que os acontecimentos ocorriam sob o signo de uma ruptura com tradições e práticas até então conhecidas, evidenciando-se assim a desestruturação de alguns espaços tradicionais onde as experiências da sociedade e da política aconteciam (Thompson, 1987). É evidente que este processo ocorreu em meio às tensões entre o *velho* e o *novo* que, no entanto, se entrecruzavam e reelaboravam as diversas experiências. Nos referimos aqui aos movimentos grevistas inaugurados em 78 no ABC paulista, às

chamadas “Oposições Sindicais” com suas experiências na organização de base, ao chamado “novo sindicalismo”, aos movimentos “Contra a Carestia”, de “Saúde”, de “Favelados”, entre tantos outros¹.

Do ponto de vista econômico, embora a economia brasileira já desfrutasse de um parque produtivo bastante diversificado e razoavelmente integrado, a realidade apontava para um aprofundamento da crise do “milagre” que se esboçara já no início da década de 70 e que se caracterizava pela queda da atividade econômica, pela recessão, pelo arrocho salarial e crescente aumento do desemprego (Singer, 1977). A estagnação econômica acabava por explicitar as deformações próprias da forma de crescimento adotada até então pelo regime militar que, a partir daí, começou a ser colocado em xeque por movimentos sociais e principalmente pelo movimento sindical.

No plano político, a sociedade brasileira dos finais dos anos 70 passava por um momento em que o regime militar dava os primeiros passos em direção à chamada “abertura”. A partir de 1974 o governo de Ernesto Geisel iniciara um projeto de distensão do regime que acabou por desembocar em 1979, já com o governo de João Batista Figueiredo, em um processo de “abertura política” que se caracterizou por ser lento, gradual e restrito, abrangendo amplas negociações com setores de oposição ao regime (Alves, 1984:319). A “abertura”,

¹ Há uma ampla bibliografia que discute no período referido, o que se convencionou chamar de “novos movimentos sociais”. Em sua maioria são estudos muito otimistas quanto ao alcance e possibilidades desses movimentos, ofuscando por vezes os seus limites. Entre outros Cf.: Singer, P. e Brant, V. C. (org.) (1981), *São Paulo: O Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes; Telles, Vera S. (1984), *A Experiência de Autoritarismo e Práticas Instituintes...*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, FFLCH; Laclau, E. (1986), “Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade Social”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.2; Scherer-Warren, I. e Krischke, P. J. (1987) *Uma Revolução no Cotidiano: Os Novos Movimentos Sociais*, São Paulo, Brasiliense; Sader, E. (1988), *Quando Novos Personagens Entraram em Cena...*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

como chamou a atenção Florestan Fernandes, foi um ponto decisivo dentro de um processo maior de *auto-reforma* da própria estrutura política capaz de soldar as necessidades de rearranjo político com os interesses diferenciados das frações burguesas preservando-se, ao mesmo tempo, a estabilidade da ordem (Fernandes, 1982:114). Este processo contou com momentos importantes como a Lei de Anistia Política, a Lei da Reforma Partidária e a Nova Lei Orgânica dos Partidos em 1979, as eleições gerais de 1982, uma série de Decretos Salariais que iam frontalmente contra os interesses dos trabalhadores, a abertura de negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e permeando tudo isso, a articulação da substituição do poder militar pelo civil, desembocando em 1984, no movimento por eleições diretas.

É dentro deste quadro rapidamente traçado que trataremos de resgatar, no decorrer deste estudo, as experiências de organização dos trabalhadores e dos grupamentos nelas inscritas, procurando demonstrar que a partir das diferenças no interior dos movimentos e da convivência conflituosa, foi se delineando uma nova configuração da organização sindical brasileira.

- 1 -

Se pensarmos no universo do mundo do trabalho, esse período foi marcado por uma série de agudas transformações no que diz respeito a materialidade, subjetividade e forma de ser do trabalho e também de seus organismos de representação. Apenas para citar algumas mudanças vivenciadas no âmbito da organização sindical, houve uma retomada das ações grevistas e muitas experiências aconteceram no sentido de consolidar a organização dos trabalhadores nas fábricas; ocorreu grande sindicalização de setores médios e do setor de serviços, houve extensão do associativismo sindical ao funcionalismo público e

uma maior organização do sindicalismo rural; além disso, ações de resistência em relação à estrutura sindical culminaram na criação de centrais sindicais ².

Não há dúvida, ao analisarmos o movimento sindical de hoje, que houve uma acomodação à estrutura oficial por parte inclusive de suas lideranças, persistindo muitos vícios do modelo sindical estatal. No entanto, também é verdadeiro o fato de que no processo de reorganização do movimento sindical inaugurado nos finais de setenta, a redemocratização da estrutura sindical pesou decisivamente e se impôs através das greves e mobilizações de massa, do reencontro dos sindicatos com suas bases (embora isso ainda seja um ponto nevrálgico em nosso sindicalismo) e do resgate de sua função como instrumento de representação e negociação coletiva (ainda que vigore atualmente um conjunto de leis restritivas)³.

Para Armando Boito Jr. (1991) a estrutura sindical, ou melhor, o “Sindicalismo de Estado no Brasil” manteve-se intacto, alterando-se apenas a “forma autoritária de gestão do modelo”. No entanto, preso a uma noção prefigurada da classe trabalhadora, este autor subestima a importância dos acontecimentos que permitiram falar na emergência de um “novo sindicalismo”, ainda que este traga de fato uma herança do modelo sindical atrelado ao Estado que, no contexto atual, tende a obscurecer seus aspectos inovadores. Além do mais,

² Cf. Antunes, Ricardo (1995) *O Novo Sindicalismo no Brasil*, Campinas, Pontes; Oliveira, Marco A. de (1994) “Avanços e Limites do Sindicalismo Recente”, In *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no Final do Século*, vários autores, Cesit/Unicamp, SP, Ed. Scritta, 1995.

³ Em relação às mudanças e permanências no campo legal, uma discussão atualizada poderá ser encontrada numa série de artigos do livro *O Mundo Do Trabalho - Crise e Mudanças no Final do Século*, op. cit., em especial a primeira parte “Contrato Coletivo de Trabalho”. Ver ainda “O interregno institucional - Mudança e Conservação na Constituição de 1988”, In Antunes 1995:42/44.

há que se reconhecer que no processo do sindicalismo brasileiro das últimas décadas imprimiu-se à estrutura sindical um novo dinamismo, ao mesmo tempo que, ao longo desse processo novos caminhos foram abertos no que diz respeito aos conflitos de classe e as relações trabalhistas no Brasil, na medida em que precipitou mudanças de atitudes dos trabalhadores e de suas lideranças, e forçou outros segmentos como os empresários e o próprio governo a, pelo menos, reconhecerem a existência de transformações neste âmbito das relações sociais.

De fato, se nos limitarmos a observar o aparato jurídico-institucional (o que não é o nosso caso), somos obrigados a reconhecer que as alterações foram pouco significativas. Elas porém não se restringiram a esse campo como procuraremos demonstrar no decorrer desse trabalho.

Ao olharmos as experiências de organização dos trabalhadores neste período, duas questões nos parecem evidentes. Em primeiro lugar, eram vividas em diversos espaços sociais, não homogêneos, que no entanto se interagiam; em segundo, havia um entrecruzamento de experiências individuais e de grupos, portadores de valores, referências e tradições diferenciadas.

O que se tem portanto, é uma diversidade de grupamentos e de pessoas que têm suas experiências de organização vinculadas a partidos, à organizações de esquerda, à Igreja Católica e aos sindicatos: militantes sindicais que foram contemporâneos das grandes mobilizações no pré-64 e que faziam críticas ao sindicalismo oficial atrelado ao Estado; operários católicos vinculados à Ação Católica, à Juventude Operária Católica e mais tarde à Pastoral Operária que enfatizavam a organização de base e de grupos operários nos locais de trabalho e moradia; trabalhadores que participaram da greve de 68 e que faziam oposição ao sindicalismo oficial e defendiam a organização de “comissões de fábrica” como alternativa de uma prática independente; militantes com origem nas

organizações clandestinas de esquerda que repensavam suas práticas e orientações políticas; militantes vinculados à tendências “radicais” de esquerda; militantes vinculados aos partidos tradicionais de esquerda (os PC’s); trabalhadores que antes de se integrarem à militância fabril e sindical, passaram por experiências reivindicatórias nos bairros e pelas CEBs; trabalhadores que se articulavam em movimentos de bairro; sindicalistas vinculados ao sindicato oficial mas que entravam em confronto direto com o Ministério do Trabalho; sindicalistas acomodados a este sindicato.

Conforme observou Leôncio Rodrigues, a rapidez com que o movimento sindical se rearticulou nesse período explica-se em grande medida pela permanência da estrutura sindical estabelecida (1991: 13/14). Esta por sua vez, se por um lado serviu para semear uma enorme burocracia composta por sindicalistas passivos e coniventes com a ordem autoritária, por outro, permitiu que dirigentes e militantes sindicais não identificados com o regime se mantivessem ativos e preservassem algum grau de articulação entre si.

Veja-se que no interior dos sindicatos oficiais mantiveram-se algumas correntes do pré-64 como os chamados nacionalistas, identificados com os partidos comunistas e com o extinto PTB, que puderam manter-se presentes ainda que de forma clandestina, a importantes categorias como os metalúrgicos, petroleiros, bancários e portuários, ressurgindo organizadas com o processo de abertura política. Ao longo dos anos 70 surgiram no interior dos sindicatos oficiais, sobretudo nos setores mais modernos da indústria paulista, novas lideranças sindicais com pouco ou nenhum vínculo com a tradição sindical do pré-64 e que estiveram à frente das primeiras grandes manifestações dos trabalhadores por melhores salários e condição de trabalho, que deram origem ao chamado “Novo Sindicalismo”. Ainda neste período, organizaram-se no interior de di-

versas categorias movimentos de “Oposição Sindical” que, embora fossem críticos severos e propugnassem o rompimento com a estrutura sindical, realizavam grande parte de suas atividades em torno do sindicato, como as assembléias, as campanhas salariais, as eleições, sendo que muitas delas tornaram-se oposição às direções sindicais oficiais.

Ao que parece, as principais correntes atuantes no movimento sindical brasileiro encontravam-se em larga medida organizadas em torno da estrutura sindical oficial, ou pelo menos a tinham como referência, como é o caso das Oposições⁴. É evidente que isso se explica de certa maneira, naquele momento, pelo fato do sindicato ser o único espaço legal de atuação, que contava com um aparato nada desprezível na tarefa de arregimentação e mobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, em que pesem as diferentes concepções e formas de ação sindicais, as novas lideranças viam no controle do aparelho sindical a possibilidade de acesso à recursos e aos próprios trabalhadores.

No entanto, a reorganização coletiva dos trabalhadores nesse período foi um processo amplo que aconteceu nos espaços sociais mais variados, a exemplo das experiências subterrâneas de organização operária que se desenvolveram no interior das fábricas e que expressavam a recusa e o descontentamento dos trabalhadores frente à superexploração do trabalho, a resistência contra a opressão de chefias e as más condições de trabalho nas fábricas. Essas ações,

⁴ “O papel da Oposição Sindical é o de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da organização de fábrica. Deve ficar claro que combater a atual estrutura sindical não significa negar a importância da atuação nos sindicatos atrelados. Em certos momentos eles têm demonstrado que é [sic] um órgão que consegue mobilizar os trabalhadores que têm esbarrado nas diretorias pelegas e na estrutura atrelada, mas que podem levar a lutas importantes. Por isso, essas mobilizações podem e devem servir para a construção de um sindicalismo independente dos patrões e do governo.” (*In I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo*, mimeo., março de 1979).

que não estabeleciam vínculos diretos com os sindicatos, manifestavam-se desde formas individuais de confronto direto entre trabalhadores e seus superiores, até manifestações de inconformismo mais elaboradas, como a sabotagem e as chamadas “operação tartaruga”, “operação vaca brava”, entre outras⁵.

As experiências a partir dos bairros e das comunidades vinculadas à Igreja, também permitiram a mobilização e organização dos trabalhadores numa articulação que interagiu os movimentos de trabalhadores com os movimentos populares nos bairros sem que houvesse, a princípio, uma referência imediata ao sindicato. Esta estratégia de organização e resistência operária foi se efetivando e tomando corpo na medida em que as dificuldades impostas para a organização fabril acabou por deslocar sua militância para os bairros, onde ocorreu um processo de *nucleação* de trabalhadores, promovido principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e pela Pastoral Operária (PO)⁶.

Nesse sentido, o que nos parece importante chamar a atenção é que havia no processo de rearticulação sindical - que se dava dentro e fora da estrutura oficial - um quadro marcado pela diversidade de experiências, traduzidas em uma convivência conflituosa entre esta velha estrutura e a ação de novos atores sociais. Além disso como analisou Isabel Gómez de Souza, havia nesse proces-

⁵ A respeito Cf. Frederico, C. (1979), *A Vanguarda Operária*, Coleção Ensaio e Memória, 24, São Paulo, Ed. Símbolo; Humphreym J. (1982), *Fazendo o “milagre”, Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística*, Petrópolis, Ed. Vozes.

⁶ Ver por exemplo: Gómez de Souza, Luiz A. (1980), “Movimentos Populares, Igreja e Política”, *Revista Proposta*, n. 15, dezembro; Lesbaupin, Ivo (1983), *Igreja, Movimentos Populares e Política no Brasil (1916-1985)*, S. São Paulo, Ed. Loyola; Telles, Vera S. (1984), op. cit.; Martins, Heloísa (1986), *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954/1975*, tese de dout., USP, São Paulo, mimeo; Sader, E. (1988) op. cit.

so um fator extremamente relevante para os rumos do sindicalismo brasileiro: a forte *politização* de suas lideranças⁷.

As tensões provocadas pela persistência dessa estrutura e por impulsos inovadores no plano da ação e da organização política e sindical estariam, ao que nos parece, na raiz das principais clivagens do movimento sindical brasileiro da década de 80.

⁷ A autora parte do sentido dado à este termo por Hannah Arendt em *A Condição Humana*, onde a politização significa a constituição do espaço público para a conversação de todos os cidadãos. Cf. Gómez de Souza, Isabel R. de O. (1988), *Trabalho e Política - As Origens do Partido dos Trabalhadores*, Petrópolis, Vozes, pp. 44 e 136.

A Diversidade Política e Sindical na Experiência de Organização dos Trabalhadores

No final da década de 70, lideranças sindicais e operárias as mais variadas começaram a se articular através de encontros e congressos. Se vistos como campo de forças, esses encontros traziam as evidências das diferentes experiências compartilhadas, mas representavam em grande medida momentos de confronto dos interesses conflitantes presentes no interior da rearticulação sindical e que davam o tom à diversidade interna do movimento que se formava.

Um marco nesse sentido foi o V Congresso da Confederação dos Trabalhadores Industriais (CNTI) em julho de 1978, no Rio de Janeiro. Por conta de questões regimentais, um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais se opôs à cúpula da CNTI, possibilitando assim a formação de um bloco de oposição aberta ao governo. Este bloco era composto, de um lado, por sindicalistas com vinculações partidárias (basicamente ao PCB) e de outro, por uma nova geração de dirigentes sindicais, a exemplo de Lula, que poderiam ser classificados como “Independentes”. Estes dois grupos tornaram-se próximos ao estabelecerem críticas aos dirigentes da CNTI e ao defenderem uma postura mais militante do sindicalismo, passando a compor o denominado “Bloco dos Autênticos”²³.

²³ Posteriormente, em 1979, os sindicalistas vinculados à esquerda partidária juntamente com o MR-8, em aliança com sindicalistas acomodados à estrutura sindical oficial, formalizariam a chamada “Unidade Sindical”. Já os chamados “Independentes” passariam a ser denominados também de “Combativos”.

A positividade desse Congresso, como assinalou Isabel Gómez de Souza, é que “permitiu uma discussão política em um encontro supostamente apolítico, bem como a troca de experiências e estabelecimento de contatos com representantes de sindicatos de todo o país.” (Gómez de Souza, 1988: 54).

Após este encontro, os *Sindicalistas Autênticos* divulgaram uma *Carta de Princípios* que a nível sindical reivindicava o direito irrestrito de greve, a livre negociação com os empresários e a substituição do contrato individual pelo coletivo²⁴. No plano da política em geral este grupo reivindicava, entre outras coisas, a redemocratização do país com eleições gerais e diretas, a revogação das leis de exceção e a convocação de uma assembléia nacional constituinte²⁵.

No entanto, um fato que antecedeu este encontro marcaria o reaparecimento dos trabalhadores no cenário político brasileiro após anos de resistência,

²⁴ A respeito ver Rodrigues, 1991:16 op. cit.; Gómez de Souza, 1988: 54/55 op. cit. Durante este Congresso foi possível manter o consenso genérico entre esses líderes, formando-se inclusive uma coordenação para as ações sindicais - a “Intersindical” - que teve vida breve. No entanto, como assinalou Isabel Gómez de Souza, já era possível perceber dentro desse grupo posturas que se opunham: “A esta altura dos acontecimentos, havia fricções mais acentuadas entre os diversos grupos que compunham a “liderança combativa”. Membros da “oposição sindical” bem como “radicais”, acusavam Lula de estar sendo excessivamente conciliatório e pouco atento para a necessidade de atuação unificada dado que liderava a categoria mais forte e mais preparada, e em melhores condições para efetivar negociações livres.” (Gómez de Souza, 1988: 55).

²⁵ Em 1978, a eleição presidencial a ser realizada de forma indireta pelo colégio eleitoral, tinha como candidato João Batista Figueiredo. O MDB entrou em campanha por eleições diretas formando uma “Frente Nacional de Redemocratização”. Em relação à Frente, o grupo dos *Autênticos* se dividia: por um lado, alguns consideravam-na um caminho válido, merecendo apoio dos trabalhadores; outros porém, se posicionavam contra eventual apoio, sendo ela muito ampla e criada “de cima para baixo”. Além disso, as Oposições Sindicais e as pequenas organizações de esquerda eram críticos acirrados, considerando que a frente provocaria mudanças apenas na “forma de opressão do capitalismo” (In Gómez de Souza, 1988: 60/61).

trazendo em si questionamentos do ponto de vista político e também relativos às ações das direções sindicais. Foram as Greves de Maio de 1978.

A importância das greves de 78 estava no fato de que os trabalhadores a partir de experiências comuns (e aí não nos referimos apenas à precariedade material e à rudeza do cotidiano fabril, mas também às promessas de futuro que compartilhavam) foram capazes de articular coletivamente seus interesses contra outros interesses opostos aos seus, tornando-os públicos. E nesse movimento de “autofazer-se”, como ressalta Thompson, os trabalhadores aconteciam enquanto classe ²⁶.

Nesse sentido é que compreendemos a “nítida dimensão política” dessa greve, destacada por Ricardo Antunes, e que no seu entender em seu próprio fazer-se “Desnudou o processo excludente e autocrático da auto-reforma do regime e mostrou os imensos limites do liberalismo oposicionista parlamentar, incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril. Apontou o atraso político dos partidos e aflorou a importância política do movimento sindical.” (Antunes,1988: 31 e 37).

O movimento dos trabalhadores de 78 impactou na conjuntura política de tal modo que “os seus efeitos penetraram todas as esferas da sociedade brasileira influenciando nas decisões, definindo prioridades e gerando novas situações”, modificando com isso o quadro de lutas, principalmente porque impôs novos horizontes para o movimento operário e sindical: “Desde então, o sindicalismo brasileiro viu-se na premência de explicitar posturas, elaborar alternati-

²⁶ “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela esteve presente ao seu próprio fazer-se.” (Thompson, 1987:9).

vas, encaminhar decisões, enfim, organizar minimamente a luta dos trabalhadores...” (Oliveira, 1995:11).

O ano de 1979 foi um ano decisivo no que diz respeito à articulação dos grupos que se colocavam em oposição ao regime. Ao mesmo tempo, iniciado o processo de abertura - agora na Presidência João Batista Figueiredo - havia uma movimentação muito grande de rearranjo político no cenário brasileiro dentro de um projeto de auto-reforma, que com o intuito de reordenar o bloco de poder investia em setores que restringiam as suas propostas à liberalização do regime, cooptando esses setores.

Para os trabalhadores, a importância do ano de 1979 foi que através de suas experiências descobriram o poder que possuíam enquanto *sujeitos coletivo*. E isso ficou evidente no resgate da capacidade de luta que, iniciada em 78, efetivou-se a partir de março de 79, no ABC paulista, com a realização de uma greve geral de massa que se alastrou para todo o interior²⁷. Posteriormente, a partir de junho, movimentos grevistas iriam acontecer pelo resto do país.

Outro fato a ser destacado nesse sentido, é que em janeiro deste ano, durante a realização do IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, ocorrido em Lins, seria formalizada a proposta de criação de um Partido dos Trabalhadores.

O processo de criação do PT e as lideranças sindicais

Como assinalou Isabel Gómez de Souza, “ A decisão de criar um partido dos trabalhadores foi sendo tomada gradualmente, à medida em que intensificava-se a polarização do imaginário político da liderança do “novo sindicalismo” (Gómez de Souza,1988:118).

²⁷ Importante análise da Greve Geral Metalúrgica de 1979, está dada em Antunes, 1988.

Isso refletia, também no campo político-partidário, a convivência conflituosa entre diferentes propostas e práticas políticas. Tornavam-se explícitas, por um lado, as necessidades que se impunham de *novas formas de ação* e que não vinham de encontro com as experiências da esquerda partidária e, por outro, transpareciam as divergências do ponto de vista ideológico, que encerravam em si uma série de críticas em relação aos partidos comunistas, ao mesmo tempo que apontavam para os seus limites²⁸.

Outra questão que estava claramente dada neste período, era a opção por uma forma legal de luta e a escolha da via partidária como a expressão política e democrática de algumas dessas forças sociais presentes no interior dos movimentos sindical e popular brasileiro²⁹.

Embora em finais de 1978 Luís Inácio da Silva (Lula), então dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, já houvesse lançado a propos-

²⁸ “ *Tínhamos uma visão crítica em relação ao centralismo. Para nós, os PC's trabalhavam como se o operário fosse uma massa que tu apertas e dá a moldura para ela segundo o desejo de quem quer dar a forma. Éramos contra esse monolitismo, contra esse centralismo, esse dirigismo. As organizações de esquerda se sentiam como proprietárias da verdade da classe operária, proprietárias da revolução e da transformação. Achávamos que isso era uma discussão séria que tinha de ser feita. Ninguém podia se considerar proprietário dessa verdade ou dessas questões. Éramos comunistas, socialistas, cristãos radicais e, no entanto, sentíamos que os PC's estavam já esgotados naquele momento para a luta política que tinha de ser travada com ampla organização de massa, para um processo de incorporação consciente de milhares de trabalhadores.*” (Depoimento de Olívio Dutra, foi dirigente sindical bancário em Porto Alegre (RS), In Harnecker, 1994:63).

²⁹ “ *Chegou um momento que os próprios trabalhadores, aqueles mais conscientes, começaram, a perceber que precisavam de um instrumento maior para dar um salto de qualidade. Das conquistas, das reivindicações por melhores salários, para uma conquista maior que seria num plano mais global nas suas reivindicações mais gerais relacionadas com seu local de moradia. Aí foi se incorporando a idéia da formação de um partido político dos trabalhadores. Também perceberam que os partidos políticos existentes naquele momento não preenchiam as necessidades que tinha aquela nova classe trabalhadora.*” (Djalma Bom, foi dirigente sindical dos metalúrgicos de São Bernardo (SP), In Harnecker, 1994:61).

ta de criação de um Partido dos Trabalhadores, a sua formalização aconteceu no Congresso de Lins em 1979 em tese apresentada por Benedito Marcílio, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (próximo à corrente trotskista *Convergência Socialista*).

Nesse Congresso porém, não foi permitida a participação de sindicalistas pertencentes às *Oposições Sindicais*, e o fato de que foi precisamente neste evento que se propôs a criação do Partido dos Trabalhadores, fez com que os líderes das Oposições retardassem seu apoio e participação no novo partido. Além disso, a proposta do Movimento das Oposições de demandar estabilidade para as Comissões de Fábrica (ponto fundamental para sua estratégia), foi rejeitada e substituída pela ênfase na conquista da estabilidade para os delegados sindicais (Gómez de Souza, 1988: 83/ 84).

Do ponto de vista ideológico a idéia de criar um partido dos trabalhadores foi possível até esse momento, porém dentro de um entendimento bastante precário. Sindicalistas vinculados à chamada *Unidade Sindical* (excluindo-se os dos PC's que viam em seus partidos a representação máxima dos trabalhadores) pensavam muito mais em um partido dentro de um modelo de equilíbrio, reformista; já os chamados *Independentes* propunham a formação de um partido *classista* e aberto aos trabalhadores.

O resultado final, entretanto, foi a constituição de uma aliança entre as Oposições Sindicais, as pequenas organizações de esquerda (de ideologia trotskista/leninista) e os Independentes, ficando de fora os sindicalistas da *Unidade Sindical*. Isto proporcionou um perfil diferenciado ao Programa do Partido dos Trabalhadores, dentro de uma perspectiva de construção de uma sociedade socialista e com um trabalho voltado para organização das bases trabalhadoras (Gómez de Souza, 1988: 118/134).

A riqueza deste intenso processo de reorganização política, foi o estabelecimento de uma série de alianças entre organizações de base, movimentos sociais e sindicatos, portadores de experiências e propostas diversas, o que possibilitou o início da formação de um *projeto político*. Porém, o fundamental nesse processo é que se passava de uma fase de resistência democrática para uma fase de um movimento democrático de massas (Chasin, 1980: 116).

Em março de 1979, iniciou-se a tentativa de rearticulação das chamadas *Oposições Sindicais* e, nesse sentido, foi organizado o I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, um evento importante do ponto de vista da reorganização dos trabalhadores naquele momento.

As Oposições foram se constituindo enquanto movimento social no decorrer dos anos 60 e 70 em meio à ações muitas vezes contraditórias de grupos os mais variados, o que daria à esta corrente como assinalou Eder Sader, uma “identidade polêmica” (Sader, 1988:228).

É oportuno nesse sentido, nos determos na experiência da Oposição Metalúrgica de São Paulo, talvez o exemplo mais expressivo da corrente das Oposições, resgatando a sua importância entre as diferentes experiências de organização dos trabalhadores no período e que introduziram elementos, até hoje, polemizadores dentro do espectro das lutas sindicais³⁰.

Oposição Sindical: a constituição de uma identidade

Após 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sofreu intervenção e em 1965, lançado candidato único, foi eleito Joaquim dos Santos Andra-

³⁰ A respeito das experiências da Oposição Metalúrgica de São Paulo, um trabalho fundamental é o de Hamilton Faria (1986), *A experiência operária nos anos de resistência - a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário - 1964/1978*, diss. de mestrado, São Paulo, PUC. Ver ainda: Sader, 1988 e Oliveira, 1995.

de. Em que pese o clima de repressão e a desarticulação dos adversários, a nova diretoria despertou desde o início uma oposição que reuniria simpatizantes da antiga diretoria cassada e uma corrente que vinha se formando em torno da Juventude Operária Católica (JOC), crítica à estrutura sindical.

Em 1967 formou-se uma chapa de oposição que, encabeçada por Waldemar Rossi (militante da JOC) era composta por uma diversidade de grupos: dissidência do PCB, sindicalistas que haviam se desentendido com a diretoria, pequenos grupos de esquerda e católicos.

Reunindo militantes católicos de esquerda, grupos da chamada “esquerda revolucionária” como a Ação Popular (AP), além de sindicalistas independentes, foi criada em 1968 a União Metalúrgica de Luta. Porém, em 1970 ela extinguiu-se e as diferenças tornavam-se evidentes na medida em que, os sindicalistas católicos e os trabalhadores independentes, pretendiam constituir uma organização permanente, além dos limites das eleições, e os grupos vinculados à esquerda, por sua vez, consideravam que esse tipo de organização deveria estar subordinado à formas partidárias (Sader, 1988: 232).

Nesse período, a atuação da Oposição que já era fragmentada e limitada, estreitou-se assustadoramente e os trabalhos dentro das fábricas passaram a ser reprimidos, as organizações de base e de resistência caíram na clandestinidade. O sindicato se fechou para qualquer iniciativa da Oposição investindo profundamente no assistencialismo. Nas palavras de Eder Sader, neste momento “A oposição tende a ficar apenas como espaço de acordos e articulações entre os diversos grupos que, por diversas razões, se opõe à diretoria sindical.” (Sader, 1988: 234).

As reuniões da Oposição passaram a ser clandestinas e a própria identidade dos seus participantes não era declarada. Pela própria experiência que

possuíam, os grupos de esquerda aumentaram a sua influência no interior da Oposição. O grupo mais forte era a Ação Popular (AP), mas outros também participavam, como os trotskistas (Partido Operário Revolucionário, Organização Comunista 1o. de Maio, a Polop - Política Operária), dissidentes do PCB, militantes do PCdoB (que atuavam nesse momento no interior da Pastoral Operária). Cada um desses grupamentos, embora valorizassem a mobilização dentro das fábricas, concebiam esta atividade previamente enquadrada dentro de uma “estratégia revolucionária”, buscando constituir uma força social, base para sustentação de uma luta contra o regime militar. O PCB ao contrário, tinha como prioridade a ocupação dos sindicatos (Sader, 1988 : 234).

No ano de 1972 houve novamente eleição sindical e encontravam-se na chapa da Oposição, grupamentos de esquerda, sindicalistas que participaram da direção do sindicato e haviam rompido com ela (tendo no entanto suas ações voltadas para a entidade), militantes da Pastoral Operária que privilegiavam a formação de grupos de base sem que fossem submetidos à estratégias partidárias prévias e sindicalistas independentes de grupamentos que, ao longo da década de 70 se aproximaram dos militantes da PO.

O período que vai de 1973 a 1975 representou para a Oposição Metalúrgica de São Paulo um momento de redefinição, ou propriamente, de sua conformação.

Em 1974, vários militantes da Oposição Sindical foram presos e isso a desarticulou. No entanto, cresceram as mobilizações no interior das fábricas impulsionados por pequenos grupos ligados à ela, em sua maioria vinculados diretamente à Pastoral Operária, e outros vinculados às organizações de esquerda. Embora muitas das atividades ocorridas nesse período no interior do

movimento dos trabalhadores fossem referidas à Oposição, não havia na verdade uma coordenação única.

O investimento desses grupos no trabalho de organização dentro das fábricas garantiu que o movimento não se dispersasse, embora não tenha sido possível a formação de uma chapa em 1975. Neste mesmo ano formou-se uma nova coordenação que se dividia por setores e não mais por correntes políticas.

Nesse processo de estruturação interna da Oposição ocorreu um fortalecimento do grupo vinculado à Pastoral Operária e dos militantes independentes de correntes, mas que se afinavam com o trabalho da Pastoral. As correntes partidárias presentes no interior da Oposição foram se enfraquecendo e o grupo que calcava suas práticas nas articulações de chapas para concorrer às eleições diluiu-se completamente. No final dos anos 70, a Oposição firmava sua identidade em face à Pastoral Operária. Em consequência das prisões, a sobrevivência da Oposição dependeu muito deste espaço da Pastoral, que recebia em seu interior militantes vindos de grupos de esquerda que haviam sido dizimados pela repressão. A Oposição foi aos poucos se afastando de sua identidade original, que se ligava à articulação de correntes que se uniam em oposição à diretoria, conformando uma nova identidade a partir dos grupos de fábrica (Sader, 1988: 241).

Em 1979, o I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo aprovou documento que a definia como “ uma frente unitária onde devem estar todos aqueles que lutam contra o Ministério do Trabalho, a favor de um sindicato independente e democrático. Ela intervém dentro de um sindicato oficial e nas fábricas. O objetivo é sempre o mesmo: mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores na luta por seus interesses, seja nas assembléias, nas comissões de fábrica... (...) Assim, a Oposição não é um novo sindicato, mas é uma frente

de sindicalistas que lutam por ele, orientando o combate dos trabalhadores, no sindicato atual e na fábrica”³¹.

No entanto, este encontro não foi tão tranquilo. Em seu decorrer um grupo de militantes retirou-se do congresso, explicitando efetivamente as diferenças internas ao movimento. Na verdade isso assinalava uma série de divergências de fundo em relação ao próprio significado da Oposição Sindical e do seu papel, assim como o papel das Comissões de Fábrica e do Sindicato. As divergências remetiam à uma questão antiga às Oposições e que dizia respeito à relação entre a *organização autônoma nas fábricas* e a *atuação no interior dos sindicatos*³².

O papel da Igreja

Um dado que viria alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no Brasil, nesse momento, foi a postura de franca oposição da Igreja Católica ao regime militar e ao modelo econômico capitalista, além das práticas que já ocorriam a partir das chamadas *pastorais progressistas*, no interior de suas comunidades³³.

³¹ (CF. *I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, Teses Aprovadas*, 24/25 de março de 1979, doc. mimeo., p. 04). Além da definição da “identidade” da OSM, esse documento propunha “linhas de ação” para os “trabalhadores combativos”, para as “Oposições Sindicais” e para as “diretorias sindicais combativas”. Discutia a questão das Comissões de Fábrica - suas características e objetivos, sua relação com o sindicato e com a Oposição; definia ainda um programa para a categoria (Idem). Como acentuou Hamilton Faria, as resoluções do I Congresso passaram, a partir daí, a servir como ponto de referência para a construção de importantes Oposições em todo o país (Cf. Faria, 1986: 355).

³² (Cf. Sader, 1988: 258-261; Documento mimeo. s/d). Na verdade, todas estas questões também estavam dadas e se repunham, dentro do debate sindical mais amplo entre as diferentes correntes sindicais, como veremos adiante.

³³ A importância da Igreja na organização dos movimentos sociais e sindical neste período já foi amplamente discutida pelas Ciências Sociais, por isso, neste trabalho não nos propomos a

Hoje não é novidade a importância da Igreja com suas várias organizações eclesiais como a Pastoral Operária (PO) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que tinham penetração muito forte nos bairros de periferia e que foram fundamentais na articulação dos vários movimentos que surgiram nesse período. No entanto, cabe destacar a especificidade da iniciativa de aglutinação operária e popular desenvolvidas a partir da Igreja pois, como acentuou Vera Telles, “ a lógica que regia a constituição de seus espaços e a estruturação de suas práticas era diferente daquela que presidia o mundo clandestino no qual as organizações de esquerda estavam mergulhadas”. Portadores de uma proposta que parecia dar conta da nova realidade - a organização através de pequenos grupos e núcleos - as práticas destes sugeriam também a eficácia de um discurso pleno de valores éticos e atribuidor de uma identidade comum (Telles, 1994: 227;249).

Embora ligadas à hierarquia eclesial, essas organizações realizavam um trabalho voltado para fora da Instituição ou seja, um trabalho que visava a organização dos moradores dos bairros e dos trabalhadores, para espaços além das fronteiras da Igreja, num esforço de aproximação entre os movimentos populares e o movimento sindical. Muitos trabalhadores ligados a grupos comunitários passaram a atuar nas lutas sindicais, geralmente nas Oposições Sindicais, introduzindo novas reivindicações e novos conceitos como o da democracia de

entrar neste debate. No entanto, cabe ressaltar a singularidade dessa Instituição que se pretende, em toda a sua história, *universal* e *interclassista* e que busca a *unidade*. Seu discurso e seu projeto social são construídos no tempo e no espaço, num movimento contraditório de fluxo e refluxo, ao mesmo tempo que é permeada por conflitos e tensões, dos diferentes interesses que convivem em seu interior. É a partir disso que compreendemos a sua atuação, neste momento da história brasileira.

base, de autonomia sindical, da organização a partir do local de trabalho e dos bairros, da formação de grupos e comissões de fábrica.

No entanto, seria ocioso nos alongarmos, repetindo aqui o que já foi apresentado em detalhes por outras pesquisas sobre este tema³⁴.

As grandes tendências no interior da luta sindical pré-Conclat

No ano de 1979 a diversidade de práticas de atuação já se fazia patente dentro do quadro de representação sindical, tornando-se cada vez mais explícita. Várias divergências apareciam dentro do denominado *Bloco dos Autênticos*, e após o 1o. de maio deste ano formalizou-se a tendência *Unidade Sindical*, reunindo-se sob ela os sindicalistas influenciados pelos PC's, os ligados ao MR-8 (de linha radical nacionalista) e sindicalistas acomodados à estrutura sindical oficial.

Com a Reforma Partidária em novembro de 1979 surgiram novos partidos de oposição, e isso refletiu no interior do movimento sindical na medida em que ocorreu uma redefinição dos seus vínculos com o espectro partidário. No decorrer do ano de 1980, como veremos adiante, as divergências de orientação político-sindical entre sindicalistas da *Unidade Sindical* e sindicalistas *Autênti-*

³⁴ A respeito, Cf. Bruneau, T. (1987), "O papel da Igreja na transição brasileira", in *Dados Revista de Ciências Sociais*, vol. 30, n.1, pp. 29/42; Gómez de Souza (1980) op. cit.; Krishke, P. (1986), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição - 1974/1985*, Porto Alegre, L&PM/Cedec; Lesbaupin (1983) op. cit.; Mainwaring, S. (1989) *Igreja Católica e Política no Brasil - 1916/1985*, São Paulo, Brasiliense; Martins, H. de S. (1980), "A Igreja na greve dos metalúrgicos", in *Religião e Sociedade*, n. 6, pp. 07/68; Idem (1986), *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954/1975*, tese de doutorado, São Paulo, USP; Moreira Alves, M. (1979), *A Igreja e a Política no Brasil*, São Paulo, Brasiliense; Sader (1988) op. cit.; Telles (1984) op. cit.

cos ligados à Lula se aprofundaram e acabaram por dar a tônica da divisão do movimento sindical da década de 80.

O ano de 1980 iniciou-se com uma grande movimentação entre grupamentos e tendências no cenário político; o aprofundamento da recessão econômica e das tensões sociais marcariam profundamente esse início de década, ficando mais que evidentes os limites da chamada “abertura” e, como parte disso, a investida no sentido de desarticular os movimentos de oposição. As greves de 78 e 79 no ABC paulista, que significaram vitórias inquestionáveis (Antunes,1988:96), em 80 configuraram uma inegável derrota política do movimento dos trabalhadores, marcando o início de uma fase de retração dos movimentos grevistas³⁵.

Driblando as circunstâncias desfavoráveis à mobilização dos trabalhadores no conflito grevista, as lideranças operárias e sindicais continuaram as iniciativas de articulação intersindical reunindo, ainda que precariamente, as várias correntes do movimento. Ao lado do desencadeamento de uma série de encontros de trabalhadores a nível regional e nacional, o que houve foi um processo marcado pela *revalorização da organização interna dos movimentos* (Noronha, 1991:107).

³⁵ (Cf. Noronha,1991:105/6). A respeito do refluxo dos movimentos grevistas Antunes apontou para o fato de que “deveu-se basicamente às seguintes causalidades: a derrota da greve de 41 dias no ABC paulista, no início de 80, quebrando aquele que então se colocava como pólo mais avançado das lutas sindicais em nosso país. A acentuação do quadro recessivo no início do ano, jogando a ação dos trabalhadores para o universo da preservação do emprego, também acrescentou um elemento de defensividade à ação sindical. E, é bom lembrar, em novembro de 79 foi introduzida a então designada “nova política salarial”, que objetivava conter e refluir o movimento reivindicatório.” (In Antunes, R. (1995), *O Novo Sindicalismo*, Campinas, Pontes, 2a. ed., pp. 12/13).

Já em fevereiro de 1980, dois eventos aconteceriam demarcando novos contornos ao movimento sindical: a fundação do PT e o Encontro de João Monlevade em Minas Gerais.

Neste ano as articulações para a criação do Partido dos Trabalhadores já estavam bastante adiantadas, culminando em sua fundação. Fizeram-se presentes em seu interior grupos de sindicalistas vinculados às Oposições Sindicais, à Igreja Católica, sindicalistas *autênticos* vinculados à Lula e uma série de pequenas organizações de esquerda, de ideologia marxista/leninista e trotskista, todos politicamente distantes da visão da *esquerda tradicional*.

A fundação legal do Partido dos Trabalhadores no ano de 1980, constituiu-se em boa medida uma “ruptura na esquerda brasileira”,³⁶ e veio sem sombra de dúvida acentuar as divergências já existentes no interior do sindicalismo, uma vez que seria mais um partido a disputar o controle do movimento dos trabalhadores.

O Encontro de João Monlevade (MG), na verdade, o I Encontro Nacional de Movimentos Populares, foi outro evento de relevância ocorrido em fevereiro de 1980, na medida em que marcou a aproximação entre o movimento sindical e os movimentos sociais, fato este, não muito comum na história do movimento sindical brasileiro³⁷. Nele participaram, alguns dirigentes de sindic-

³⁶ Cf. Berbel, Márcia R. (1991), *PT: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978-1980)*, diss. de mestrado, São Paulo, USP; ver ainda, Marco Aurélio Garcia, “Esquerdas: rupturas e continuidades”, In Dagnino, Evelina (org.) (1994), *Os anos 90 - política e sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, pp. 119/126.

³⁷ A partir do encontro de Monlevade, passos seriam dados na direção da criação da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), onde já se esboçara a possibilidade de realizar uma junção, em escala ampliada, do movimento sindical como os movimentos populares. A ANAMPOS, segundo Leôncio Rodrigues, pretendia se transformar na liderança da futura central sindical, levantando a idéia de participação “orgânica” dos movimentos populares na central única (Rodrigues, 1991:22/23).

tos oficiais, membros de Pastorais Operárias e representantes das CEB's vinculados à movimentos de trabalhadores. No entanto, como salientou Rodrigues, o fato mais significativo desse encontro foi a aproximação entre sindicalistas e a Igreja Católica *progressista*, através de seus ativistas nos movimentos sociais e os vinculados às Oposições (Rodrigues,1991: 17/18).

Alguns princípios foram estabelecidos neste encontro, reafirmando pontos da *Carta de Princípios* de 78 e que, de forma geral, diziam respeito à *democratização da estrutura sindical*: fim da CLT, estabelecimento de um “código de trabalho”, contrato coletivo, liberdade e autonomia sindicais, fim da restrição do direito de greve e da intermediação do Estado. Dentro do “plano de ação” aprovado neste encontro, propunha-se a busca da unidade do sindicato e um convívio democrático com as Oposições, o incentivo à articulação entre as lutas do movimento sindical e do movimento popular, e a não subordinação do sindicato à partidos, entre outros (In Documento de Monlevade, 1980).

Em maio de 1980 aconteceria em São Paulo o Encontro das Oposições Sindicais, reunindo apenas os ativistas ligados às Oposições. Estiveram presentes neste encontro representantes de 10 estados de 41 categorias profissionais. Discutiu-se, entre outras coisas, a questão da identidade das Oposições e, nesse sentido, a sua atuação enquanto corrente do movimento operário que atuava como movimento autônomo dentro da luta sindical, identificada com o sindicalismo combativo, independente, democrático e organizado a partir das bases. A partir disso, firmou-se a necessidade de seu fortalecimento e melhor organização a nível nacional, enquanto movimento que reivindicava um lugar particular dentro de uma Central Sindical unitária (In Doc. mimeo., maio/1980).

Cabe salientar ainda, que se havia por parte das Oposições uma identificação com os *Combativos*, apontavam no entanto para diferenças básicas em

relação a estes no que diz respeito à organização dos trabalhadores, como a não formação de comissões de fábrica, a falta de estímulo para a eleição de delegados sindicais, a não organização por local de trabalho, além das decisões centralizadas por “lideranças personalistas” (Doc. mimeo., maio/1980).

Aconteceria em julho de 1980, em Taboão da Serra (SP), o Encontro de São Bernardo (encontro este que daria continuidade ao de Monlevade) com a participação de amplo espectro de dirigentes sindicais da cidade e do campo, militantes do movimento popular, representantes de Pastoral Operária (PO), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC) e Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S).

O que marcou efetivamente este encontro foi o peso da participação das organizações sob a influência da Igreja, onde formalizou-se o conceito de “movimento popular” dentro dos parâmetros propostos pelo grupamento vinculado à esta instituição. O “movimento popular” definido enquanto “todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo” incluiria também o movimento sindical, pela sua própria natureza. Defendia-se assim a unificação entre movimentos sociais e sindical, estabelecendo-se uma rede entre o bairro, o local de trabalho e o sindicato (Documento de São Bernardo, 1980).

Outros dois pontos fundamentais marcariam este encontro assinalando inclusive, um aspecto mais amplo e mais radical de suas propostas. Em primeiro lugar, a explicitação da necessidade de um partido político enquanto “canal de expressão, mobilização e representação políticas, capaz de contribuir para a libertação das classes populares”; e em segundo lugar, a necessidade de intensificar a relação sindical entre a cidade e o campo (Documento de São Bernardo, 1980).

Finalizando o ano de 1980 em termos das articulações intersindicais, aconteceria em setembro o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado em Nova Iguaçu RJ, nele participando membros de diretorias sindicais consideradas combativas, grupos de trabalhadores combativos, comandos de greve e comissões de fábrica. A proposta desse encontro era “agregar todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurada a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente”, de modo a “somar todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático” (apud. Rodrigues, 1991: 25).

A partir desse encontro desapareceria efetivamente o *Bloco dos Autênticos* que se formara em 1978 no Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), na medida em que se consolidava o rompimento dentro do bloco, entre o grupo liderado por Lula (os *Combativos*) e os que se vinculavam à *Unidade Sindical* (próximos aos PC's).

Porém, um fator preponderante deste encontro é que seria marcado pela aproximação e fortalecimento das relações entre os ativistas das Oposições Sindicais e o grupo de sindicalistas *Combativos* que, apesar das diferenças, viria reforçar o bloco que daria mais tarde origem à CUT³⁸.

³⁸ “ Sem dúvida, o movimento de oposição sindical deve compreender todos os setores que atuam contra o peleguismo e o sindicato atrelado. Por outro lado, as oposições sindicais não são os únicos pólos de aglutinação dos operários que despertam para a luta. Os novos sindicalistas têm dinamizado a atividade sindical e são os que estão hoje com as iniciativas mais importantes (fundo de greve do ABC, Congresso de Operários, debates e encontros operários, etc.)... Se há críticas à atuação desses sindicalistas na condução das lutas, na falta de propostas organizatórias que levem em conta uma efetiva participação de base, etc., isso não deve impedir as oposições de vê-los como parte de um movimento sindical amplo na luta contra o atrelamento sindical. O fato das oposições terem um programa mais avançado não significa que no campo da prática sejam as forças mais conseqüentes. Nesse sentido, uma prática unitária de setores da oposição junto aos sindicatos combativos deve ser buscada.

O ano de 1981 iniciava-se dentro de uma grande recessão econômica, agora muito mais aprofundada e com um alto grau de desemprego e demissões em massa. Por esses motivos, mas também pelo endurecimento do governo e pela mudança de atitude dos empresários frente ao movimento sindical, abandonava-se a prática das greves em grande escala (Noronha, 1991: 105/108).

Dois encontros de trabalhadores marcariam os contornos do movimento sindical neste ano: o Encontro de Vitória e a I CONCLAT.

O Encontro de Vitória (ES) em junho de 1981 e que veio a ser chamado de III Encontro Nacional de Articulação de Movimentos Populares, dava sequência aos encontros nacionais de articulação entre os movimentos populares e sindical (do qual o último teria sido o de São Bernardo).

Neste encontro, sindicalistas ligados aos PC's já não compareceram. Participaram como nos outros encontros alguns dirigentes sindicais (rural e urbano), representantes dos movimentos populares, das CEB's e das Pastorais (operária e da terra). No entanto, como observou Leôncio Rodrigues, uma avaliação mais acurada das entidades participantes indicaria que as organizações sindicais eram minoria (Rodrigues, 1991: 22).

Embora o encontro tenha aprovado entre outras propostas, a reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, o fim da estrutura sindical e a construção de uma central única de trabalhadores, é marcante a intenção explícita da formação de uma grande organização popular que reunisse os sindicatos às pastorais e organizações outras que estavam sob a influência da Igreja, o que

(...) O fortalecimento de um pólo combativo no movimento sindical, dentro da busca de uma unidade possível entre as oposições e sindicalistas autênticos, se torna ainda mais importante na medida em que a grande maioria dos sindicatos se encontra nas mãos dos pelegos." (In *Companheiro*, São Paulo, Avante, 1980:49, citado por Oliveira, 1995: 94/95, nota 19).

entrava em choque com a proposta de uma central fundada basicamente sobre os sindicatos.

O que havia nesse momento entrecruzando-se no cenário político sindical era uma série de experiências, umas que se aproximavam, outras que se anulavam e outras ainda que estavam em vias de se complementar, demarcando-se um quadro de indefinições onde os diferentes grupamentos, ora participavam de uma articulação, ora de outra. Na verdade, desde as primeiras tentativas de reorganização do movimento operário e sindical brasileiro dos finais de 70, as divergências quanto as formas de organização dos trabalhadores, as formas de ação sindical e a própria concepção de sindicato e de estrutura sindical estavam dadas. A conflituosidade que se tornava cada vez mais evidente estava permeada pelos diferentes valores e tradições dos grupamentos que compunham o movimento. No entanto o que transparecia ainda mais, era um confronto entre a persistência da velha estrutura atrelada ao Estado e os impulsos inovadores da ação e da organização político-sindical.

Apesar das muitas divergências e conflitos entre os grupamentos, aconteceria em agosto de 1981 em Praia Grande (SP), a Primeira Conferência Nacional da Classe trabalhadora (I CONCLAT), com a participação de mais de cinco mil delegados do campo e da cidade. Foi um encontro expressivo - o primeiro e último grande encontro de trabalhadores onde participaram praticamente todos os grupamentos que constituíam o movimento sindical da época. Nele estiveram presentes representantes das federações e confederações sindicais, dos sindicatos oficiais, das Oposições e até mesmo associações pré-sindicais³⁹.

³⁹ Referindo-se à I Conclat Ricardo Antunes fez a seguinte avaliação: "... foi o evento mais significativo da história do movimento operário brasileiro. (...) Foi um evento onde a classe

No entanto, o próprio processo que antecedeu a conferência com 17 encontros preparatórios (os ENCLAT's), demonstrou a difícil convivência entre as diferentes correntes. O que estava em jogo neste momento era o nível de organização e articulação de cada grupamento, no sentido de ter força política suficiente para influir nos desdobramentos da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, com vistas na formação da Central Única dos Trabalhadores.

Às vésperas da realização da CONCLAT poderíamos distinguir, como sugeriu Rodrigues, quatro grandes tendências no interior da luta sindical: a Unidade Sindical, os sindicalistas Combativos, as Oposições Sindicais, e os pequenos grupos de esquerda (Rodrigues, 1991:27).

A *Unidade Sindical* que ficou conhecida posteriormente como "*Bloco da Reforma*", reunia sob sua denominação sindicatos e sindicalistas influenciados pelo PCB, PCdoB e também militantes do MR-8, além de sindicalistas acomodados à estrutura oficial. Esta tendência, como vimos, formalizou-se após o 1o. de maio de 1979⁴⁰.

Em que pese as diferenças existentes entre as correntes que a compunha, a Unidade Sindical tinha uma prática que se baseava no controle do movimento

trabalhadora conseguiu operar uma fusão entre campo e cidade, o que nunca se fez com tal força no movimento sindical brasileiro. Isso é decisivo. Segundo ponto: com todas as dificuldades e mesmo com as contradições existentes (...) a Conclat elaborou um programa de propostas concretas para a crise econômica que é decisivo, porque fere a base do regime, propugna uma mudança radical na política econômica e mostra que isso só é possível com a mudança do regime militar."(In Antunes, R. (1985), *Crise e Poder*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, pp. 72/73).

⁴⁰ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha um jornal bastante conhecido na época chamado "Voz da Unidade". Cabe destacar também que nesta época já havia uma dissidência em seu interior, uma minoria ligada à Luiz Carlos Prestes e que atuava bastante próxima à Oposição de São Paulo; o PCdoB, de inspiração stalinista, tinha o jornal "Tribuna Operária"; o MR-8, de linha nacionalista radical, tinha o jornal "Hora do Povo", atuava muito próximo ao MDB, posteriormente PMDB.

operário através da conquista das cúpulas sindicais e como estratégia, adotava a formação de alianças com as diretorias acomodadas dos sindicatos . Tinha na estrutura sindical o centro de suas atividades no movimento operário e utilizava para isso os recursos oferecidos pelo sindicato. Sua prática não valorizava o trabalho de base e, nesse sentido, combatia as Comissões de Fábrica entendendo-as enquanto “paralelismo sindical”; além disso, não se afinava com as Oposições, combatendo fortemente o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), ocorrido em 1980. Embora defendesse a “autonomia sindical” frente ao Estado, ou seja, o fim do direito de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos aos sindicatos, era contra a “liberdade sindical” opondo-se dessa forma à Convenção 87 da OIT, que ao garantir ampla liberdade de organização sindical dos trabalhadores, rompia com um dos princípios básicos da estrutura corporativista - o sindicato único⁴¹.

Do ponto de vista político a Unidade Sindical foi desde o início contra a criação de um Partido dos Trabalhadores, na medida em que as correntes que a compunha viam em seus partidos a expressão política mais representativa dos trabalhadores. Enfatizava nesse momento, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático, onde as demandas sociais não deveriam por em risco a “abertura política”. Com este intuito estabelecia alianças com o PMDB, além de outros setores sociais que pudessem garantir a chamada “transição democrática” (CEDI,1986). De forma geral, o sindicalismo para os militantes da Unidade Sindical era concebido como um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores através dos sindicatos e

⁴¹ Cf. Rodrigues,1991; Comim,1994.

das alianças com outras forças políticas, traduzindo isto uma concepção e uma estratégia política e sindical.

O *Bloco dos Combativos* (identificados também como *Independentes*), representava a nova geração de dirigentes dos sindicatos oficiais, a exemplo de Lula, que ascenderam na estrutura sindical ainda no período do regime militar. Esta tendência teve sua origem na prática sindical dos metalúrgicos do ABC paulista - núcleo dinâmico e moderno da industrialização brasileira - e seus militantes traziam como características básicas a não vinculação partidária, a pouca experiência política e uma identidade político- ideológica não definida.

Do ponto de vista político-sindical a atuação dos Combativos acontecia a partir do sindicato, visando no entanto, impor-se independentemente do Estado. Suas práticas, voltadas para a transformação do arcabouço sindical, entravam em conflito direto com o Ministério do Trabalho na medida em que lutavam por mais espaço para a negociação com as empresas, indo contra várias normas que regulavam a atividade dos sindicatos, levantando bandeiras de lutas como a “liberdade” e “autonomia” sindicais. Ao desencadearem várias greves nos finais dos anos 70 esses sindicalistas abriram um conflito explícito com o governo na medida em que suas reivindicações contrariavam a política salarial, tendo muitos de seus diretores destituídos, presos e seus sindicatos sob intervenção.

Contrários às políticas de aliança, esses sindicalistas eram bastante céticos em relação aos partidos e aos grupos de esquerda e também em relação à Igreja. No entanto, apesar de todas as diferenças, a aproximação com a Igreja e os movimentos ligados à ela, assim como com os grupos de esquerda, foi se efetivando como pudemos ver no processo de rearticulação sindical. Ao contrário da Unidade Sindical, os Combativos aproximavam-se das *Oposições*, embora divergissem sobre questões em relação à própria estrutura sindical e à

organização de base dos trabalhadores, como por exemplo, a relação entre as comissões de fábrica e o sindicato⁴².

A formação de *Oposições Sindicais* data de finais da década de 60, reunindo em seu interior militantes sindicais que se colocavam em oposição às diretorias acomodadas do sindicato oficial, constituindo-se assim o resultado de experiências comuns de trabalhadores que se organizavam em chapas de oposição nas eleições sindicais contra as diretorias, e que participavam nas assembleias do sindicato e nas lutas específicas dentro das fábricas (Sader, 1988:226/228). Na sua origem as propostas básicas das *Oposições* particularizavam-se pelo combate à estrutura sindical - dentro de uma postura crítica e intransigente ao sindicato oficial atrelado ao Estado - e pela a defesa da organização de base dos trabalhadores no interior das fábricas, caracterizando os contornos de sua especificidade.

No final da década de 70, as Oposições Sindicais ao contrário dos *Combativos*, valorizavam a *Comissão de Fábrica* enquanto organização autônoma dos trabalhadores, fora do controle das diretorias dos sindicatos. Ao colocarem em segundo plano a luta por uma democracia representativa, rejeitavam as alianças com setores sociais de oposição liberal, dando prioridade às ações e organizações de base e, neste sentido, na formação da CUT a palavra de ordem

⁴² A respeito das divergências entre os *Autênticos* e as *Oposições* nesse momento, interessante debate está dado em *Revista Cara-a-Cara*, 1978 "São Bernardo: Uma Experiência de Sindicalismo "Autêntico"", entrevista com Lula (pp. 54/66); e também "Os Operários Tomam a Palavra (Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia), debate entre sindicalistas dos dois grupos (pp.11/53).

das Oposições era a de construir uma Central Única dos Trabalhadores, “pela Base”⁴³.

Com uma composição relativamente heterogênea, várias posições coexistiam dentro do leque das chamadas Oposições. Faziam-se presentes em seu interior ex-militantes da esquerda organizada, em especial os vinculados a grupamentos existentes nos finais de 60, início de 70, como a Ação Popular (AP) e a Polop (Política Operária); grupos trotskistas como o Partido Operário Revolucionário e a Organização Comunista 1o. de Maio; dissidentes do PCB (como a Ação Libertadora Nacional - ALN - cisão do PCB fundada por Mariguella em 68) e militantes do PCdoB (que estavam atuando no interior da Pastoral Operária). Mas em sua maioria, os militantes das Oposições vinculavam-se à Igreja Católica através, principalmente, da Juventude Operária Católica (JOC), da Pastoral Operária (PO) e das CEB's. Faziam ainda, parte das Oposições, tendências de esquerda nascidas em finais de 70 e vinculadas à ideologia trotskista (como a Convergência Socialista, O Trabalho, Democracia Socialista)⁴⁴.

Aos *grupos de esquerda* estariam ligados ativistas sindicais ou militantes políticos das pequenas tendências não organizadas partidariamente, de ideologia trotskista e leninista⁴⁵. Mais do que o retorno à democracia e a ampliação

⁴³ “O fato de a “OS” [Oposição Sindical] ter nascido fora e em oposição a esta estrutura, conferiu-lhe uma característica singular na história do movimento sindical brasileiro. (...) Livres dos entraves colocados pela estrutura sindical oficial à atuação dos trabalhadores e das tarefas burocráticas cotidianas do sindicato, a “OS” pôde desenvolver propostas avançadas em relação ao sindicalismo oficial” (In, Oliveira:1995:43/44).

⁴⁴ Cf. Sader,1988:234.

⁴⁵ Referindo-se à este grupamento, afirmou Isabel Gómez de Souza: “Registro, pois, a importância deste grupo como eventual canal de transmissão de idéias importantes que possam ter sido assimiladas aos líderes e orientado modificações em suas concepções e projetos. (...)”

dos espaços dos trabalhadores e dos sindicatos, essas pequenas organizações tinham como objetivo a luta pelo socialismo, através de uma prática radical destinada à agudização do conflito social⁴⁶.

Na I CONCLAT a unidade do movimento sindical já estava seriamente abalada, refletindo as diferentes concepções políticas em relação ao papel do sindicato. As divergências, que eram de ordem estratégica e política, diziam respeito às questões da unicidade sindical, ao papel das federações e confederações junto à Central a ser criada, à possibilidade de realização de uma Greve Geral, e também da convocação do congresso onde seria criada a CUT (o CONCLAT). A própria concepção do que seria uma Central encerrava diver-

Desta participação intensa decorrem, inegavelmente, dificuldades de constituição de consensos, acordo e entendimentos dentre os demais líderes, mas é provável também que o que os “radicais” pensam acabe sendo de alguma forma introduzido no estoque de conhecimento dos outros líderes. A idéia de “luta de classes”, por exemplo, não fazia parte do imaginário político dos “autênticos”, onde ao contrário, enfatizava-se uma harmonia ou complementariedade entre as classes...” (In Gómez de Souza, 1988:89).

⁴⁶ (Cf. Rodrigues, 1991:30). Entre outras, podemos destacar: (OSI) - **Organização Socialista Internacionalista**, de ideologia trotskista, também conhecida como “Liberdade e Luta”, à qual pertencia o jornal “O Trabalho”. A partir de 80 se integrava ao Partido dos Trabalhadores enquanto corrente organizada. Pregava a formação de “sindicatos livres” e “paralelos”, combatendo junto às Oposições, as diretorias acomodadas do sindicato oficial. (Harnecker, 1994:158/160); **Convergência Socialista (CS)**, também de ideologia trotskista, integrou-se ao PT enquanto tendência, onde esteve até maio de 92, quando transformou-se no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Embora reconhecesse a função do sindicato oficial, pregava a formação de “sindicatos livres” e classistas, independentes do Estado, mas não “paralelos”. Na luta contra as diretorias acomodadas trabalhavam junto às Oposições, pregavam a democracia na vida sindical e reconheciam também a necessidade da organização de base como as comissões de fábrica, os delegados sindicais, comissão de salários. Eram a favor da construção de uma central de trabalhadores, unitária, democrática e pela base. (Harnecker, 1994:152/156); **Causa Operária**, tendência trotskista, formada por dissidentes da OSI; **Democracia Socialista (DS)**, de linha trotskista, “que se iniciou como Tendência Jovem do MDB depois Tendência Socialista, que se transfere inteira para o Movimento pelo PT” (Harnecker, 1994:156/158).

gências como por exemplo, as correntes mais à esquerda que eram favoráveis à uma central ampla, que desse espaço para as Oposições e que reduzisse ao mesmo tempo o papel das federações e confederações. É possível dizer dessa forma, que o que se apresentava neste momento no interior do movimento sindical, era a *luta pela hegemonia da direção do movimento dos trabalhadores*.

Considerando a existência de várias matizes, duas concepções extremas confluíam-se nessa arena: por um lado, os sindicalistas que enfatizavam no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático, não colocando em risco a abertura política; nesse sentido opunham-se à tentativa de uma Greve Geral que tinha por objetivo forçar o governo a atender um conjunto de reivindicações e à convocação do CONCLAT. Os seus representantes, com um perfil mais conservador e moderado, ficaram identificados como *Bloco da Reforma*, composto por sindicalistas da Unidade Sindical, sindicalistas pouco engajados de diretorias acomodadas e que controlavam sindicatos, federações e confederações. Por outro lado, firmou-se o *Bloco dos Combativos*, estando à sua frente representantes dos metalúrgicos de São Bernardo, juntamente com as Oposições Sindicais e os pequenos grupos da esquerda organizada. Este bloco, defendia um sindicalismo de perfil classista e mais combativo, e tinha como proposta a promoção de transformações sociais mais profundas e que pudessem abrir caminhos para a construção do socialismo (Antunes, 1995:29/30).

Mesmo que de forma precária e momentânea, as diferentes tendências se uniram em torno de algumas reivindicações básicas como: a luta pela estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas, a reforma da CLT, o direito de greve, a autonomia e liberdade sindical (sem que a tese da pluralidade sindical tivesse sido aprovada), a liberdade de organização partidária-

ria, a Anistia Política, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a Reforma Agrária (Rodrigues, 1991: 32).

Apesar das divergências, elegeu-se uma Comissão Nacional pró-CUT composta por sindicalistas de várias correntes e que deveria coordenar os trabalhos preparatórios para o congresso no qual se daria a formação da central, no ano de 1982⁴⁷. Porém, a própria maneira como se deu a formação dessa Comissão, além dos conflitos e a falta de consenso em seu interior, não permitiram a realização do congresso neste ano⁴⁸.

O *Bloco da Reforma* alegava “falta de condições técnicas” para preparação do congresso para o ano seguinte, divergindo ainda em relação à forma de participação dos delegados, além de argumentar que o ano de 82, em função da importância das Eleições Gerais, não seria propício à realização do evento.

Na impossibilidade do consenso, o *Bloco Combativo* convocou independentemente o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), para agosto de 1983.

⁴⁷ No entanto, como assinalou Ricardo Antunes, “o processo de criação da Comissão Pró-CUT foi muito nefasto. Enquanto, nos 3 dias que durou a conferência, a massa ficou debatendo as propostas, as lideranças vararam madrugada num [conchavão], sem a menor preocupação com o que a massa estava discutindo. As lideranças discutiam nomes; se ligado à Unidade Sindical, se ligado ao Novo Sindicalismo. Não era o programa que estava em discussão, nem as reivindicações, eram os nomes e as respectivas tendências.” (In Antunes, 1985:72).

⁴⁸ “No Congresso de 81, na discussão sobre a direção da Pró-Cut ficou claramente colocada a briga pela hegemonia da direção do movimento. E foi, inclusive, uma disputa muito difícil na medida em que o setor composto pelo PCdoB, PCB e MR-8 e os chamados pelegos disputavam e queriam assegurar essa hegemonia na direção da Pró-Cut. A consequência foi que a comissão Pró-Cut, durante esse ano que deveria preparar o Congresso de 1982, foi inoperante. Na verdade, ela não se comprometeu com a luta e a construção da CUT nesse primeiro ano, na medida em que a maioria da comissão Pró-Cut tinha e tem até hoje, uma política de conciliação de classe, uma política de garantir a legalização de seus partidos.” (Entrevista com Oswaldo Bargas, vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, In CEDI, 1986:42)

Por traz desse discurso estariam concepções bastante divergentes em relação ao alcance da luta democrática, à natureza da democracia desejada, ao sentido das mobilizações dos trabalhadores e à própria concepção de sindicalismo. De um lado, encontravam-se os que defendiam a unicidade sindical e que aceitavam os marcos de uma economia de mercado e uma democracia representativa; de outro, os que defendiam a pluralidade sindical e que lutavam por uma democracia participativa. Ao contrário da política de confronto que pautava a ação sindical do *Bloco Combativo*, o *Bloco da Reforma* pautava-se pela moderação e até mesmo pela atitude conciliadora; quanto à estrutura sindical, este último aderiu à ela criticando apenas alguns de seus aspectos, ao contrário dos outros que estabeleciam uma crítica ferrenha. Na realidade, neste momento, muitas das lideranças já estavam conscientes da impossibilidade da convivência de concepções tão díspares no interior de uma mesma organização⁴⁹.

O fato mais importante e que marcou o ano de 1982, foi a realização de Eleições Gerais⁵⁰. Por um lado, os resultados eleitorais demonstraram que

⁴⁹ “O Conjunto dos Autênticos e das Oposições Sindicais até agora caminharam por dentro da *reforma* (p. ex. participando da Unidade Sindical) ou às vezes caminhando por fora da Unidade Sindical, sem contudo, consolidar uma alternativa (p. ex. ENOS, ENTOES, Monlevade). (...) A situação atual parece mostrar que as oposições e autênticos podem: começar a se articular de forma independente e ir construindo uma via própria (...); começar a se articular e atuar dentro da Conclat puxando para suas propostas o máximo possível de trabalhadores; ou ficar como estão, isto é, sem se articular, sem avançar uma proposta independente... E com isso, o conjunto da *reforma* se amplia, se consolida... São duas direções que vem se opondo cada vez mais nitidamente [como “divisor de águas”](...) Neste momento trata-se de se decidir para que lado vamos empurrar as águas: para o lado da *reforma* ou para o lado das *Oposições sindicais e dos Autênticos?*”(In, CONCLAT/81, *História e Questões*, São Paulo, FASE, 1981, pp. 09/11).

⁵⁰ Nestas eleições que foram “livres, por sufrágio universal direto e secreto”, seriam eleitos vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores (Cf. Moreira Alves, 1984).

muitos dos temas levantados pelos trabalhadores - como a aspiração de democratização e justiça social - foram incorporados e se tornaram bandeiras das oposições, expressando dessa forma derrotas ao regime. Por outro lado, as eleições demonstraram a dificuldade dos novos movimentos populares se expressarem politicamente, na medida em que essas aspirações foram filtradas pela *oposição tradicional*. Os resultados das urnas expressavam também que essa oposição havia conseguido ofuscar a expressão dos representantes dos novos movimentos coletivos, consagrando uma postura oposicionista, porém subalterna, delegada à uma nova elite política que se formava (CEDI,1986:24).

O ano de 1983 fora marcado particularmente pelo grande desemprego, pela inflação e arrocho salarial, situação esta que possibilitou uma onda de saques, numa atitude de desespero dos desempregados, com conseqüências para a organização dos trabalhadores. Também neste ano, através da imprensa, podia-se perceber uma nova questão a ser debatida pelo movimento sindical e que dizia respeito ao processo de automação industrial.

Toda essa situação dificultava a realização de greves maciças e por categorias. No entanto a política salarial do governo passou a ser exercida por uma série de decretos-lei, que impunham grandes perdas salariais e significativo retrocesso em relação às leis anteriores, motivando a reativação das estratégias grevistas que aconteciam agora de forma localizada e com curta duração. Além disso, houve neste ano a inclusão dos setores públicos de uma forma expressiva no movimento sindical (Noronha, 1991: 108/110). No final deste ano, havia um cenário em que as contradições e as insuficiências do programa econômico tinham se tornado ainda mais evidentes.

Em agosto de 83, realizou-se o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), sem a participação de sindicalistas da Unidade Sindical

e tendências mais moderadas, reunindo mais de cinco mil delegados. Na ocasião foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nela ficariam os sindicalistas *Combativos*, os militantes das Oposições Sindicais, a esquerda católica e os pequenos grupos de esquerda de orientação trotskista e leninista⁵¹.

O *Programa de Lutas* tirado nesse Congresso trazia pontos que mais tarde apareceriam nos congressos da CUT. Por um lado, esses pontos diziam respeito à demandas trabalhistas como o salário desemprego, a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial, o direito de sindicalização do funcionalismo público, a estabilidade no emprego, a criação de comissões de trabalho nas empresas - reivindicações estas, passíveis de serem alcançadas dentro de um sistema político pluralista e representativo e de uma economia de mercado. Por outro lado, diziam respeito à reformas sociais de caráter mais radical, que se efetivariam dentro de um processo de lutas em direção ao socialismo, e nelas estariam a reforma agrária ampla e sob controle dos trabalhadores, a ocupação de terra e dos grandes latifúndios improdutivos, a coletivização de grandes empresas nacionais e internacionais, entre outros.

O grupo que se opôs a realização do Conclat manteve por certo tempo o nome *Conclat*, realizando o seu Congresso em outubro de 1983. Posteriormente, em março de 1986, se transformaria na Central Geral dos Trabalhadores (CGT), efetivando definitivamente a divisão no meio sindical e aparecendo como mais uma Central Sindical, além da CUT.

⁵¹ Como acentuou Celina Oliveira, “os vários setores que uniram-se no esforço de criação da Central Única dos Trabalhadores, levaram cada qual diferentes contribuições ideológicas para o interior dessa entidade...”, diferenças essas que referiam-se à “finalidade política” de cada grupamento. Da mesma forma, “Os “Autênticos” e a “OS” [oposição sindical] ao unirem-se em 1983 com o objetivo de fundar a CUT, desconsideraram provisoriamente suas diferenças ideológicas...” (Oliveira, 1995: 07 e 84).

No interior da Conclat/CGT ficaram amplos segmentos ligados à burocracia sindical - inclusive os que a partir do advento do *Novo Sindicalismo* iniciaram um projeto de “modernização conservadora”⁵² - além dos PC’s, do MR-8 e de alguns sindicalistas afinados com a direita sindical norte americana.

Marcada pela heterogeneidade e sem um projeto claramente delineado, a Conclat/CGT formou-se a partir de frágeis laços entre essas correntes que se corporificaram principalmente na defesa da estrutura sindical e no combate à CUT. No entanto, a existência de um arco difuso de orientações políticas em seu interior, assim como de projetos e práticas incompatíveis, impediu que esta Central estabelecesse um programa que a conduzisse a um padrão de ação uniforme e coerente, impossibilitando com isso a sua consolidação, estando ela esfacelada ao final da década de 80.

O ano de 1984 fechava o *ciclo* iniciado nos finais da década de 70 com o processo de “abertura política”, na verdade um rearranjo das frações burguesas que culminou com a campanha nacional por eleições diretas para a presidência da República - o Movimento por Diretas-Já (Ferandes, 1982:114).

Embora com a ameaça do desemprego, presente até meados de 84, muitas lutas continuaram acontecendo como as greves do ABC paulista, dos trabalhadores de Volta Redonda (RJ), dos canavieiros de Pernambuco, dos cortado-

⁵² Em relação ao processo de *modernização conservadora* nos sindicatos, analisou Arnaldo Nogueira: “É o velho alimentando-se do novo sindicalismo para seu processo de modernização conservadora.” E mais adiante, “a concepção modernizante funde-se com a concepção conservadora sem superá-la por completo, mas mantendo-a. Essa modalidade servia como *referência* ao espectro amplo do sindicalismo de estado, burocrático e oficial no Brasil, no sentido de representar uma possibilidade de ação “modernizante”, implantada lenta, gradualmente e com segurança, onde o “velho” permanece com a feição de “novo””. (In Nogueira, A. (1990), *A Modernização Conservadora no Sindicalismo Brasileiro: A Experiência dos Metalúrgicos de São Paulo - 1978/1983*, diss. de mestrado, Unicamp, pp. 140 e 145).

res de cana de Guariba (SP), além de uma série de mobilizações, passeatas e protestos de movimentos populares.

A campanha por Eleições Diretas surgia de certa forma como desdobramento dessas lutas, na medida em que vinculava a conquista do direito de eleger diretamente um presidente à mudanças radicais de um sistema que negava, até então, as reivindicações pelas quais se vinha lutando; por outro lado, vinculava-se à esse movimento a idéia de afirmação da cidadania.

No entanto, o movimento por Diretas-Já que fora articulado a nível suprapartidário e canalizado pelo PMDB, obscurecia uma série de aspirações populares dos novos movimentos sociais e de trabalhadores, que floresceram a partir do final da década de 70, demonstrando que se havia iniciado um processo de democratização, paralelo a ele estaria a manutenção da exclusão de importantes segmentos sociais na definição das regras do jogo (CEDI,1986:24/25).

Ao invés de eleições diretas o que se teve foi uma ampla coalizão social, com base de apoio social que recolheu e incorporou uma série de aspirações populares, hegemônica no entanto por frações da burguesia. Formou-se assim uma “Aliança Democrática” entre o PMDB e setores dissidentes do velho regime, que acabou por eleger Tancredo Neves.

Iniciava-se, ou melhor, dava-se prosseguimento ao processo que se convencionou chamar de “transição política” e que foi apontado na literatura como um “pacto das elites”. Uma nova relação seria a partir de agora estabelecida com os setores populares e sindical, e a incorporação das lutas desses setores passaria a se dar dentro de padrões que buscavam recuperar a base capitalista em crise. Nesse processo, surgiriam novos argumentos e linguagens, onde a sustentação do regime não se daria mais pela repressão explícita, mas sim atra-

vés da busca de legitimidade, alterando-se a partir daí o campo e o equilíbrio de forças políticas e conseqüentemente, o papel dos movimentos popular e sindical brasileiro.

Ao recuperar aspectos marcantes da organização dos trabalhadores nesse período, procuramos demonstrar que do entrecruzamento de diferentes experiências e da rica pluralidade política e ideológica, configurou-se uma nova organização sindical. A partir desta contextualidade, passaremos então a examinar a particularidade da experiência de organização dos trabalhadores metalúrgicos da região de Campinas.

No capítulo que se segue trataremos do *germinar* dessa organização, reativando os diferentes espaços e as diferentes práticas que demarcaram esta experiência.

CAPÍTULO II

O Germinar da Experiência de Organização dos Trabalhadores Metalúrgicos de Campinas

Ao tratar da *formação da classe operária inglesa*¹, Thompson ressalta o movimento de “autofazer-se” das classes sociais ao longo wazzu da história, compreendendo este “fenômeno histórico” como *processo ativo*, ou ainda, como *relação* que precisa estar “sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. O que explicita com isso é que a classe não é uma *coisa* “capaz de ser definida matematicamente” mas sim, que o seu acontecer dá-se nas ações concretas e cotidianas vivenciadas em tempos e espaços diferenciados “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a *identidade* de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” (Thompson,1987:10).

¹ A edição brasileira que utilizamos é a seguinte: Thompson, E.P. (1987), *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2a. ed., tradução de Denize Bottmann, 3vol.

Thompson estabelece uma distinção importante, ao nosso ver, entre *experiência de classe* e *consciência de classe*: “ A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entraram involuntariamente”, e isso permite dizer que a classe é uma *formação econômica*. No entanto, se a experiência aparece determinada, o mesmo não acontece com a consciência que surge também em tempos e lugares diferentes, porém nunca da mesma *forma*, porque “ A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”, o que a qualifica enquanto *formação cultural* (Thompson,1987: 10/13).

A classe desse ponto de vista é uma formação tanto econômica como cultural, assim como político-ideológica e, nesse sentido, não é possível realizar generalizações já que as experiências vivenciadas por homens e mulheres são recortadas por práticas, falas e relações, acontecimentos que teceram a *singularidade* de um momento em sua época e em seu lugar.

Este portanto é o ponto de partida que tomamos para pensar o processo de constituição dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas em sua organização, procurando elucidar o tempo, o espaço e os acontecimentos em torno dos quais suas experiências foram se constituindo.

Região de Campinas: antecedentes sócio-econômicos

A sociedade brasileira pode experimentar nos anos 60 e 70 uma seqüência de grandes mudanças. Ao lado da crescente industrialização e transformação do perfil industrial, ocorreu uma rápida e desorganizada *urbanização*, marcada pelo intenso fluxo migratório e por um processo de complexificação urbana. Acrescente-se a isso as grandes transformações políticas e o acirramento do quadro repressivo ocorridos nesse período².

A região de Campinas³, em função da evolução econômica, populacional e urbana dadas previamente, foi capaz de engajar-se ainda na década de 50 no movimento de industrialização pesada, inserindo-se a partir da década de 60 em um processo maior que definia um novo padrão de crescimento econômico para o país.⁴ Mas foi na década de 70, dentro do processo de descentralização industrial, no contexto da interiorização da indústria paulista⁵, que

² A respeito dos processos de mudança ver, entre outros, Moreira Alves, M. H. (1984), *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Ed. Vozes; Fernandes, F. (1982), *A ditadura em questão*, São Paulo, TA Queirós Editor; Oliveira, F. (1977), *A economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro, Ed. Graal.

³ A região de Campinas compreende em seu entorno mais imediato, as cidades de Valinhos, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Hortolândia (no eixo da via Anhanguera), Indaiatuba (no eixo da Rodovia Santos Dumont) e Paulínia. Este conjunto de municípios compõem o principal pólo industrial da região (Cf. *Campinas Ontem e Hoje*, Coleções Especiais, IFCH, Unicamp, s/d).

⁴ Este novo padrão se caracterizava pela intensificação da acumulação de capital, principalmente através da abertura para a penetração do capital estrangeiro como forma de financiamento. A respeito Cf. Oliveira, (1977), op. cit.; Singer, P. (1977), *A crise do milagre*, RJ, Paz e Terra.

⁵ Sobre o processo de interiorização da indústria paulista Cf. Negri, B. & Cano, W. (1987), *A interiorização da indústria paulista nos anos 70*, Campinas, Unicamp, mimeo; Negri, B.

o crescimento da região foi mais intenso na medida em que se transferiram para a cidade e municípios vizinhos, importantes indústrias de autopeças e componentes para a produção automobilística, passando a ter a presença dominante de grandes estabelecimentos dos ramos industriais dinâmicos⁶.

Nesse processo recente de industrialização, a região tornou-se o principal ponto de atração de fluxos migratórios depois da capital paulista⁷, o que possibilitou a formação de um grande exército de força-de-trabalho não qualificada que superava amplamente as oportunidades de emprego. Passou assim a caracterizar-se pela presença de um operariado também recente, composto em grande parte por migrantes de origem rural⁸, não especializados em sua maioria, sem experiência com o trabalho fabril e com a organização e luta

(1993), "A interiorização da indústria paulista", in Cano, W. (org.), *Interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo*, Fundação SEADE, vol. 2.

⁶ Instalaram-se na região, empresas como Singer, Pirelli, Robert Bosch, Clark, Metal Leve, General Electric, Merk & Sharp, Rigesa, Wabco, Bendix, IBM, Cobrasma, Yanmar, Filtros Mann, entre outras. Alguns fatores que impulsionaram o processo de industrialização da região foram: incentivo federal, estadual e municipal na formação de Distritos Industriais; a vasta rede de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo existente; além de vários Centros de Pesquisa, colégios técnicos e grandes universidades.

⁷ A região constituiu-se já nos finais de 60, mas principalmente na década de 70, em opção de vida para populações vindas sobretudo do Sul de Minas Gerais, Norte do Paraná e interior de São Paulo (Cf. Ferraro, 1885).

⁸ Não compactuamos com uma visão estereotipada tornada senso comum até mesmo por uma certa sociologia, segundo a qual os trabalhadores brasileiros de origem rural recente, seriam "apáticos" ou "alienados". Nos referimos sim às diferentes condições vividas e experimentadas por esses trabalhadores, em diferentes tempos e lugares, enquanto formas culturais que serão mobilizadas e reelaboradas no processo de inserção à sociedade urbana.

sindical urbana, traçando assim um perfil particular dos trabalhadores da região⁹.

A partir de 1974 a especificidade do parque industrial da região de Campinas já é a sua complexidade, marcada pela *heterogeneidade* e grande *diversificação*, contando ao mesmo tempo com estabelecimentos industriais em muitos ramos de transformação e com crescente participação de setores considerados modernos. Já se projetava intensamente nesse período, o grupo metal-mecânico e em especial o ramo de material de transportes, convivendo ao lado de um número extensivo de pequenas e médias empresas, uma concentração menor de grandes estabelecimentos ligados principalmente ao ramo automobilístico¹⁰.

Na medida em que a região respondeu às políticas de industrialização, criou-se a possibilidade de se transformar em um novo pólo de produção, o que acabou por impulsionar e favorecer a transferência de muitas indústrias da capital, com crescente participação dos setores modernos. A dinâmica e o perfil regional foram ganhando novos contornos passando a ter no *setor meta-*

⁹ É necessário acentuar, no entanto, que em finais de 70 e início dos anos 80 juntamente com as empresas que se transferiam da Grande São Paulo, a exemplo da Mercedes Benz, a região passou a receber muitas levas de trabalhadores que vinham com elas transferidos. Os depoimentos colhidos, sugerem que isso alteraria de certa forma, o perfil dos trabalhadores da região, principalmente no que diz respeito à organização, já que estes traziam uma experiência de luta sindical do ABC paulista.

¹⁰ Um fator a ser destacado, é que no período, apesar da predominância de pequenas indústrias (92%) em detrimento das médias (6%) e grandes (2%), a função absorvedora de força-de-trabalho não se consubstanciou de forma geral na pequena indústria que representava apenas 24% do pessoal ocupado, contra 22% das médias e 54% das grandes (Cf. Estrutura Industrial da sub-região de Campinas, 1977:103).

lúrgico a sua maior especialização, constituindo-se desde então no carro-chefe de sua economia¹¹.

Estabeleceu-se assim, ao longo desse processo, um parque industrial que demarcou grandes alterações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho, com grande complexificação no que diz respeito à divisão do trabalho e a expansão de novas funções.

Ao lado da crescente industrialização, ocorreu na região de Campinas uma rápida e desorganizada *urbanização*, dando à cidade uma estrutura bastante similar a da capital e a de grandes centros do país, caracterizada pela diferenciação urbana e significativa acentuação das desigualdades sociais. Surgiu por toda a região uma série de loteamentos sem infra-estrutura, muitos dos quais clandestinos e, no caso da cidade de Campinas, núcleos de favelas começaram a crescer rapidamente¹². Além disso, começaram a se formar a partir da década de 60 núcleos habitacionais populares - as chamadas *Vilas Planejadas* do BNH.

Todo este processo caracterizado pela expansão do capital, pela especialização crescente e pelo caráter multinacional e integrado das empresas acompanhado pela urbanização crescente, provocou mudanças no mundo da

¹¹ Entre as décadas de 60 e 80, o número de estabelecimentos industriais na região passou de 519 para 1204, enquanto o número de trabalhadores passou de 15.315 para 52.315. A vinda de empresas da Capital e da Grande São Paulo foi bastante intensa nos finais de 70 e início de 80; assim, considerando-se apenas as indústrias do ramo metal/ mecânico, em 1980 a região empregava um montante de cerca de 47.000 trabalhadores. Isso transformou a região ainda nesta década, no terceiro parque industrial brasileiro, atrás apenas da região metropolitana de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro (Semeghini, 1991: 144/148).

¹² Entre 1978/79 Campinas atingiu o montante de oitenta núcleos de favelas, representando cerca de 60 mil favelados (Cf. Ferraro, 1985:4).

materialidade e da subjetividade dos trabalhadores, permitindo a composição de um universo bastante diferente daquele que caracterizava os anos 50 e 60. A isso somou-se o acirramento do quadro repressivo no pós-64, dentro de um projeto que visava a desestruturação da classe trabalhadora e dos espaços tradicionais onde se realizava até então sua ação coletiva e política¹³.

Com isso pode-se dizer que, pensar o processo de reorganização dos trabalhadores que marcou tão fortemente o final da década de 70, significa compreender que essas experiências foram marcadas por acontecimentos passados. Ao mesmo tempo, é possível dizer que as condições dadas (as transformações na estrutura econômica, a crise política, o Estado, a exploração, etc.), referências fundamentais para a compreensão dos processos de mudanças sociais ocorridos na época, não explicam por si só tais processos porque não existiram apenas como puro dados objetivados, mas foram condições vividas e experimentadas, sentidas, pensadas e interpretadas, num tempo e num lugar¹⁴.

¹³ A esse respeito, Vera Telles trabalha com a idéia de que na experiência vivida no pós-64 ocorreu um processo de “supressão dos espaços através dos quais os conflitos se tornariam visíveis”, dentro de uma “estratégia de poder” que visava “despolitizar a sociedade” ou ainda, “desfigurar a política como coisa pública”, buscando destruir “o povo como sujeito político e o movimento social como alternativa” (In Telles, 1984: 20).

¹⁴ “ Em 76 começamos a vir para cidade, para estudar, trabalhar, terminar os estudos. Era migração forçada, sempre procurando fugir da situação de dificuldade econômica.(...) E, então a fábrica era um desafio para quem nunca tinha visto uma empresa moderna; a Cobrasma era uma empresa moderna, uma grande fábrica. (...) o ritual da fábrica era uma coisa para mim... era uma coisa muito difícil, muito dura, pesada... E eu tinha uma sensibilidade, que aquilo era uma coisa desumana... que aquilo era uma fábrica de animalização dos seres humanos, e eu me sentia um daqueles também... me sentia subjugado, me sentia diminuído, humilhado... Não tinha voz ... (...) Eu tinha... dezoito anos... fazia supletivo, fui fazer SENAI... E daí, eu participava em comunidades de jovens e fui percebendo que, a miséria da qual eu fugia desde criança, de Minas Gerais, depois Paraná, Paraná-

A partir disso e dadas estas condições, nossa tarefa será elucidar como as experiências comuns foram ganhando sentido e acabaram por se transformar em práticas organizativas, através das quais os trabalhadores puderam articular os seus próprios interesses.

O bairro como espaço de ressocialização

Situadas relativamente distantes do centro urbano e formando uma espécie de cinturão em torno da cidade, as Vilas Planejadas foram construídas para atender a demanda de moradia de trabalhadores, em sua maioria migrantes, atraídos pelas grandes indústrias da região¹⁵. Foi a partir delas que se iniciaram as primeiras experiências de organização nos bairros de Campinas, no final dos anos 60, dentro de um processo pelo qual o bairro surgia como algo mais do que um simples local de moradia.

Ao discutir a trajetória dos migrantes na cidade, J. Carlos Petrini chamou a atenção para o fato de que o processo de inserção na sociedade urbana significou para o migrante, a desagregação dos laços de solidariedade entre as pessoas e os grupos sociais, e a perda de fidelidade à valores e ideais, resultando numa “sistemática desapropriação de sua identidade” (Petrini,1984:30). Ao mesmo tempo, o encontro de pessoas e grupos portadores de valores e

Campinas, era uma miséria estrutural... Aí eu resolvi que ia lutar contra isso....”
(Depoimento de Durval de Carvalho).

¹⁵ As Vilas Planejadas foram bairros de classes populares financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e que se formaram a partir de 1967. São elas: Vila Rica e Vila Castelo Branco (1967); Vila Boa Vista (1968); Vilas 31 de Março e Costa e Silva (1969); Jardim Garcia (1971); Vila Orozimbo Maia, Campos Salles e Miguel Vicente Cury (1972); Vila Perseu Leite de Barros (1974); Vila Padre Manoel da Nóbrega (1979). (In PECHULA, 1995: 83).

referências as mais variadas dentro dessas novas paisagens urbanas das periferias, possibilitou a mobilização de diferentes *formas culturais* a partir da luta diária pela sobrevivência e, nesse sentido, pode-se dizer que o espaço-bairro passou por um processo de resignificação (Telles,1984) na medida em que, a partir das necessidades contingenciais e das relações cotidianas vividas, constituiu-se como *espaço social* que articulava as diferentes experiências, num processo de reelaboração de padrões e modos de vida.

A construção desse espaço social, no entanto, baseou-se a princípio na convivência comunitária apoiada em relações pessoais de solidariedade e ajuda e não em uma lógica de ação e estratégia política, o que permite pensar o bairro, num primeiro momento, enquanto lugar de encontro e de *ressocialização* (Petrini,1984).

É possível compreender, a partir disso, o processo pelo qual o trabalho implementado nos bairros pela Igreja Católica na região de Campinas foi ganhando força e novo significado nesse período.

Em 1969 iniciou-se em vários bairros da periferia de Campinas a organização dos primeiros núcleos experimentais de pastoral, constituídos pela presença de comunidades religiosas (compostas por freiras que moravam nas vilas) e por uma equipe volante de padres que atendiam a população (Pechula,1995:84).

A Igreja no Brasil passava por um período de grandes transformações e, como parte desta instituição, a Igreja de Campinas não era diferente¹⁶. Pro-

¹⁶ As mudanças ocorridas na sociedade brasileira a partir da década de 50 (a industrialização, o aprofundamento da dependência ao capital estrangeiro, o acelerado processo de urbanização), colocaram para a Igreja novos problemas e desafios (e talvez o mais importante era o de reaver seu papel dentro de uma sociedade que cada vez menos se preocupava com

curando enfrentar os desafios das transformações sociais em curso postos pela nova função de pólo industrial e de atração populacional da região, ocorreu uma renovação da sua estrutura (até então baseada em paróquias), a partir da *nucleação*, em alguns bairros, dos chamados “ grupos de quarteirão”¹⁷.

Os grupos de quarteirão foram na verdade os primeiros núcleos de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da região, a partir de onde militantes de movimentos especializados como a Ação Católica Operária (ACO) e a Juventude Operária Católica (JOC) articulariam mais tarde, em 1973, a Pastoral Operária (PO). A Pastoral Operária - específica para trabalhadores e voltada para as novas questões dadas pelo chamado “mundo do trabalho”¹⁸ - passaria no final dos anos 70 a exercer destacado papel na reorganização do movimento operário e sindical na região de Campinas.

a questão religiosa). Ao mesmo tempo, somaram-se as mudanças intra-eclesiais a nível mundial, sobretudo as ligadas ao Concílio Vaticano II (1962/1965). A esse respeito consultar, entre outros: Bruneau,1987; Krischke,1986; Mainwring,1989; Moreira Alves,1979; Paiva,1985; Portelli,1990.

¹⁷ Por um lado isso refletia a busca de respostas para enfrentar novas demandas dos trabalhadores que habitavam esses bairros, o que significava a (re)organização da Igreja nesses locais, até mesmo como forma de reatar relações com este segmento tão importante da sociedade e fundamental para a sobrevivência da instituição; por outro lado, a motivação advinha da própria crise que abatia a Igreja de Campinas, com a falta de clero para atender essas populações. Referindo-se à relação entre mudanças sociais e a Igreja, assim analisou Tangerino o caso de Campinas: este processo “representava o esforço da Igreja em se modernizar, em criar novas *estruturas de plausibilidade*, já que o monopólio religioso do catolicismo diante do fenômeno industrialização-urbanização ruía...”,ao mesmo tempo que “possibilitava às classes populares penetrar no espaço eclesial levando sua problemática específica.”(Tangerino,1991:164).

¹⁸ “Mundo do trabalho” era uma expressão, bastante genérica, muito utilizada nos meios eclesiais católicos do período.

A possibilidade de encontro nos bairros e da ressocialização de pessoas vindas dos mais variados lugares, com experiências diversas, teve em grande medida o seu ponto de ancoramento nesses pequenos núcleos formados a partir do *espaço* da Igreja¹⁹, que apesar de serem poucos e estarem muitas vezes dispersos, acabaram por tecer uma rede de relações sociais viabilizadora de um processo de auto-reconhecimento ou, nas palavras de Eder Sader, de “reconhecimento pessoal” (Sader,1988:156). Este processo viria permeado por um discurso de valorização da pessoa humana e de resgate do sentimento de comunidade e solidariedade, possibilitando portanto, a partir do espaço social do bairro, a articulação de uma *identidade comum*²⁰, ao mesmo tempo que se abria caminho para o germinar de uma *ação coletiva*.

O bairro como espaço de resistência e experiência de organização

¹⁹ O “espaço da Igreja” é entendido aqui, como um espaço “gestado num campo de luta” (Telles,1984:40). Nesse sentido, dois movimentos devem ser destacados: um, é o da instituição que busca se “modernizar” e por isso abre espaços para a problemática das classes populares; o outro, é que ao acolher essa problemática a instituição acaba por ser impelida a reforçar a luta popular que, por sua vez, ganha espaços significativos no interior da instituição. Nos referimos portanto à chamada “Igreja Popular”, que nesse momento conjuntural amplia seu espaço intra-ecclesial, porém, não sem se isentar dos inúmeros conflitos com setores conservadores da Igreja de Campinas.

²⁰ Nos referimos aqui à dimensão propriamente cultural da religião popular que busca preservar valores éticos, estéticos, étnicos e cosmológicos de grupos minoritários e, nesse sentido, funcionar como um canal de expressão da identidade grupal. No caso da chamada “Igreja Popular”, é importante ressaltar que se iniciou a articulação de uma identidade comum aos “oprimidos e explorados” que nomeava-os enquanto “Povo de Deus”. Nesse sentido, analisou Carlos Rodrigues Brandão: “ “Povo de Deus”, uma expressão sectária que qualifica tanto entre pentecostais quanto entre católicos ortodoxos os que subscrevem uma mesma identidade, cumprem os mesmos preceitos e seguem com exclusividade uma mesma religião, torna aqui o sentido de uma “comunidade de salvação”, que independentemente de credos confessionais traça o perfil da identidade de um modo militante de trabalho político através da religião.” (Brandão,1988:58). O grifo é nosso.

Referindo-se à “experiência do autoritarismo” Vera Telles analisou o significado do pós-64 enquanto um processo de *esvaziamento do sentido de toda e qualquer ação coletiva*. Para a autora, tratou-se de uma estratégia de poder que visava destruir o “povo” como sujeito político e o movimento social como alternativa, dentro de um movimento de fechamento do espaço público enquanto lugar de manifestação política, que privatizava as pessoas e suprimia com isso, os conflitos e antagonismos sociais como fatos sociais coletivos (Telles, 1984: 19/22).

Tal formulação pode sugerir num primeiro momento, a possibilidade de uma idealização do nível de organização da sociedade brasileira no período anterior a 64. No entanto como analisou Eder Sader, “Tampouco antes de 1964 a esfera pública era lugar de constituição de sujeitos auto-organizados que incidissem ativamente sobre o Estado”. Porém, “na disputa político-eleitoral se legitimavam agentes políticos antagônicos; na relativa liberdade de ação de sindicatos e outros grupos de interesse, se legitimavam os conflitos e as diferenças. Embora o povo interviesse na política principalmente sob a forma de “massa indiferenciada”, enquanto base de sustentação dos atores políticos reais, expressavam-se por aí interesses populares que deveriam ter alguma ressonância nas esferas de poder para que o sistema funcionasse. Além disso, os conflitos que eclodiam no cotidiano podiam ser reconhecidos como legítimos graças à retórica política dominante e também à simples presença de sindicatos, organizações populares, imprensa livre, etc..” (Sader,1988:115/116).

Feita esta consideração, é possível compreender a existência nesse momento de um movimento de desestruturação/reestruturação dos espaços

onde aconteciam as experiências de ação coletiva e a prática política, processo através do qual emergiria o movimento popular e dos trabalhadores nos anos 70, apontados por grande parte da literatura das Ciências Sociais da época como sendo a evidência do aparecimento de *novas formas de organização e participação política*²¹.

No final da década de 60 a política econômica estruturou-se a partir de um novo padrão que intensificava a acumulação de capital. As diretrizes tomadas a partir desse novo padrão, particularmente a política de controle salarial adotada pelo Estado, repercutiram drasticamente na população assalariada, na medida em que os salários reais foram sendo arrojados (e de forma muito severa nos anos de 1973 e 1974). No ano de 73 o chamado “milagre econômico” começava a enfrentar sérias dificuldades e os custos sociais do modelo econômico adotado atingiam proporções alarmantes, ficando visível o grau cada vez maior de empobrecimento dos trabalhadores²².

Do ponto de vista da organização sindical, a partir de meados dos anos 60 o governo intensificou o cerco aos sindicatos, dissolvendo-os, realizando intervenções e afastando suas lideranças.

Em Campinas a situação não era diferente. O sindicato dos Metalúrgicos (fundado em 1947) sofreu intervenção em 1964, tendo o seu presidente Juraci Becker afastado. A sede do sindicato foi ocupada por representantes do Ministério do Trabalho e da Polícia Militar e alguns metalúrgicos foram con-

²¹ A respeito dessa literatura, várias referências bibliográficas estão dadas na nota 1, do capítulo I.

²² Cf. Oliveira, 1977; Singer, 1977; Moreira Alves, 1984.

vocados a prestar depoimentos na Polícia Militar, pois tinham seus nomes registrados em documentos do sindicato²³.

Em finais dos anos 60, valendo-se da legislação sindical, o governo continuou afastando lideranças sindicais e iniciou um programa de cooptação e “renovação sindical” destinado a ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos... ficando os sindicatos obrigados a assumir custos sociais com que o Estado de Segurança Nacional já não queria arcar.” (Moreira Alves, 1984:119/120).

Argeu Quintanilha, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região eleito em 1973, foi afastado da direção do Sindicato e teve seu mandato cassado em 1974, ficando em seu lugar Cid Ferreira de Souza, vice-presidente do Sindicato. Em 1975, concorrendo às eleições uma única chapa encabeçada por Cid Ferreira, seria eleita uma nova direção sindical²⁴.

Com a eleição de Cid Ferreira de Souza para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos da região de Campinas, conformava-se um tipo de ação sindical no interior da categoria que estava em plena sintonia com as novas funções estabelecidas para os sindicatos pela então política sindical do pós-

²³ A intervenção acabou por se estender até a eleição em 1967, quando chegou a presidência Argeu Quintanilha. No final de seu mandato, foi eleita outra diretoria que teve a presidência exercida por Guilherme Simões, em 1970. Na eleição seguinte, em 1973, disputada por duas chapas em virtude de uma divisão no interior da então diretoria, foi reeleito novamente Argeu Quintanilha que tinha como seu vice, Cid Ferreira de Souza (Cf. Memória e Ação, 1989:7).

²⁴ Pelo que pudemos constatar, não existe praticamente nenhum registro destas eleições, assim como dos processos de intervenção. A respeito do afastamento de Argeu Quintanilha em 1974, o que se tem é que “nunca ficou devidamente esclarecido para a categoria” (In Memória e Ação, 1989: 7).

64. E, nesse sentido, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas passou a contemplar dois grandes eixos: o sindicato deixava de ser um espaço de ação coletiva; ao mesmo tempo que se transformava em um órgão de assistência e atendimento das necessidades individuais dos trabalhadores.

Configurou-se por um lado, uma *ação sindical* desmobilizadora que agia no sentido de esvaziar qualquer tentativa de organização coletiva dos trabalhadores, ao mesmo tempo que estava comprometida com o empresariado local; por outro lado, uma *concepção sindical* voltada única e exclusivamente à função assistencialista do sindicato, dentro dos parâmetros propostos pela então política sindical.

A partir disso, criou-se uma *imagem* de um sindicato que atacava os problemas dos trabalhadores através de um forte aparato assistencial nas áreas da saúde, educação, previdência social, habitação e que buscava na família - espaço de privacidade, segurança e estabilidade para o trabalhador - a integração ideológica pretendida para justificar e firmar tal imagem ²⁵.

É possível afirmar que o fato de se ter uma indústria e um operariado recentes possibilitou a formação de um campo sem uma forte tradição de lutas. Ao mesmo tempo, como assinalou Godinho, as funções de assistência social desempenhadas pelo sindicato nesse momento acabaram por se incorporar ao universo das necessidades cotidianas dos trabalhadores, em função

²⁵ “Nós queríamos a família do trabalhador dentro do sindicato... hoje perdeu aquelas raízes... que era fundamental... A mulher acompanhava o trabalhador no sindicato, ela ia lá por um dentista, por um médico, para colônia de férias, por um milhão de coisas que a gente tinha de atividades, ela ia, ela participava, ela sabia o que o marido ia fazer; e ela sabia que era importante o desconto na folha de pagamento...” (Depoimento de Cid Ferreira).

mesmo da deterioração de seus salários verificada após 1964, que se fazia acompanhar de uma deterioração de suas condições de vida (Godinho,1981:14).

Nesse sentido, as condições objetivas e subjetivas dadas naquele momento propiciaram que o modelo assistencialista de sindicato e o tipo de ação sindical desmobilizadora fossem incorporados pela grande maioria dos trabalhadores, que passaram a reconhecer no sindicato um órgão para o atendimento assistencial. Paralelo a isso, foi ocorrendo um processo de desidentidade entre a categoria e o sindicato enquanto *espaço de luta coletiva*, já que este se fazia totalmente ausente aos problemas cotidianos no trabalho²⁶.

Estava-se portanto diante de uma processo pelo qual Vera Telles chamou de exclusão dos espaços tradicionais por onde os conflitos ganhavam até então visibilidade, sentido político e de ação coletiva, que impedia “a constituição dos trabalhadores como sujeitos políticos...” (Telles,1984: 10).

O fechamento de canais tradicionais de organização e expressão coletiva teve no entanto, seu contraponto nos caminhos que foram sendo construídos nos bairros, onde estava formada a base de uma rede de relações sociais que permitiu, na particularidade daquela conjuntura econômica, política e so-

²⁶ “ ... na época inclusive, a gente entrava na empresa e eles já vinham com a proposta... então a empresa chegava assim: “essa aqui é uma proposta do sindicato e você tem que ficar sócio”.... então a gente já tinha que ficar sócio... (...)Então, eu sempre fui sócio, mas até 74 eu não sabia onde era o sindicato...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago). “O Sindicato era uma entidade filantrópica. Como sindicato não existia. Então, tinha colônia de férias para as pessoas irem, tinha barbearia para cortar cabelo, farmácia para comprar remédio, escola de datilografia, despachante para arrumar documento do carro... então tinha esses serviços no sindicato, mas espaço para você discutir os problemas da empresa, a repressão na fábrica, o ambiente insalubre, campanha salarial, isso tudo não existia...”(Depoimento de Durval A. de Carvalho).

cial, o resgate do sentido da ação coletiva e que se tornou, aos poucos, um espaço viabilizador de práticas de resistência dos trabalhadores e de formas alternativas de luta.

No cotidiano dos bairros, nas Igrejas, nas Escolas, nos Centros Comunitários, foi sendo formado um suporte e uma sustentação para as lutas diárias, marcadas por práticas bastante singulares e de revalorização do cotidiano, que se iniciavam por conta de pequenas reivindicações por água, esgoto, transporte coletivo, creche e que acabavam por se transformar em lutas de grande amplitude, como é o caso em Campinas, do “Movimento Custo de Vida”²⁷ e da “Assembléia do Povo”²⁸.

²⁷ O “Movimento Custo de Vida” foi lançado oficialmente em Campinas em Julho de 1978, no Jardim Conceição (Jornal Marcha, n.3, 1978). Sua origem vinculava-se ao “Movimento Contra Carestia”, iniciado por volta de 1972 nas periferias de São Paulo. Uma das características básicas desse movimento, é que surge num momento de grande repressão, a partir de trabalhos comunitários já implantados pela Igreja, reunindo pessoas de esquerda, principalmente do PCdoB (naquele momento proibidos de se manifestarem), militantes do movimento popular, católicos ou não. Seu trabalho dava-se em torno dos problemas da comunidade (falta de escola, creche, etc.) ao mesmo tempo que questionava os grandes problemas econômicos e de direção econômica do Brasil.(Cf. Harnecker,1994). Em Campinas, antes da “abertura”, era um dos únicos canais de pressão de massa e teve papel importante junto aos sindicatos, mobilizando fundos de greve no período de 78/79 (Cf. Doc. mimeo. da JOC de Campinas, s/d).

²⁸ Também em 1978, nasceu em Campinas o “Movimento Assembléia do Povo”, articulado a partir das primeiras reivindicações conjuntas das Vilas Planejadas, em 1977, e organizadas pelo “Conselho Pastoral Inter-Vilas”. Nessa experiência se envolveu praticamente toda a periferia de Campinas - as vilas planejadas, bairros, favelas e loteamentos clandestinos, para reivindicar a princípio melhoria no transporte, a inexistência do leite tipo C nos bairros, reivindicações estas que foram se ampliando no sentido de demandar melhoria na qualidade de vida (luz, asfalto, esgoto, saúde, educação). A origem do nome do movimento deu-se em função das assembléias massivas que eram realizadas no Paço Municipal, em que os bairros apresentavam, conjuntamente, suas reivindicações ao poder público. A partir da “Assembléia do Povo” nasceu a reivindicação dos favelados de Campinas pela concessão do direito real do uso da terra habitada, alcançando repercussão nacional e contribuindo

Sobre os processos organizativos no interior dos bairros da cidade de São Paulo e que marcaram este período, analisou Vera Telles: “A singularidade dessas práticas foi o seu ancoramento nas várias dimensões da batalha diária pela sobrevivência - o trabalho, a moradia, a educação, a saúde, o transporte, etc.. São dimensões da vida cotidiana que passam a adquirir conteúdo político reconhecível. Será através delas que os trabalhadores irão recuperar o sentido da ação coletiva, que a luta por direitos tornar-se-á tangível e o conflito reaparecerá como algo constitutivo da vida social.” (Telles,1984:10).

Locus privilegiado para a organização dos trabalhadores naqueles anos e *lugar possível* para a atuação operária, foi no bairro onde ocorreu o encontro entre o movimento social melhor estruturado e o movimento dos trabalhadores que buscava se reorganizar. As práticas organizativas foram se cruzando na medida em que as reivindicações dos movimentos populares eram na verdade reivindicações dos trabalhadores que moravam nas periferias das cidades.

Nesse processo, a Igreja adquiriu importância e força enquanto espaço aglutinador ou, como assinalou Heloisa Martins, enquanto espaço “ de encontro dos trabalhadores, sejam eles militantes operários, sindicais, do movimento popular ou da Igreja” (Martins,1986:224).

As CEB's, que serviram como espaço inicial para a socialização e a aglutinação das pessoas, tornaram-se os lugares onde os sentimentos de opressão, de privação, de injustiça, de exploração, começaram a ser reelabo-

para a articulação dos diversos movimentos de favelados do país, a partir de então (Cf. Ferraro,1985; Trasferetti,1987).

rados - a partir das práticas comunitárias - enquanto experiências coletivas que acabaram por se transformar em práticas políticas²⁹.

Foi através das CEB's, estruturadas a partir de 1969 em alguns bairros de Campinas, que entre 1972 e 73 foi proposto pela Coordenação de Pastoral Diocesana a um grupo de religiosos e religiosas, um trabalho no meio operário da Região³⁰. A Pastoral Operária surgia, portanto, de uma proposta explícita da Igreja de Campinas de intervenção na realidade do mundo do trabalho,

²⁹ “ Era grupo de jovens e comunidade eclesial de base - CEB's; nós não tínhamos sequer salão na época..., a reunião era na casa das freiras... e depois a gente reunia o grupo de jovens ao ar livre, e mais adiante fomos construindo o Centro Comunitário, com mutirão de final de semana... Então a gente reunia, discutia política, história, cultura, arte... vinha alguém fazer palestra, às vezes a gente lia algum livro coletivamente, montava grupo de estudo, tinha aula de música, depois nós tínhamos curso de legislação trabalhista... (...) A releitura do evangelho, à luz da Teologia da Libertação, de descobrir o Deus da vida... o Deus que não era acusador (...) que te olha e que perdoa, liberta... “igualdade, comunidade, solidariedade” etc... Então, essa releitura da bíblia foi para mim uma coisa determinante na minha opção de militante, antes de fazer política...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

³⁰ “ A diocese queria alguma coisa para todo o mundo, pastoral, grupos... e é bom ter Pastoral Operária...! Não sendo uma diocese altamente conservadora ela tolerava muito bem apoiar alguns setores de esquerda. (...) A PO começou em 73 quando eu fui convidado pelo vigário geral, Pe. Pessoto, a trabalhar com pastoral.... Como fazer? Falei com o Valdemar Rossi em São Paulo, a JOC de São Paulo, com o Pe. Milton Santana... Achei mais interessante seguir o modelo da Ação Católica (tivemos encontros clandestinos no Rio, Salvador e Minas). Como achar os operários? ... nós não tínhamos nenhum contato... Comecei a visitar os pequenos grupos de irmãs nas Vilas Planejadas. Eu explicava que havia sido nomeado para ser coordenador da PO (...) então eu pedia para que elas me indicassem operários para eu sentar com eles... Foi muito difícil, muito lento... Era muito difícil formar grupos nos bairros... eram sempre enxertados nas comunidades, grupos de jovens... nunca tinha autonomia própria; eram feitas reuniões de operários, mas estes se identificavam mais com os outros grupos da comunidade. As reuniões eram esporádicas e sempre com “furos”. O que realmente dava certo eram os contatos, os encontros mais centrais.” (Depoimento de Terence Hill).

sendo apoiada e congregando ao mesmo tempo, os vários trabalhos que vinham se desenvolvendo em anos anteriores nos bairros.

No entanto, a organização dos trabalhadores a partir dessas comunidades foi uma tarefa árdua, mesmo porque não havia uma necessidade de organização explicitada pelos próprios trabalhadores. Por um lado, passava-se por um momento político marcado pela repressão, o que dificultava esse tipo de ação; nas fábricas, segundo relatos que colhemos, o controle ideológico era forte e exercido de forma direta pelas chefias e os sindicatos forneciam às empresas as chamadas “listas negras” contendo nomes de trabalhadores que por algum motivo tivessem alguma evidência. Por outro lado, dentro da própria Igreja havia muita resistência, na medida em que a Pastoral Operária visava realizar um trabalho extra-ecclesial, voltado para fora da instituição, sendo que as outras pastorais não se identificavam com esse tipo de trabalho.

Em meio a esse quadro, a atuação da Pastoral Operária se caracterizava por ser um trabalho lento e miúdo, que acontecia através da nucleação e organização de pequenos grupos de base com o objetivo de oferecer formação sistemática aos trabalhadores³¹.

A experiência da prática de nucleação e formação dos trabalhadores realizado pela Pastoral de Campinas nesse período, foi assim relatada por uma de suas coordenadoras:

³¹ A Pastoral Operária, já articulada a nível nacional, tinha como uma de suas prioridades a “formação” dos trabalhadores. No entanto, como fica claro no depoimento deste religioso, havia internamente várias linhas: “*alguns querendo uma formação estritamente católica e outros interessados em uma formação sindical e não se preocupando mais se é católico ou não...*” (Depoimento de Terence Hill).

“ Nessa época, procurávamos identificar os cristãos nas suas comunidades - porque as CEB's estavam muito bem articuladas a nível pastoral. Nós estávamos tentando identificar os cristãos que trabalhavam em fábricas, porque nós trabalhávamos inicialmente com operários, com trabalhadores, na fábrica, na indústria e quando a gente conseguia encontrar um grupo ou uma comunidade ou uma região a gente iniciava a reflexão a partir de cursinhos sobre as Leis Trabalhistas. (...) Nós iniciávamos os trabalhos a partir de encontros e discussões, “como era sua fábrica, que se faz lá, como vivem os trabalhadores nas fábricas....”. (...) A nível da organização sindical, nós estávamos estudando o que era a função do sindicato e como o companheiro, como cristão, podia atuar no sindicato. É claro que era uma pergunta inútil, porque ninguém participava do sindicato. Discutia-se sindicato fora do sindicato, na época. Porque todos os sindicatos eram pelegos, excessivamente fechados a qualquer questionamento dos trabalhadores e também eles não apresentavam o rosto, eles não configuravam o trabalhador... configuravam mesmo a empresa, o capital. Trabalhávamos muito o que era sindicato, fora do sindicato... (...) a formação era excessivamente fragilizada, frágil, ... era uma formação mais para o imediato... (...) Com os grupos nós estávamos decifrando o mundo do trabalho...”³².

Se a princípio a ação da Pastoral Operária esteve mais voltada para o bairro, não era apenas porque naquele momento este era o espaço possível de atuação. Havia também, por parte da Igreja, uma proposta muito clara de *nucleação* e realização de um trabalho a partir dos bairros, que tinha por objetivo criar pequenos grupos que deveriam ser espaço para reflexão, formação e informação dos seus militantes. Sendo assim, esses grupos - muitos dos quais de vida transitória - formavam-se na maioria das vezes ligados as lutas locais

³² Depoimento de Lise Roy .

por água, luz, creche, etc., e acabavam se tornando espaços de encontro para discutir a questão operária e sindical.

Buscava-se no entanto, através desses grupos de bairro, descobrir ativistas e identificar trabalhadores que estivessem despertando para as ações coletivas para, a partir daí, formar lideranças e incentivar uma ação mais efetiva no interior das fábricas, estabelecendo-se assim uma ponte entre o bairro e a fábrica. Para Hamilton Faria (1986:233), a articulação bairro-fábrica seria “uma marca característica de toda a atuação da Pastoral Operária no movimento dos trabalhadores, ela já nasce como fruto dessa relação.”³³.

Dessa forma, o bairro foi se constituindo como um *novo* espaço para a resistência e experiência de organização dos trabalhadores, e nisso reside a importância atribuída a ele no período.

Referindo-se aos núcleos formados a partir dos bairros no interior das experiências organizativas da cidade de São Paulo, Vera Telles analisou que “constituíram-se pontos de convergência e cruzamento de experiências vividas em lugares distintos” - no bairro, na fábrica e por vezes no sindicato, ao mesmo tempo que articulavam “um sentido comum” à essas experiências: famílias se juntavam para apoiar os desempregados; nas missas convocavam-se trabalhadores para reuniões; militantes operários de diferentes grupamentos, agentes de pastoral, se reuniam para discutir o dissídio coletivo, a come-

³³ As formas de ação da Pastoral Operária visando a articulação bairro-fábrica, são assim relatadas em um documento: “No *ambiente de trabalho* deve-se: 1. perceber entre os colegas os maiores líderes e ir criando mais amizade; 2. fazer pesquisa na fábrica e criar grupinhos para agir sobre problemas concretos; 3. levar informação sobre a realidade e sobre a vida sindical, os direitos. Nos *grupos do bairro* deve-se: 1. fazer reflexão; 2. ajudar a organizar a formação de grupos de fábrica; 3. servir para a formação e informação dos membros; 4. os grupos devem ser compostos pelas mesmas pessoas e não passar muito mais de seis membros.” (Doc. mimeo. da P.O., tirado no encontro de 11/11/1976).

moração do dia 1o. de Maio, as propostas de formação de Oposições Sindicais (Telles,1984: 47). Nesse sentido, pode-se dizer que havia uma experiência muito parecida no interior dos bairros de Campinas.

Os núcleos de trabalhadores vinculados ao trabalho pastoral na região de Campinas, foram decisivos na rearticulação do movimento operário e sindical de várias categorias a partir do final da década de 70. No entanto, foi no setor metalúrgico que a presença deles foi mais significativa, desempenhando como veremos, um importante papel na construção do Movimento de Oposição Sindical.

No entanto, embora os registros sejam poucos e praticamente inexistentes, no processo do pós-64 havia também no meio operário da região de Campinas outras experiências (muitas das quais de caráter clandestino) que aconteciam em outros espaços e que se cruzavam com as dos bairros. Essas experiências aconteciam no interior das fábricas e através do sindicato, como veremos a seguir.

Outros caminhos da resistência e organização

Por volta de meados dos anos 70 havia também em Campinas a Juventude Operária Católica (JOC)³⁴. Organizada em torno de um trabalho realizado com pequenos grupamentos de trabalhadores católicos, a JOC no entanto distinguia-se da Pastoral Operária³⁵. Com uma atuação intra-ecclesial que ob-

³⁴ A JOC foi fundada em Campinas por volta de 1937, sendo que anterior à ela existiu a Federação Operária Católica de Campinas (1919) e o Centro Operário Católico de Campinas (1920). (Cf. Doc. mimeo. s/d.).

³⁵ Referindo-se ao movimento mais amplo da JOC, Heloísa Martins acentuou que seu trabalho era marcado por uma prática pessoal que buscava conscientizar o operário - enquanto cristão, a lutar contra as injustiças e pelos seus direitos; era uma visão política limitada,

jetivava a formação de militantes cristãos, tinha uma preocupação mais voltada para a “conscientização” de seus quadros para atuarem nos locais de trabalho, enquanto que a intervenção nos sindicatos não era uma prioridade, mesmo porque possuía uma postura contrária a estrutura sindical estatal (Martins, 1986:102).

Encontravam-se nesse período, no interior da JOC de Campinas, trabalhadores vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que sob a clandestinidade tinham nela um espaço de militância³⁶. A união nesse momento entre militantes cristãos e comunistas do PCdoB, acabou por dar o tom inicial dos primeiros passos para organização dos trabalhadores metalúrgicos, principalmente a partir das pequenas mobilizações que realizavam no interior das fábricas³⁷.

associada a uma vivência de Fé. Sua preocupação portanto era em formar militantes cristãos, com o objetivo muito mais de trazer o trabalhador para a Igreja, do que levá-lo a participar efetivamente do movimento sindical (Martins, 1986:98 e102). Ainda sobre isso diz Scott Mainwaring: “... o movimento mantinha seu compromisso com a Igreja, e a religião permeava a sua visão política. A JOC via suas atividades políticas como parte de um testemunho de fé.” (Mainwaring,1989:156).

³⁶ As mudanças ocorridas no interior da Igreja desde a década de 60 com o Concílio Vaticano II, propiciaram processos de redefinição da própria JOC, tornado-se ela nos anos 70, um espaço para militantes de esquerda: “*Na época não tinha nada de movimento operário, não tinha nada... Aí a gente começou a criar um movimento. Mas tinha gente dentro da JOC que já era do partido... então não se abria... (...) o partido dava a linha, e a gente levava para dentro da JOC...*” (Depoimento Valdemir J. Martinhago). Nesse período, como falou ainda um dos entrevistados, referindo-se à Igreja de Campinas: “*as pessoas que lidavam o trabalho das pastorais em Campinas, eles eram mais suscetíveis às políticas do PCdoB, que foram entrando no aparelho da Igreja de Campinas, através do Instituto de Pastoral, que tinha quadros do PCdoB que eram professores do Instituto e eles trabalhavam juntos; traziam a contribuição intelectual e com isso eles iam construindo um espaço de confiança mútua, de troca... reciprocidade...*” (Depoimento de Durval de Carvalho).

³⁷ “*Em 72, 73, começou a aparecer alguns companheiros que já deveriam ser do partido, do PCdoB, que era um pessoal que já participava. Então como nós estávamos sempre bri-*

No entanto, as diferenças de perspectiva e de atuação no meio operário entre esses militantes já eram mais ou menos evidentes. Embora ambos valorizassem a mobilização nos locais de trabalho como forma de resistência frente as más condições de trabalho e o despotismo das chefias³⁸, o PCdoB concebia essas atividades enquadradas dentro de uma estratégia previamente estabelecida e subordinada às formas partidárias, que considerava ser também necessária a atuação *no sindicato* a partir do interior das diretorias, dentro dos parâmetros dados pelo sindicalismo oficial³⁹. Essas diferenças porém, não inviabilizaram *nesse momento* a possibilidade de um trabalho conjunto desses militantes.

gando na fábrica, aí o pessoal começou a convidar... A gente desde 74, na Bendix, começou fazer um movimento, uma reivindicação... por exemplo, um bebedouro, um refeitório melhor e às vezes em quando mexia no salário... Porque na época vinha só o dissídio, isso em 72... A gente não tinha o sindicato... na época nós criávamos movimento, dentro da fábrica mesmo... (...) e junto na JOC a gente começou a criar, a dar umas idéias "como nós vamos montar um grupo lá dentro da empresa... vê a situação de exploração... nós precisamos mudar isso aí...". A gente chegou e começou com essa briguinta por água... banheiro... E aí chegou uma época, a gente só tinha o dissídio em abril, aí onde começamos a perceber em 76, que a gente queria ir para o sindicato..." (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

³⁸ Não há registros das formas de resistência dos trabalhadores metalúrgicos da região de Campinas nos interiores das fábricas no período pesquisado; pudemos através das entrevistas constatar que havia uma resistência desses trabalhadores contra a opressão das chefias, os pequenos problemas como falta de água, banheiro, higiene dos refeitórios, qualidade da alimentação etc, no entanto, seria necessário a coleta de outros depoimentos para se ter um quadro mais real dessas formas de organização embrionárias. A respeito, por exemplo, das formas de resistência dos trabalhadores das indústrias automobilísticas de São Bernardo, um trabalho importante é o de Frederico, 1979.

³⁹ *"E nessa época a gente estava no movimento da JOC, tínhamos uns desencontros, umas briguintas com os padres. (...) aí, dentro da JOC, a gente começou a brigar. Na época começamos a ter um confronto com ela, nós forçávamos para ela ir para o sindicato... e aí onde foi chegando mais a questão do partido..." (Valdemir J. Martinhago).*

No pós-64 até o início dos anos 70, não havia experiência significativa de participação e luta sindical na região de Campinas, na medida em que os próprios sindicatos encontravam-se fechados para qualquer iniciativa nesse sentido. Na categoria metalúrgica - a maior e mais importante da região com cerca de 40 mil trabalhadores em sua base nesse período - o que existia por um lado, era um sindicato totalmente voltado para as atividades assistenciais onde “a direção atuava para dentro de sua própria estrutura”, e nesse sentido, “o espaço de atuação eram apenas a sede e as sub-sedes, e muitas vezes, limitava-se somente ao “gabinete do presidente”.” (Memória e Ação, 1989:8). Por outro lado, não havia nenhuma experiência em termos de organização de grupos de trabalhadores que se colocassem em oposição à diretoria, mesmo porque as lutas que eventualmente surgiam possuíam um caráter imediato e aconteciam isoladas no interior das fábricas, sem a participação do sindicato⁴⁰.

O que ocorria portanto era um trabalho muito inicial e primário de formação e questionamento dos trabalhadores realizado pela Igreja e a atuação de alguns trabalhadores próximos à esses núcleos comunitários, ao PCdoB e alguns que se autodenominavam “independentes”, organizando-se a partir de

⁴⁰ “Naquela época nós tínhamos um departamento, a usinagem. Lá trabalhavam duzentas e cinquenta pessoas, e nós estávamos com reivindicações sobre um aumento, sobre a questão de um chefe, da segurança dentro da empresa..., e naquela época nós pegamos (porque não podia!) reunimos o pessoal, reunimos umas quarenta pessoas só do departamento, só o pessoal mais “ponta firme”... a gente já tinha um grupo de sete pessoas dentro da firma. Fizemos um abaixo-assinado,(...) aí a gente veio no correio, pegamos o endereço da empresa que era a GE aí depositamos e foi direto para o departamento pessoal...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

problemas localizados no interior de poucas fábricas, sem que no entanto houvesse uma articulação mais efetiva entre esses trabalhadores.

A partir de meados de 70 o dissídio coletivo da categoria metalúrgica (mesmo sendo nas palavras de um entrevistado “um ritual de mesmice”) tornou-se ponto de referência para que a partir daí alguns trabalhadores comessem a ir até o sindicato e assim, se encontrar⁴¹. Por volta de 1975 por ocasião do dissídio com data-base em abril, alguns trabalhadores começaram a freqüentar a sede do sindicato onde ao invés de assembléias, o que acontecia segundo relatos, eram pequenas reuniões “dirigidas de forma autoritária” e realizadas muitas vezes na sala do presidente, o que afastava sobremaneira a possibilidade de participação⁴².

Em 1977 um acontecimento viria alterar de certa forma essa situação. A denúncia da fraude dos salários, a partir de onde iniciou-se o Movimento pela Reposição Salarial, marcaria no cenário nacional um momento importante do

⁴¹ “ (...) é mais na questão de dissídio, da data-base que a gente tinha, mais na questão mesmo de encontrar... Aí quando começou, o pessoal reunia numa fábrica, dentro do movimento mesmo e depois, tinha a assembléia... A primeira em 75 a gente foi em cinco (...) A gente ia na mesa do Cid, aí chamava a diretoria... Como fomos em cinco, aí perdemos a votação, porque nós votamos contra. Aí começou a criar um atrito... Em 76 a gente foi em 15, aí chegou 77 fomos em 350 pessoas...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

⁴² “ Então, quando é que nós íamos ao sindicato? Nós íamos ao sindicato uma vez por ano. Cada ano, tinha a campanha salarial e o sindicato era obrigado a convocar... O sindicato distribuía dois boletins por ano na categoria: um na época da data-base e outro boletim no final do ano que falava que era prestação de contas, aquele monte de números que a gente não entendia nada... E nas campanhas salariais, a gente vinha... já tínhamos já um grupo, era o pessoal do PCdoB, eles vinham para o sindicato, a gente ia junto, ia lá e discutia, formava uma comissão salarial. Essa comissão salarial, devia encaminhar a campanha com a diretoria. Como a diretoria do sindicato nunca queria fazer nada, era um bando de pelegos, a comissão não tinha poder e quem encaminhava era o sindicato.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

processo de reorganização sindical⁴³. Nesse movimento, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas fez-se ausente, não tomando nenhuma iniciativa de mobilização dos trabalhadores, nem ao menos realizando algum trabalho de esclarecimento junto a categoria sobre seus direitos (Cf. Jornal Marcha, n.1, mar/78).

A conjunção desses fatores trouxe à tona perspectivas de novas ações sindicais e com isso, a possibilidade do nascimento de uma posição crítica por parte de alguns trabalhadores e do questionamento da atuação da direção do sindicato, aflorando a partir daí a necessidade de uma organização que viesse se opor ao tipo de ação e concepção sindical presentes até então ⁴⁴.

Nestas condições, iniciaram-se a partir de 1977 as primeiras articulações para a formação de uma chapa de oposição na categoria metalúrgica da região de Campinas, sendo tal experiência assim relatada por um trabalhador:

⁴³ O Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo promoveu em 1977 a campanha para recuperar a perda de 34,1% dos salários em função de manipulações das estatísticas oficiais sobre a inflação de 1973 e 1974. Em outubro de 77 teve início o Movimento pela Reposição Salarial, com grande repercussão na opinião pública nacional, favorecendo a formação de alianças entre diferentes grupos de oposição e abrindo caminho para as greves de 78/79/80 (Cf. Moreira Alves, 1984).

⁴⁴ *“Em 77, inclusive eu lembro (eu tinha até esses papéis um tempo atrás, eu gostava de guardar muitos documentos assim...), saiu na Folha de São Paulo uma perda de 34%... foi em 77... Daí nós tiramos xerox disso, e aí nós tínhamos um pessoal: “você coloca no banheiro e tal... e dá uma agitada”. E ia ter a data-base. Aí, só da GE naquela época, nós conseguimos trazer 350 pessoas para o sindicato. Aí quando saímos (do sindicato), aí já saímos com uma briga, o Cid manobrou, falou que não tinha aquilo e tal... (...) Aí foi inclusive que a gente não tinha como fazer boletim, a gente pegava qualquer coisa, a gente levava para dentro da fábrica, jogava para dentro do banheiro, tirava xerox..., e aí começou a ampliar. (...)E dentro do movimento em si, quando a gente fazia os encontros, aí a gente achou que tinha que fazer Oposição...”* (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

“Aí, dentro da JOC, a gente tinha reunião uma vez, duas por mês, que era mais ampla. Aí a gente começou a ter contato com o pessoal da Bosch, tinha o pessoal da Bendix, tinha o pessoal da Clarck... um pessoal que participava dentro do movimento da Igreja, que seria um pouco nos bairros... e aí pensamos na Oposição... Tinha gente da GE, eu era da Cobrasma... (...) tinha nego que estava, por exemplo, no partido e tinha o pessoal que não, ... era mais da empresa, fazia algum trabalho... (...) tinha um pessoal que já era mais consciente, que sabia: “tem que derrubar o pelego, tem que fazer uma oposição...” (...) Aí começou em si o movimento. (...) quando daí tinha eleição, daí começamos a pesquisar como era o sindicato, como era eleição...”⁴⁵

Diferente da experiência dos metalúrgicos da cidade de São Paulo que se organizavam em oposição desde 1967⁴⁶, e dos trabalhadores de São Bernardo que tinham no sindicato um ponto de apoio para as suas lutas⁴⁷, na categoria metalúrgica da região de Campinas não havia uma tradição de organi-

⁴⁵ Depoimento de Valdemir J. Martinhago.

⁴⁶ O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não se colocava como referência para as lutas operárias. As lutas surgidas na categoria assim como todo um processo de questionamento da estrutura sindical, dava-se fora da direção sindical nas lutas no interior das fábricas. Papel fundamental nesse sentido exercia a Oposição Sindical, que pautava a sua ação na organização de base, independente da estrutura sindical e priorizando a organização autônoma dos trabalhadores. Vale dizer que o que particulariza o setor metalúrgico de São Paulo é a presença de um parque industrial complexo e diversificado, marcado por uma concentração de modernas indústrias convivendo com uma dispersão de empresas de tipo tradicional e familiar (Cf. Faria,1986; Nogueira,1990).

⁴⁷ A atuação da direção de São Bernardo se dava a partir da estrutura sindical oficial, colocando-se à frente da organização da categoria, absorvendo as pressões de sua base e canalizando-as para dentro do sindicato. Sua ação sindical pautava-se por impor-se independentemente do Estado, com uma postura politicamente contestadora e que buscava voltar-se às suas bases. O que vai particularizar o seu operariado é que se encontra no núcleo mais dinâmico e moderno da industrialização brasileira, onde se concentram grandes unidades fabris com número elevado de operários, com relativa homogeneidade de sua base (Cf. Moisés,1982a.; Humphrey,1982; Maroni,1982; Antunes,1985).

zação e luta sindical e muito menos de “oposição”. Acrescente-se a isso a desidentidade construída ao longo desses anos e o abismo criado a partir daí entre os trabalhadores e o sindicato enquanto *entidade de luta coletiva*.

Dessa forma, organizar uma Oposição Sindical significava como colocou um militante “abrir um campo que estava fechado a muito tempo”⁴⁸, ou mais do que isso, significava abrir um novo campo que ainda estava por ser construído.

Referindo-se a este processo, assim expressou um trabalhador:

*“ A Oposição nasceu mesmo é da teimosia de quatro companheiros em assistir às assembléias da categoria que muitas vezes, por volta de 76, eram feitas na sala do presidente do sindicato. A idéia era conhecer melhor o estatuto. Nos assustava o tanto de “diversos”, “avulsos”, “outros”... como itens que significavam dinheiro no balancete. A idéia de uma chapa surgiu em 1977. Fomos em São Bernardo falar com o Lula, com o Benedito Marcílio também. Aqui, conversamos com o Argeu Quintanilha. Foi um processo de descoberta... Cada um trazia dentro da luta a sua própria experiência...”*⁴⁹

Em abril de 1978 foi lançada a chapa de oposição à diretoria do sindicato dos metalúrgicos - a primeira chapa de oposição sindical da região de Campinas - iniciando-se a partir daí os primeiros passos para a construção de um *Movimento de Oposição Sindical*.

No capítulo que se segue, trataremos da experiência de construção deste Movimento e da diversidade política e sindical nela inscrita.

⁴⁸ Depoimento de Manuel Dantas de Alcantra.

⁴⁹ Depoimento de Sérgio Murilo B. de Araújo.

CAPÍTULO III

A Diversidade Política e Sindical na Experiência de Construção do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas

Do ponto de vista da organização social e dos trabalhadores, o ano de 1978 foi particularmente rico também para a região de Campinas. Além do lançamento da chapa de Oposição Metalúrgica em abril, a onda de greves iniciada em maio no ABC paulista expandiu-se pelo interior, atingindo a partir de junho várias empresas da região campineira. No mês de julho aconteceram as eleições sindicais da categoria metalúrgica, ao mesmo tempo que foi lançado o “Movimento Custo de Vida”. Foi criado ainda nesse ano, o movimento da “Assembléia do Povo”.

A nível nacional as eleições parlamentares marcaram o aparecimento dos setores populares e da ascensão de setores de oposição, ao mesmo tempo que no campo sindical o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI) ocorrido em julho, pontuou o início das primeiras articulações entre as diversas lideranças sindicais. As mobilizações ocorridas a partir do ABC paulista marcaram o retorno dos trabalhadores brasileiros à cena política, trazendo questionamentos do ponto de vista político e relativos ao tipo de ação das direções sindicais, tornando-se ainda mais evidente a necessidade da organização dos trabalhadores.

A Oposição Metalúrgica de 78

O nascimento da Oposição Metalúrgica de Campinas foi um acontecimento muito importante para a região, um fato político que demarcou por um lado, a primeira iniciativa no pós-64 de organização desses trabalhadores para disputar *enquanto oposição* o controle do sindicato, abrindo a partir daí um debate para o conjunto da categoria¹.

Por outro lado, pelo fato do sindicato dos metalúrgicos ter expressão nacional e ser o maior e mais importante da região de Campinas², o fortalecimento de uma organização que questionava o tipo de ação desmobilizadora, não representativa e antidemocrática, significava abrir caminhos não apenas para o avanço da luta sindical na região, inclusive de outras categorias³, mas

¹ Na avaliação de um dos trabalhadores que fez parte da chapa da Oposição de 1978: “A consciência de participação sindical junto aos operários cresceu com a Oposição porque levamos os trabalhadores a falar mais sobre Sindicato, porque criou-se clima de discussão (fazia-se reuniões nos bairros, os companheiros de fábrica respeitavam e batiam papo sobre questões gerais, conversava-se nos banheiros...). A amizade levou muita gente a começar a ir nas assembléias, nas reuniões na periferia, nas comunidades, a bater papo com os operários...” (Depoimento de Sérgio Murilo B. de Araújo).

² O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região integra atualmente as cidades de Campinas, Americana, Indaiatuba, Hortolândia, Nova Odessa, Paulínia, Sumaré, Monte Mor e Valinhos, sendo o maior da região com base estimada no período em cerca de 40.000 trabalhadores. É o terceiro maior do estado de São Paulo, ficando atrás apenas dos metalúrgicos de São Paulo (1o.) e de São Bernardo (2o.). (Dados fornecidos pelo sindicato).

³ O sindicato mais organizado da região nesse período era o dos Petroleiros de Paulínia, tendo à sua frente Jacó Bittar. Outros sindicatos importantes da região eram (ainda são): químicos, bancários, alimentos, gráficos, ferroviários e construção civil. Outras entidades que começavam a se organizar melhor nesse período com importante participação na rearticulação do movimento sindical da região de Campinas foram a Assuc (Associação dos Servidores da Unicamp), as associações dos docentes da Puccamp e da Unicamp (Apropuc e Adunicamp).

também para o avanço das experiências de lutas populares que estavam nesse momento bem articuladas nas Vilas Planejadas, nas favelas e nos bairros da periferia da cidade.

Não havia nesse período uma clara visibilidade da identidade política dos militantes operários ou dos grupamentos a que pudessem pertencer, porque de certa forma eles serem obrigados a atuarem sob a clandestinidade⁴, além de serem numericamente poucos⁵.

As entrevistas realizadas possibilitaram-nos, no entanto, demarcar minimamente o cenário estabelecido naquele momento.

A partir da Igreja Católica existiam pequenos grupos de trabalhadores: de um lado vinculados à Juventude Operária Católica (JOC) e de outro vinculados à Pastoral Operária (PO) - que mesmo não estando bem estruturada já possuía base social nos bairros, através da CEB's. Estes dois grupos, como já salientamos anteriormente, possuíam propostas diferentes, embora estivessem

⁴ "Ainda não identificávamos a nível sindical, quem estava lutando para entrar no sindicato pela porta da frente... a visibilidade sindical, ela ainda não existia." (Depoimento de Lise Roy). "Eu era da tendência e a gente se organizava de maneira clandestina, mas era um movimento de célula. Um movimento de esquerda dentro da fábrica não existia...! Porque era clandestino mesmo...O primeiro movimento que a gente fazia, da minha tendência, era um movimento de cunho revolucionário, organizar o cara para revolução, não era para o sindicato... Mesmo porque ninguém... não passava pela cabeça de ninguém entrar no sindicato... no sindicato é preso, é ser "dedado" pelo Cid..." (Depoimento de Mário M. de Lima). "... a gente trabalhava bastante para ver como é que o cara era... porque era época de clandestinidade..." (Depoimento de Valdemir Martinhago).

⁵ "... cada um tinha dois, três caras na categoria... muito pouca gente mesmo... Para juntar, para você fazer uma reunião de dez caras na categoria metalúrgica, era um investimento! Uma reunião com dez caras... era uma reunião fantástica!..." (Depoimento de Durval de Carvalho).

muitas vezes juntos nas lutas cotidianas. Dentro da JOC participavam vários militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) sob a clandestinidade.

Além dos trabalhadores vinculados à Igreja e à esquerda partidária, faziam-se presentes os que se autodenominavam “independentes”, ou seja, trabalhadores que atuavam no interior das fábricas e que participavam em alguns momentos do sindicato, muitas vezes próximos aos militantes vinculados a esses grupamentos, porém sem ter uma ligação orgânica com eles. A partir de meados de 1970 já existiam também atuando na categoria, alguns militantes de pequenas tendências de esquerda não organizadas partidariamente, de ideologia trotskista e leninista, que desenvolviam nesse momento um trabalho mais voltado para o interior da própria tendência⁶.

É possível dizer que havia a presença de alguns trabalhadores vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuando junto a categoria, mas pelo que consta a participação desses trabalhadores era ínfima, praticamente inexpressiva⁷. Dentro do espectro dos diversos grupos estavam presentes ain-

⁶ Nos referimos aqui à Organização Socialista Internacionalista (OSI) - conhecida mais tarde como *O Trabalho*, e à *Convergência Socialista* (CS), ambas de linha trotskista. Embora houvesse nesse momento a presença de outros pequenos grupos organizados, “gravitando” no meio operário (como se pôde deduzir dos depoimentos e através de jornais alternativos), nos deparamos com uma dificuldade em termos de informação a este respeito. É possível afirmar que havia a presença alguns militantes ligados à *Democracia Socialista* (DS), ao Jornal *Em Tempo* e ao Jornal *A Marcha*; havia ainda a presença de militantes da “Ala Vermelha” (dissidência do PCdoB) responsável pelo jornal “Repórter da Região” de Campinas, mas estes militantes, ao que tudo indica, tinham pouca representatividade junto ao movimento metalúrgico e estavam mais inseridos nas lutas populares nos bairros, principalmente vinculados ao movimento da “Assembléia do Povo”.

⁷ Em termos de fonte, nos deparamos com um vazio a respeito da participação do PCB de Campinas nesse processo. Na pesquisa documental que realizamos nenhuma referência existe sobre a sua presença. Apesar da afirmação dos entrevistados de que era difícil identificar “quem era quem” nos movimentos, até mesmo por conta da repressão e conseqüente

da, um número bastante reduzido de militantes ligados ao MR-8 (de linha radical nacionalista), que compunham no entanto, com a direção sindical metalúrgica.

Tendo como referência as experiências da Oposição Metalúrgica de São Paulo⁸, a Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas nasceu reunindo em seu interior militantes de diferentes grupamentos - como resultado de experiências comuns que adquiriram ao participar das “assembléias” sindicais e das lutas específicas dentro das fábricas - que faziam oposição à diretoria acomodada, questionando o tipo de *prática sindical* nela vigente. Dentro desta perspectiva formou-se uma *chapa de oposição*, ponto de convergência neste momento entre cristãos (da chamada “ala progressista” católica) e comunistas do PCdoB.

A formação da chapa de oposição em 1978, ocorreu assim a partir de uma aliança estabelecida entre católicos (basicamente vinculados à JOC) e comunistas (do PCdoB), e os que se auto denominavam “independentes”, sendo que a maioria dos membros da chapa vinculavam-se ao PCdoB.

ação clandestina, alguns deles afirmaram desconhecer a presença de trabalhadores vinculados ao PCB; outros chegaram, no entanto, a confirmar a presença desses militantes ressaltando, porém, que eram muito fracos na base metalúrgica.

⁸ Cabe acentuar que a ponte era estabelecida com a Oposição Metalúrgica de São Paulo através dos militantes vinculados a Igreja (JOC e PO) de Campinas. Nesse sentido, é bom lembrar que a Oposição Metalúrgica de São Paulo nesse momento (finais dos anos 70) passava por um processo de reestruturação interna e firmava sua identidade em face à Pastoral Operária, afastando-se de sua identidade original ligada à articulação de correntes que uniam-se em *oposição à diretoria*, conformando uma nova identidade a partir dos chamados “grupos de fábrica”. Neste processo, as correntes partidárias presentes em seu interior foram se enfraquecendo ao mesmo tempo que foi ocorrendo uma diluição do grupo que calcava suas práticas nas articulações de chapas eleitorais (Cf. Cap. I).

Reunindo em si duas formas de ação sindical que a princípio, se não contraditórias, ao menos eram diferentes, a efetivação de uma chapa de oposição demonstrava uma mudança de postura desses grupamentos. O PCdoB ao se opor à direção de Cid Ferreira rompia com a prática que priorizou em vários momentos, de intervenção no sindicato sob forma de pressão à diretoria, mantendo no entanto a atuação dentro do sindicalismo oficial. Os cristãos vinculados à JOC passavam a apostar agora em um trabalho a partir (também) do sindicato, indicando que havia no interior desse grupo um processo de mudanças, resultando na redefinição de seu papel junto aos trabalhadores (e no interior da Igreja)⁹.

Encabeçada por Manoel Dantas de Alcantra¹⁰, a *Chapa 2 de Oposição Metalúrgica* questionava o papel desempenhado pela *diretoria sindical* propondo a sua efetiva mudança, ao mesmo tempo que reivindicava a retomada

⁹ Em relação às transformações ocorridas na visão política da JOC, Cf. Martins, 1986. É necessário chamar a atenção para o fato de que embora a PO estivesse acompanhando esse processo, ela no entanto, não havia efetivado a sua institucionalidade no interior da Igreja de Campinas, além de seu trabalho estar acontecendo ainda de forma pulverizada nos bairros. O seu fortalecimento se dará após as eleições sindicais ao mesmo tempo que a JOC, a partir daí, irá diminuir sua atuação intra e extra-eclesial.

¹⁰ Não foi possível identificar (até mesmo pela clandestinidade) se Manuel Dantas era vinculado a alguma organização ou a algum grupamento da esquerda partidária, mesmo porque não conseguimos entrevistá-lo. O vice-presidente da chapa de Oposição, Sérgio Murilo B. de Araújo, participava nas CEB's e na JOC. A diretoria da chapa ficou assim constituída: Manoel Dantas de Alcantra (Kleber), Sérgio Murilo B. de Araújo (Bosch), Anízio da Silva (Stunpp Schuele), Cleide A. Luchesi (Bosch), Milton A. Pinheiro (Bosch), Luiz C. Baptista da Costa (Bosch), Wilson Campanholli (Westfalia Separator). (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *Chapa 2*, 1978).

do sindicato enquanto instrumento de fiscalização, proteção dos direitos adquiridos pela CLT e de representação coletiva¹¹.

Comprometendo-se em construir um sindicato “com raízes nas fábricas” e empenhado com os problemas específicos da categoria, o programa da *Chapa 2* propunha quatro pontos básicos: dinamização do sindicato; melhores salários; melhores condições de trabalho; autonomia e liberdade sindical¹².

Ao expressar descontentamento com a estrutura sindical e ao indicar a necessidade de uma ação voltada para a organização dos trabalhadores no interior das fábricas, a proposta da Oposição introduzia novas questões a serem discutidas pela categoria metalúrgica de Campinas como por exemplo, a necessidade do resgate do sindicato enquanto instrumento de representação coletiva e do reencontro de suas bases sindicais. Mesmo considerando, como avaliou um dos componentes da chapa, que as questões levantadas esbarravam nos limites das experiências organizativas existentes até então¹³, a posi-

¹¹ “Qual o papel do sindicato de uns anos para cá? 1. Fomos enganados em nossos reajustes... e o *Sindicato* o que fez?... 2. estamos sendo enganados em nossos direitos conquistados... O que está fazendo o *Sindicato*?... Deveria o nosso *Sindicato* ter um papel somente assistencialista?... Enfim... a quem procurar...? Foi na tentativa de obter respostas diante destas perguntas que nasceu já há algum tempo a *CHAPA 2* de oposição.” (Boletim da Oposição Metalúrgica de Campinas e Região, *Chapa 2*, 1978).

¹² “1. O objetivo da *chapa 2* não é acabar com a atual forma de *assistencialismo*... não somos contra esses benefícios... Existem condições para melhorarmos não somente a sede, mas também as *SUB-SEDES*...”; 2. ... *exigimos* reajustes de salário a cada 3 meses, reposição dos salários perdidos em 73/74. ...; 3. criação de diversas Equipes autorizadas pelo *Sindicato* (tipo Cipa) para fiscalização das condições de trabalho...; 4. Pelo direito de greve sempre que esta se fizer necessária e por um sindicato livre totalmente desvinculado do Ministério do Trabalho.” (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *Chapa 2*, 1978).

¹³ “Usamos o programa da Oposição de São Paulo e as idéias eram calcadas mais na vontade, que nas condições objetivas, e nesse sentido, atraía quem tinha uma certa consci-

tividade do programa da Oposição residia exatamente em estar introduzindo um debate político-sindical e mais do que isso, em estar tornando público este debate.

Por outro lado, o programa estava de forma geral circunscrito ao plano sindical e, nesse sentido, as suas demandas constituíam-se muito mais como intento de restituição do poder normativo à Justiça do Trabalho do que propriamente enquanto um projeto crítico e intransigente ao sindicato oficial atrelado ao Estado (que era a marca das Oposições Sindicais).

O programa refletia de certa forma a indefinição da própria identidade da Oposição e do seu papel, além das divergências internas à ela e que diziam respeito a organização autônoma nas fábricas e a atuação no interior dos sindicatos, não havendo ainda o que poderia-se chamar de, um projeto político-sindical delineado *de Oposição* .

Nas eleições que aconteceriam de 11 a 14 de julho de 1978, concorreram além da *Chapa 2* de oposição, a *Chapa 1* da situação - encabeçada por Cid Ferreira de Souza - que tinha como plataforma básica a manutenção e ampliação do aparato assistencial¹⁴.

ência política. Além disso, a questão da estrutura sindical era uma discussão com o pessoal de fora e não atingia o pessoal da base. Falava-se "grego"..." (Depoimento de Sérgio Murilo B. de Araújo).

¹⁴ O programa da *Chapa 1* assumia os seguintes compromissos: "união entre todos os trabalhadores de Campinas e região; salário a nível do que precisamos para viver; negociação direta com os patrões; direito de greve; pelo sindicato autêntico e legítimo; por um sindicato que auxilie o trabalhador nos momentos difíceis, que trabalhe com amor à classe e não demagogia; pela reposição da perda salarial; criação de uma cooperativa". "Oferecemos farmácia, dentistas, colônia de férias (que será inaugurada)... Para que isto continue, vote certo: Chapa 1". Quanto ao "serviço social", "aqui atendemos todos os tipos de problemas possíveis. Desde aquele com problema conjugal, financeiro, até aquele que necessita de

No entanto, as diferenças das propostas entre as duas chapas não estavam ainda visíveis para a categoria metalúrgica, e foi preciso que ocorressem algumas lutas concretas para que a ação sindical da direção fosse posta publicamente em xeque, tornando-as a partir daí um pouco mais evidentes.

As greves de maio de 78 iniciadas no ABC paulista¹⁵, expandiram-se pelo interior do estado atingindo a região de Campinas. No mês de junho os trabalhadores das seções de corte e caldeiraria da General Electric iniciaram um movimento de paralisação reivindicando aumento salarial. Logo em seguida, foi a vez de pararem os ferramenteiros da Cobrasma e a montagem da Singer. Outras greves continuaram paralisando várias fábricas na região numa demonstração de descontentamento e de resistência dos trabalhadores contra a exploração e as más condições de trabalho¹⁶.

aparelhos ortopédicos ou auditivos, óculos, prótese ocular, etc....” (*O Metalúrgico*, órgão informativo do Sindicato dos Metalúrgicos da região de Campinas, julho de 1978).

¹⁵ Referindo-se ao processo grevista de 78 no ABC paulista, assim analisou Ricardo Antunes: “Uma onda grevista *espontânea* na sua gênese e processualidade, *econômica e política*, respectivamente na sua motivação e significados; *parcial* na sua eclosão por fábrica, porém com forte tendência generalizante; de *resistência* contra a superexploração do trabalho e *defensiva* na luta pela recuperação salarial, mas eivada de um potencial de *ofensividade* no confronto com a política econômica vigente; *vitória*, materialmente e politicamente, qualquer que seja a ótica de sua visualização. O ato de fazer greve já era, em si, uma estúpida vitória. Era o ressurgir vigoroso e pujante do movimento grevista, em letargia havia muitos anos.” (Antunes, 1988:36).

¹⁶ Há pouquíssimo material a respeito das greves, mas há evidências de que esses movimentos começaram de forma espontânea no interior dessas fábricas sem que houvesse prévia organização, como indicam esses depoimentos: “A direção da empresa está a procura das lideranças, mas elas não existem. Foi um movimento espontâneo calcado nos baixos salários” (Diário do Povo, 11/06/78). “Quando a gente viu o hollerit, deu vontade de chorar: só tinha desconto, nenhum aumento... aí começamos a por cartazes no banheiro: 20%” (Depoimento de um operário da GE, In *Jornal Em Tempo*, 19-25/06/78). “Há umas semanas atrás, pararam trinta pessoas na Singer pedindo aumento... espalharam uns folhetinhos marcando hora para todos pararem. Botaram até no meu armário. Estava o maior comen-

Nesses movimentos iniciados a partir do interior das fábricas a direção sindical quando não se fazia ausente, agia de forma desmobilizadora,¹⁷ recorrendo inclusive à Justiça do Trabalho como forma de “solucionar harmonicamente este problema”¹⁸.

Em que pese as especificidades da região de Campinas e de sua experiência sindical, as mobilizações aqui ocorridas foram de menor intensidade se comparadas ao ABC paulista; no entanto, a realização dessas greves consideradas até então “ilegais”, sinalizava o aparecimento e a presença dos trabalhadores no cenário social da região, transparecendo em si a importância e significado político desses movimentos. Além disso, a partir desse processo foi possível que outros trabalhadores dentro (e fora) da categoria passassem a

tário e todo o mundo a favor... A turma da montagem estava falando... que tinha mais coisa para conseguir: insalubridade, equipamento para trabalhar... À 6a. feira, dia 16, as 13:30 os primeiros a parar foram as mulheres do motorzinho. E chamavam os rapazes de covardes por não entrarem juntos. Muitos entraram em greve porque ficaram envergonhados da situação...” (Depoimento de um operário da Singer, In *O Gancho*, n.5, jun/78). “... aqui em 78 teve também a primeira greve de Campinas... a minha fábrica era a Tornitec. ... tudo imaginando a greve da Scania!... Isso foi o estopim!... A minha fabriqueta entrou em greve!! a Singer entrou... Acho que é aí que começou tudo...” (Depoimento de Mário M. de Lima).

¹⁷ “Durante a greve o presidente do sindicato, Cid Ferreira, foi com uma lista oferecendo 10% de aumento no salário. O pessoal não aceitou... Acontece que fomos enganados: a firma com o pelego enganou uma parte do pessoal fazendo entender que tavam [sic] dando os 20%...” (Depoimento de um operário da Singer, In *O Gancho*, n.5, jun/78). “A diretoria muito esperta, já de manhã, sem que as comissões apontadas tivessem trocado idéias, chamou as comissões para as negociações. E o pessoal desorganizado, aceitou...” (Depoimento de um operário da GE, In *O Gancho*, n.5, jun/78).

¹⁸ O Delegado Regional do Trabalho, Heraldo B. Prado deu a seguinte declaração a esse respeito: “O sindicato já mantém este tipo de trabalho com diversas empresas. Está agindo dentro de uma orientação harmônica entre empregado e empregador” (In *Diário do Povo* 13.06.78)

questionar esse tipo de ação desmobilizadora da direção sindical, ampliando o espectro da oposição e tornando mais evidente a necessidade de mudanças do ponto de vista da organização e participação sindical.

Com isso, a imagem firmada até então de um sindicato que atacava os problemas dos trabalhadores, começou a sofrer progressivos abalos com os processos grevistas. As eleições transcorridas em meio à esses movimentos, embora tenham dado vitória à situação - evidenciando a força da forma de ação sindical e da concepção voltada ao assistencialismo - deixava claro que havia também um foco de descontentamento no interior da categoria frente a esta diretoria, traduzido nos votos dados à Oposição Sindical¹⁹.

Após as eleições, iniciou-se um processo generalizado de desgaste do Movimento da Oposição. Houve por parte do empresariado uma imediata reação, que na verdade já vinha acontecendo desde o processo eleitoral²⁰, visando inibir qualquer possibilidade de organização que se aproximasse das propostas dos sindicalistas da Oposição de São Paulo e do *Bloco Combativos* do ABC. Nesse sentido foram demitidos praticamente todos os membros da *Chapa 2* e com o aval do sindicato foram criadas as chamadas “listas negras”

¹⁹ O resultado final das eleições foi: 8761 votos para a situação contra 3148 da oposição (In *Jornal Em Tempo*, 22-28/07/78).

²⁰ “Na verdade, o que se faz mesmo é coação, isto é, ameaça para quem não votar na chapa da situação. O caso mais gritante é na Clark. Recebemos denúncias contra duas pessoas da administração... uma é chefe do departamento pessoal. Ele anda pressionando os trabalhadores para votar na chapa 1 e reprime quem fala que vai votar com a chapa 2. Também em todas as fábricas onde tem elementos da nossa chapa, existe uma marcação cerrada. Chegam até a mudar o pessoal para uma seção mais isolada da fábrica.” (In *Jornal Em Tempo*, 22-28/07/78)

contendo nomes de trabalhadores que se vinculavam ao Movimento, impossibilitando-os assim de se reempregarem no setor metalúrgico²¹.

O sindicato, por sua vez, iniciou um trabalho visando o desgaste e a desmoralização do Movimento frente aos trabalhadores²², buscando criar uma imagem negativa de seus militantes no interior da categoria²³.

Paralelamente a isso, aprofundaram-se no interior do Movimento as diferenças de concepção e de atuação sindical no meio operário entre católicos e comunistas, que como vimos já eram visíveis, tornando-se ainda mais explícitas e resultando em um rompimento entre as duas forças²⁴. Neste processo, muitos militantes da JOC saíram do movimento e entraram oficialmen-

²¹ Este processo foi assim relatado por um membro da Chapa 2: " *aí desarvorou-se tudo, porque veio a repressão extrema... Não se encontrava emprego, caiu todo mundo naquela chamada "lista negra"... Aí, formou-se outra Oposição, com outros elementos...*" (Depoimento de Manuel D. de Alcantra).

²² "A Oposição em 78 foi desmantelada; foi usado o próprio departamento jurídico do sindicato, onde os 6 advogados processaram a Oposição. Houve um processo de desgaste das lideranças - físico, psíquico e financeiro... o pessoal da chapa foi dispensado..." (Depoimento de Sérgio Murilo B. de Araújo).

²³ "Cada um de per si enaltecendo a luta trabalhista sindical, particularmente dos trabalhadores metalúrgicos do Estado de São Paulo que tem dado exemplo de união e entendimento em torno dos problemas comuns dos assalariados, alertando inclusive quanto ao perigo de infiltração de elementos perniciosos que visam através de propostas mirabolantes ludibriar a boa fé dos trabalhadores." (In Ata do Sindicato, 07/01/79). "Ocorrendo manifestação do plenário em favor da deflagração da greve, o Sr. Presidente (...)demonstrou seguramente os perigos de infiltração de elementos estranhos aos interesses dos trabalhadores..." (In Ata do Sindicato, 13/03/79). Os grifos são nossos.

²⁴ "A JOC mesmo, ela chegou num limite e parou... achávamos que não ia avançar mais... daí o pessoal em si achou que não dava mais para participar do movimento da JOC... a gente foi saindo... começamos a participar dentro do partido mesmo... (...) Inclusive, como a gente perdeu as eleições, a gente achou que tinha que encerrar o Movimento..." (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

te para o PCdoB, gerando um certo desconforto na relação entre católicos e comunistas, relação esta que seria ainda mais tensionada na medida em que a Pastoral Operária de Campinas, a partir do final de 1978, tornava-se mais estruturada e melhor articulada, mostrando-se aberta para estabelecer alianças com outros grupos, além dos comunistas do PCdoB²⁵.

Ao lado disso, delineava-se também no debate mais amplo uma série de divergências permeadas pelas diferentes estratégias de luta sindical, pelas diferenças do ponto de vista da própria concepção de “Oposição”, de sindicalismo e do trabalho de organização sindical a ser realizado²⁶.

Este conjunto de fatores daria início a um processo de desmantelamento do incipiente Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas, como relatou um trabalhador vinculado à Pastoral Operária:

“ Após a derrota, houve muita perseguição aos membros da chapa... além disso, havia muita divergência de como se compreender o trabalho sindical. Havia todo um debate nessa época

²⁵ “ ... tem um monte de gente na época, da Igreja, que foi para o PCdoB... um monte de cara de pastoral, de grupo de jovens etc. E daí, por isso, houve um choque, porque a Igreja tinha uma proximidade com o PCdoB. Quando nós entramos (referindo-se a PO) aí nós fomos tencionando essa relação... (...) Na Pastoral Operária, quem coordenava tinha uma certa crítica à política do PCdoB, achava que tinha que trabalhar com os caras, com uma política de aliança, mas tinha que ter uma certa diferenciação, porque nós não éramos a mesma coisa, nós não queríamos formar base para partido. E com isso, o coordenador não tinha preferência a esse ou aquele partido. Então igualmente que o PCdoB, trabalhava com a Convergência Socialista que na época, eram uns caras muito bons, tinham quadros políticos muito bem formados...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

²⁶ Nos referimos aqui a formação do bloco dos chamados *Sindicalistas Autênticos*, a partir da Conferência Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI - jul/78); a formalização da proposta de criação de um *Partido dos Trabalhadores* (no Congresso dos Metalúrgicos em Lins - Jan/79); a rearticulação das *Oposições* (a partir do 1o. Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, mar/79); a formalização de uma tendência de sindicalistas influenciados pelos PC's, a *Unidade Sindical* - maio/ 79 (Cf. cap. I).

ca de como enfrentar (a estratégia de luta) a direita sindical, o pelego. (...) A nossa avaliação (da PO, agora mais estruturada) após a derrota é de que era necessário recuperar a idéia de reconstrução do Sindicato, sob uma nova filosofia, sob uma nova concepção de Sindicato e do seu papel. (...) Nossa visão era: a necessidade de construir Oposições sindicais permanentes... que fossem se opondo àquele modelo de estrutura sindical (vertical, autoritário, baseada na figura do presidente) e construir uma noção democrática de sindicato que rompesse com as federações e confederações. A construção desse novo sindicato deveria partir do local de trabalho e ser reflexo da organização consciente dos trabalhadores nos locais de trabalho. (...) Os comunistas rejeitavam parte dessa idéia, considerando que formulava-se a idéia de paralelismo sindical. (...) Este debate começou a criar um divisor de águas dentro da própria esquerda. Havia divergências de como encaminhar as lutas, como estruturar os trabalhos de resistência e resgate do sindicato. (...) Isso tudo, ajudou a desestruturar a Oposição.”²⁷

Ao mesmo tempo, a partir das tensões provocadas pela persistência dessas concepções e formas de ação político-sindicais e o aparecimento de impulsos inovadores, um novo cenário estaria sendo constituído a partir de agora no interior das lutas da categoria metalúrgica, no qual iniciou-se um processo - portador do embate entre o *novo* e o *velho* - marcado pela diversidade conflituosa entre os diferentes grupamentos.

A explicitação da diversidade conflituosa: a greve de 79

Iniciado o processo de auto-reforma e liberalização do regime político, compunha-se a partir de 1979 no cenário brasileiro, uma grande movimenta-

²⁷ Depoimento de Durval de Carvalho.

ção para o rearranjo político²⁸. O resgate da capacidade de luta dos trabalhadores principiado com as greves de 78 efetivava-se a partir de março de 79 com a realização de uma greve geral de massa, dentro de um processo pelo qual trazia como novidade o estabelecimento de uma rede de alianças entre organizações de base, movimentos populares e sindicatos.

Ao mesmo tempo, vislumbrava-se dentro do quadro de representação sindical uma diversidade de práticas e de formas de compreensão do trabalho sindical que, transparecido já na Conferência dos Trabalhadores Industriais (CNTI) em 1978, se configurava mais claramente na formalização da tese de construção de um partido “dos trabalhadores” (no IX Congresso dos Metalúrgicos de Lins, em janeiro de 1979), na tentativa de rearticulação das Oposições Sindicais (I Congresso da Oposição de São Paulo, em março de 1979) e na formalização da Unidade Sindical (após 1. de maio de 1979, reunindo em si os sindicatos e militantes influenciados pelos PC's)²⁹.

A região de Campinas ficou marcada no ano de 1979 por grandes mobilizações populares e pela ascensão dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que se ampliou e se fortaleceu a rede de relações entre as organizações de base nos bairros vinculadas à Igreja e os movimentos popular e sindical³⁰.

²⁸ (Cf. Fernandes, 1982). O ano de 1979 viria marcado, dentro deste processo: pela substituição de Ernesto Geisel na Presidência da República por João Batista Figueiredo; pela promulgação das Leis de Anistia Política, Reforma Partidária e a Nova Lei Orgânica dos Partidos.

²⁹ Ver Capítulo I.

³⁰ É bastante significativo que no ano de 1979 foi aprovado o III Plano de Pastoral da Arquidiocese de Campinas (após muitos conflitos durante a sua elaboração entre as pastorais ditas “populares” e as mais conservadoras), que vigoraria até o ano de 1984 (Cf. Pechu-la, 1995:92/96). Naquele momento, a sua importância residia no fato de que dentro da corre-

O dissídio coletivo dos metalúrgicos no ano de 79 - permeado pelas experiências grevistas do ano anterior e pela movimentação dos trabalhadores do ABC - transformou-se em um momento forte da organização dos trabalhadores, onde as divergências e conflitos em termos de representação e prática sindical, circunscrito até então ao debate entre as lideranças, explicitaram-se para toda a categoria. Já em fevereiro, dentro da perspectiva de preparar a Campanha Salarial unitária com outros sindicatos do estado³¹, ocorreu no Teatro de Arena uma grande assembléia da categoria metalúrgica³².

lação de forças no interior da Igreja de Campinas, os setores populares alcançavam um nível de *institucionalidade*. Nas palavras de Márcio Tangerino o que ocorria é que “setores conservadores da Igreja de Campinas silenciavam *momentaneamente*, ao passo que a conjuntura sócio-político-eclesial favorecia as posições progressistas dos setores populares.” (Tangerino,1991:172). Neste Plano, a Igreja de Campinas definiu como seu “Objetivo Geral” para este período: “Unir todas as forças evangelizadoras - humanas e materiais - da Igreja, em vista da organização do *Povo* para sua libertação nos planos econômico, político, social e religioso”, sendo suas novas prioridades e “opções”: 1o.) CEB’s; 2o.) Pastoral do Mundo do Trabalho; 3o.) Educação para a Justiça e Socialização dos Bens da Igreja; 4o.) Apoio aos Movimentos Populares (Cf. *III Plano de Pastoral, 1979-1984*). A relevância dessa nova postura da Igreja de Campinas, é que ao longo desses anos como veremos, isso pode significar apoio material e logístico aos setores populares, refletindo sensivelmente no avanço das organizações dos trabalhadores da Região.

³¹ No Congresso Metalúrgico de Lins (jan/79), no qual participou o presidente dos metalúrgicos de Campinas Cid Ferreira, foi tomada a decisão de unificação dos 34 sindicatos metalúrgicos do estado de São Paulo, visando a realização de uma campanha salarial unificada e ficando estabelecida uma pauta de reivindicações básica: 34,1% de aumento salarial acima do índice oficial, piso de 3 salários mínimos, reajustes trimestrais, redução da jornada de trabalho para 40 h. semanais, entre outros.

³² Esta assembléia contou com a presença de Lula (então presidente dos metalúrgicos de S. Bernardo). Assim expressou o presidente do sindicato de Campinas a esse respeito: “... *o Lula veio a Campinas... nós viemos aqui para o Teatro de Arena, ali começou nascer as assembléias gigantescas... Fomos para assembléia no Teatro de Arena... uma assembléia muito forte! E a gente tinha muito contato... o Lula... todo o pessoal do ABC... É... mas sempre divergimos, nunca concordamos com as idéias deles... eles tinham as táticas deles separadas das nossas. Nós éramos mais fiéis à Federação, e eles não...*” (Depoimento de Cid Ferreira).

No entanto, não foi possível realizar uma campanha conjunta, na medida em que havia naquele momento duas práticas bastante distintas de atuação sindical: “enquanto os metalúrgicos do ABC - especialmente São Bernardo - intensificavam suas assembléias de massas, preparando-se para uma situação que se encaminhava para o confronto, a Federação dos Metalúrgicos tratava de obter as procurações dos sindicatos, que a autorizavam a fazer um acordo válido para toda a categoria.” (Antunes,1988:43). Não havendo concordância em assinar um documento único, o ABC tomou a decisão de desencadear a partir do dia 13 de março uma *greve geral metalúrgica*³³.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, pressionado por alguns trabalhadores realizou uma assembléia às vésperas da deflagração da greve, decidindo-se pela adesão ao movimento do ABC³⁴. No entanto, antes mesmo da realização da assembléia no dia seguinte - 13 de março de 1979 no Ginásio do Guarani - na qual a greve deveria ser encaminhada, o sindicato já havia assinado o acordo com a FIESP³⁵.

³³ Como assinalou Ricardo Antunes, “A discordância em assinar este documento foi o episódio que levou à separação, desencadeada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que não aceitava sujeitar-se à atuação conciliadora da Federação. (...) Ainda que esse índices fossem considerados razoáveis pelos sindicatos do interior, não o foram para o ABC, pois incidiam sobre os salários de abril de 1978, *desconsiderando* portanto os 11% obtidos nas Greves de Maio de 1978...” (Antunes,1988:43).

³⁴ Cf. Folha de São Paulo, 12/03/79.

³⁵ “A campanha salarial dos metalúrgicos chega ao clímax com a categoria dividida. Interior assina acordo e o ABC vai a greve” (In Folha de São Paulo, 13/03/79). Na verdade, a Federação aceitou a proposta da FIESP e isso foi validado para 29 sindicatos do interior (sem que o assinassem no entanto, Santa Bárbara D’Oeste, Santos, além do ABC paulista).

Parte dos trabalhadores presentes não aceitaram o acordo, ao mesmo tempo que apontaram para a perspectiva da greve geral juntamente com o ABC. Desencadeou-se a partir daí um processo tumultuado de discussão e encaminhamento para a votação pela realização ou não da greve, e dentro deste clima a direção do sindicato alijou-se do processo ao decidir pelo encerramento da assembléia³⁶.

Numa atitude de repúdio ao acordo assinado pela direção sindical e contrariando a decisão do sindicato, foi deflagrado no dia 16 de março de 1979, à revelia da diretoria, um movimento grevista metalúrgico na região de Campinas na unidade da Mercedes Benz, a partir de onde trabalhadores de outras empresas iniciariam nos dias seguintes uma série de paralisações³⁷. Acontecia neste ano um processo que demarcava a saída dos movimentos grevistas do interior das fábricas tornando-os públicos, e que se dava através da realização de “piquetes” e de grandes assembléias.

Não havia neste momento na categoria metalúrgica de Campinas nenhum trabalho organizado e de direção das greves. A direção sindical não assumiu até então o controle do movimento, alegando que a proposta da Fiesp

³⁶ Ao impedir o uso do microfone e encerrar a assembléia, “a revolta tomou conta dos mais de 13 mil metalúrgicos ali reunidos e o Ginásio do Guarani serviu de palco para destruição das carteirinhas de uma grande quantidade de sócios do Sindicato” (*Memória e Ação*, 1989:10). Este processo foi assim relatado por um trabalhador: “a gente foi para o Guarani. Nós já fomos preparados, num bloco grande, já quem ia falar. Aí o Cid fez as proposta e na hora de abrir a palavra ele não quis dar a palavra... daí tentou manobrar...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

³⁷ É bom lembrar que a Mercedes Benz havia se instalado recentemente na região de Campinas, sendo que boa parte dos trabalhadores desta unidade teria vindo transferida do ABC, trazendo dessa forma suas experiências em termos de organização sindical.

havia sido aceita pela categoria³⁸; a Oposição por sua vez, encontrava-se totalmente desarticulada. Havia sim, pontuando esses movimentos, a presença de alguns trabalhadores vinculados a diferentes grupamentos no interior de grandes (e poucas) empresas³⁹.

Após assembléia realizada no Teatro de Arena no dia 16 de março - na qual foi criado um “Comando Geral de Greve” com o objetivo de organizar o movimento, reunindo em si Comissões de Fábrica embrionárias existentes no interior de algumas empresas e militantes de vários grupamentos - o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região teve a sua sede ocupada pelos trabalhadores grevistas⁴⁰, ocasião pela qual o presidente Cid Ferreira de Souza foi obrigado a se retirar da sede do sindicato⁴¹.

³⁸ Cf. Folha de São Paulo, 12/03/79.

³⁹ Por exemplo: na Mercedes Benz trabalhadores vinculados à tendência *O Trabalho*; na GE vinculados ao PCdoB, na Cobrasma militantes do PCdoB e da Pastoral Operária (Dados obtidos nas entrevistas).

⁴⁰ “No Teatro de Arena decidimos “invadir o sindicato”! “tomar o sindicato”... E nós invadimos ... Subimos cantando o hino nacional pela Glicério e fomos para o sindicato. Chegamos na porta, o sindicato lotado de policiais militares! ... foi uma coisa terrível, porque a greve não tinha para onde ir!... porque estava no relento, no meio da rua...” (Depoimento de Mário M. de Lima). “ Daí, tiramos o Cid... estava cheio o sindicato... Daí fomos lá e pegamos a mesa, tiramos todo mundo lá de cima e ocupamos o sindicato...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

⁴¹ A imprensa assim noticiou esses fatos: “O Sindicato de Campinas, apesar de fortemente vigiado pela polícia, transformou-se ontem num verdadeiro quartel dos grevistas. Primeiro, os operários tomaram a sede do seu sindicato, informando que a Mercedes Benz estava completamente paralisada (...) Enquanto o presidente do órgão mantinha-se afastado da categoria, 600 operários articulavam uma assembléia na sede do sindicato local e preparavam para as 20 horas de ontem uma formação de piquetes que iria, pouco tempo depois, deflagrar o movimento nos portões de entrada das principais empresas do setor. Todas as grandes empresas do município, a exemplo da Bosch, GE, Singer e Mercedes Benz foram guardadas por pelotões de choque da PM...” (In Diário do Povo, 17/03/79); (Cf. ainda Folha

Como forma de desmobilizar a categoria e numa tentativa de reagir às suas pressões, a diretoria do sindicato fechou a sua sede e todas as sub-sedes da região, impedindo assim que os metalúrgicos se reunissem nesses espaços (Ação e Memória, 1989:10). Ao mesmo tempo, buscando desqualificar o movimento grevista, a direção sindical começou a alegar o não reconhecimento legal do Comando de Greve, além do que, intensificou as acusações quanto à presença de pessoas estranhas no interior do movimento⁴².

O movimento grevista, apesar das condições dadas, foi tomando maiores proporções na região⁴³ na medida em que trabalhadores de outras empresas foram aderindo à ele, principalmente pela ação dos piquetes realizados, e também porque o movimento começou a tomar corpo nos bairros, junto às Associações de Bairros, às CEB's e aos movimentos populares já estabeleci-

de São Paulo 17/03/79). "O Comando Geral de Greve, agora ampliado com representantes de outras indústrias, obrigou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Cid Ferreira de Souza, a deixar a sede do órgão na 3a. feira à noite... o grupo de trabalhadores decidiu que a reunião seria desenvolvida pelo Comando Geral de Greve, para quem o dirigente é um traidor da categoria..." (In Folha de São Paulo, 22/03/79).

⁴² "O comando de greve não existe, pois não é reconhecido pelas autoridades trabalhistas... eles estão agitando, pretendendo ser líderes..." (In Diário do Povo, 22/03/79). "Ontem, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Cid Ferreira, deu entrevista dizendo que há infiltrações na condução do movimento que se desencadeia em Campinas..." (In Diário do Povo, 18/03/79). Nesse processo grevista, além da postura desmobilizadora do sindicato, o movimento sofria repressões, com agressão e prisão de vários trabalhadores, por parte da polícia militar (Cf. Memória e Ação, 1989:11; Diário do Povo 17/03/79).

⁴³ "A greve do metalúrgicos na micro-região de Campinas, já envolve mais de 10 mil trabalhadores, segundo estimativas apresentadas ontem no final da tarde pelo presidente do Sindicato (...) Iniciada na unidade local de Mercedes Benz, com 1.400 operários parados, a greve atingiu ontem a Kleber Caldeiraria (1.000 empregados) e a Nateia Construções Elétricas (1.500 empregados). Também permanecem parados 1.500 empregados metalúrgicos da GE... 2.000 da Bendix ... e 3.000 da Cobrasma..." (In Folha de São Paulo, 23/03/79).

dos. Ao mesmo tempo foi formado um “Comitê de Apoio à Greve” na tentativa de estreitar relações com a população, de modo a obter e ampliar o leque de apoio junto aos vários segmentos da sociedade⁴⁴. Foram surgindo nesse sentido uma série de manifestações de apoio aos grevistas por parte de vários segmentos organizados, ao mesmo tempo que se estabeleceu uma rede de alianças entre o movimento dos trabalhadores, os movimentos sociais e as pastorais da Igreja⁴⁵.

No entanto, se o movimento grevista atingiu tal conformação, não foi sem se isentar de inúmeros conflitos internos à ele. A tentativa de liderar o movimento ocorria dentro de uma diversidade conflituosa de práticas e formas de compreensão do trabalho sindical, que representavam na verdade não apenas formas diferentes de encaminhar o movimento mas, principalmente, concepções político-sindicais divergentes e sem a mínima organicidade⁴⁶.

⁴⁴ Cf. Diário do Povo, 22/03/79.

⁴⁵ O movimento grevista dos metalúrgicos recebeu uma série de manifestações de apoio, entre outros: da Oposição Sindical dos Bancários de São Paulo; da Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de Campinas; DCE livre da USP; Pastoral Operária de Campinas, Comissão de Pastoral de Vilas Planejadas de Campinas; Movimento Contra a Carestia; Centro de Estudo Everardo Dias - que congrega professores universitários e pesquisadores. (Cf. Diário do Povo, 17 e 22/03/79).

⁴⁶ Isso parece se explicitar na fala desse militante: “... nós paramos todo o mundo, fizemos um piquete, paramos o pessoal antes de chegar na fábrica e viemos (para uma assembléia) à pé de lá da Cobrasma... E chegamos aqui: “quem é que vai dirigir a greve?”; (um) pessoal dizia que eles iam dirigir a greve, e dirigia a greve... Era um negócio maluco... tão desrespeitoso! tão autoritário!... E a gente, inexperiente, molecada de vinte anos!... a gente tinha dezenove, vinte anos, dezoito...., inexperiente mas com boa vontade, querendo aprender, querendo entender aquilo que estava acontecendo. Sabia que aquela greve era uma greve essencial para a luta política nossa, para retomar as lutas no Brasil... e os caras disputando quem é que fala no microfone!... ao invés de ouvir... Quem “dava a voz para os trabalhadores!!”, em vez de aproveitar aquele momento que a gente pudesse chamar aquela peñozada para poder falar... Então tinha uma guerra de método. Então a gente

Agora, além dos comunistas (do PCdoB) e dos católicos (da Pastoral Operária), estavam presentes também os militantes vinculados às tendências de esquerda, de linha trotskista (pertencentes às correntes *O Trabalho e Convergência Socialista*).

Os militantes da tendência *O Trabalho*, tinham dentro da perspectiva de uma prática mais radical, a proposta de construção de um “Sindicato Paralelo” ou “Sindicato Livre”, o que significava na prática a criação de um outro sindicato que fosse independente e desvinculado do governo⁴⁷. Nesse sentido, apontavam para a necessidade de um trabalho de organização de base, visando criar raízes no interior das fábricas, organizando “Comissões de Fábricas” autônomas e independentes do sindicato oficial. Para isso, viam no Movimento de Oposição Sindical um caminho a ser percorrido.

Para os comunistas do PCdoB o sindicato era considerado a referência básica para os trabalhadores obterem melhorias, e sendo assim, as suas propostas eram no sentido de levar a categoria a pressionar a diretoria para que ela assumisse efetivamente esse seu papel. Na prática, este grupo buscava

tentou reunir um comando unificado de greve e não tinha acordo porque... não tinha consenso e ninguém acatava a votação da maioria.” (Depoimento de Durval de Carvalho). O grifo é nosso.

⁴⁷ Neste trecho de documento a proposta de um “sindicato paralelo” parece ficar clara: “Os sindicatos que hoje existem, de sindicatos só têm o nome. Pois *sindicato somos nós, sindicato é a nossa voz!* ... Esse é o sindicato pelo qual lutamos. Um sindicato que vive do nosso próprio esforço, sustentado pelo nosso próprio dinheiro, mas onde contribui quem quer. Um sindicato que surja de nossas lutas para satisfazer nossas reivindicações. Onde não pode haver intervenção porque é nosso, onde governo não manda. Onde a discussão é democrática entre os trabalhadores.” (Manifesto aos Trabalhadores Brasileiros, 22/04/79, *O Trabalho*).

ocupar espaços no interior do sindicato estabelecendo em alguns momentos, alianças junto à diretoria acomodada⁴⁸.

Para os militantes vinculados à Pastoral Operária, havia a necessidade de se construir uma proposta de *direção política alternativa* que organizasse os trabalhadores. Dessa forma, sem perder de vista a referência do sindicato e com perspectiva de assumir futuramente sua direção, deveria-se constituir no interior do movimento uma direção política da luta dos trabalhadores, enquanto movimento organizado de “Oposição Sindical”. Para isso, o movimento deveria criar raízes profundas nas fábricas através dos “Grupos e Comissões de Fábrica” fora do controle da diretoria e, ao mesmo tempo, estabelecer e fortalecer as relações entre os movimentos sindical, popular e os bairros⁴⁹.

⁴⁸ Isto parece estar explícito na fala deste militante do PCdoB: “*Nós jogávamos um pouco mais aberto* (referindo-se ao militantes vinculados à Pastoral Operária), *nós participávamos do sindicato, nós vínhamos direto. A nossa briga é que a gente achava que tinha que ser ali, junto com o pelego, tinha que estar junto ali. Então por exemplo, a gente estava em todas as assembléias... (...) A gente chamava o pessoal para o sindicato, para mostrar quem era o Cid, porque a gente tinha que trazer o pessoal para o sindicato... (...) Então, nós “bancávamos” junto com o Cid... e mesmo ele sendo pelego, nós colocávamos ele na frente, porque ele era o presidente do sindicato. (...) então, via partido, a gente falava: “tem que ir lá, tem que marcar esses caras, tem que estar dentro do sindicato...”* (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

⁴⁹ Nas palavras desse militante da Pastoral Operária: “*Nós tínhamos uma outra visão, nós dizíamos o seguinte: “o sindicato é pelego, não serve para nós; essa diretoria também é pelega também não serve para nós. Então nós vamos ter que tomar isso... se nós queremos fazer alguma luta, nós temos que fazer essa luta com as nossas mãos, sendo que esse sindicato é referência, mas a direção política da nossa luta, quem tem que dar somos nós mesmos. O sindicato fica lá, não vamos propor sindicato independente... Nós temos que dizer que esse sindicato é uma referência, nós queremos conquistá-lo, nós queremos dirigi-lo, agora, quem vai dirigir somos nós. Nós queremos construir uma referência de Oposição Sindical na categoria, nós vamos dirigir as lutas, através das comissões de fábrica.”*” (Depoimento de Durval de Carvalho).

Essa diversidade conflituosa no quadro da representação sindical metalúrgica de Campinas, refletia na verdade toda uma discussão que se iniciava no interior do movimento sindical nacional e que deixava clara a tensão existente entre, de um lado, a persistência de velhas formas de ação da esquerda partidária, e de outro, o aparecimento e efetivação de novos impulsos no plano da ação e da organização político-sindical⁵⁰. As divergências advindas dessa convivência conflituosa causaram no entanto, profundas divisões no interior do movimento grevista dos metalúrgicos de Campinas, fragilizando ainda mais a incipiente organização da categoria⁵¹.

Explicitada essa fragilidade de organização no campo das lutas sindicais, finalmente depois de muito relutar, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos acabou por “assumir” o movimento grevista no dia 22 de março. No entanto, em que pese a radicalização do discurso na tentativa de colocar-se nesse nível ao lado dos sindicalistas autênticos, a prática da direção se carac-

⁵⁰ Esta tensão existente entre os vários grupamentos, parte da diversidade conflituosa que caracterizava o movimento, parece estar clara na fala deste militante vinculado à Pastoral Operária: *“O que nós víamos: primeiro, os grupos de esquerda não tinham acordo entre eles, porque cada um queria fazer o movimento, mas em função da sua tendência; não conseguiam pensar um projeto sindical de oposição que fizesse algo que coubesse todos, plural, político, cujo motivo maior era ganhar o sindicato e construir uma visão de sindicato, portanto; e que essas pessoas, se iam se filiar ao partido a,b,c,d... isso não era um problema nosso, era um problema secundário. Para os grupos de esquerda organizados não, para eles interessava crescer a sua tendência, o seu grupo. Se isso ia destruir um projeto coletivo de Oposição Sindical, não tinha problema, porque para eles a Oposição Sindical não era uma questão estratégica, era uma questão tática.”* (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁵¹ *“Não tínhamos acordo... três pensamento, três estratégias dentro de um grupo de oposição que eram dez caras, no máximo... Então nesse momento nós fomos nos dividindo e foi espatifando tudo.”* (Depoimento de Durval de Carvalho).

terizou mais uma vez pela desmobilização e por ser contrária aos interesses da categoria, demonstrando definitivamente a sua incapacidade política em *liderar* este tipo de movimento⁵², que entrou a partir daí num processo de franco declínio⁵³.

Num momento em que a prática das Oposições Sindicais e dos sindicalistas autênticos do ABC indicavam a possibilidade de lutas e conquistas no terreno das reivindicações, a reincidência da ação sindical desmobilizadora da diretoria do sindicato criava no interior da categoria metalúrgica de Campinas um sentimento de “traição”, e mais do que isso de descrédito, iniciando-se assim um processo de solapamento da imagem até então solidificada de um sindicato que a partir de um forte aparato assistencial “atacava os principais problemas dos trabalhadores”.

Se é possível afirmar que havia dentro da diversidade conflituosa que caracterizou o processo grevista, muitas dificuldades para se estabelecer consensos e acordos, é possível dizer também que no espaço de luta criado, o entrecruzamento de experiências possibilitou a proposição de uma série de ele-

⁵² “ *Picamos o cartão, entramos todo mundo, paramos todo mundo lá dentro da fábrica. Daí o Cid chegou, lá pelas oito da manhã, dizendo que ele ia assumir a greve, que ele estava com os trabalhadores... Orientou o pessoal para sair da fábrica... e falou: “amanhã eu estou aqui com vocês para a gente fazer nova assembléia”.* No dia seguinte, nós chegamos, tinha uns cinquenta policiais armados de bomba, cachorro, na mão aquele escudo, máscara de gás... aquela fotografia demoníaca que ninguém tinha visto antes. Nós chegamos todo mundo lá, aí olhamos para os lados e não tinha sindicato... Ele traiu pela segunda vez... nós paramos as fábricas, e ele foi “sacaneando” fábrica por fábrica...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁵³ Além das atitudes desmobilizadoras da direção sindical, a intervenção no sindicato do ABC e a prisão de Lula, refletiu muito no movimento dos metalúrgicos da região de Campinas. Sobre o processo de intervenção e o movimento grevista do ABC, Cf. Antunes, 1988: 44-54.

mentos para o debate político-sindical e a emergência de um processo de assimilação e reelaboração dos significados e dos objetivos de diferentes práticas e estratégias, permitindo orientar definições e/ou modificações nas concepções e projetos e apontando para novas formas de ação. Ao mesmo tempo, no interior dessa diversidade evidenciou-se os limites das velhas práticas da esquerda partidária e da diretoria acomodada.

Do ponto de vista da organização, a greve de 79 deixou evidente por um lado, a ausência de direção e a frágil organização dos trabalhadores na categoria metalúrgica de Campinas. Por outro lado, através desse movimento e até mesmo pelas divergências internas a ele e o debate que isso propiciou, novos conceitos e novas reivindicações foram introduzidos e acabaram por ganhar concretude no interior da categoria, como por exemplo a necessidade da luta por um sindicato autônomo, democrático, voltado para as suas bases e organizado no interior das fábricas, remetendo à uma questão fundamental mais ampla: o *papel* do sindicato.

Por fim, é necessário assinalar que o processo grevista acabou por favorecer também o início da formação de quadros de militantes político-sindicais na região, que passariam nos anos seguintes a recompor o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região.

Ao encerrar o ano de 1979, o país já vivia em plena crise do chamado *milagre brasileiro*, onde a queda da atividade econômica demonstrava a fragilidade da forma de crescimento adotado no pós-64 e que era sentido atra-

vés da intensificação da recessão, do arrocho salarial e do constante aumento do desemprego, atingindo diretamente os trabalhadores⁵⁴.

As redefinições no quadro político-sindical e a recomposição do Movimento de Oposição Metalúrgico de Campinas

Inaugurada a década de 80, a grande euforia do período anterior não mais se sustentava e tão pouco a intensa propaganda ideológica que cimentou por vários anos a exploração econômica e a dominação política, e dentro deste quadro as tensões sociais iriam marcar profundamente o seu início.

Em 1980 iniciou-se um período desfavorável às mobilizações grevistas e de conseqüente retração desses movimentos, que se estenderia até 1982, marcado por alterações políticas e econômicas tais como: a intensificação do quadro recessivo, a contra-ofensiva do governo e dos empresários às pressões sindicais, além da instabilidade do processo da chamada “transição política” (Noronha,1991:103).

No entanto, a partir desse ano tornaram-se mais intensas as iniciativas de articulações intersindicais dentro de um rico processo de organização in-

⁵⁴ Analisando o movimento grevista de 1979, a partir do ABC paulista, afirmou Ricardo Antunes: “Se em 78 essa ação expressava heranças da fase de *resistência*, o movimento iniciado em 1979, com a Greve Geral metalúrgica, e que se generalizou para as mais distintas categorias, assumiu um explícito caráter de *ofensividade*, colocando o poder político frente a uma realidade ausente no universo das possibilidades previstas pela dominação burguesa. A dimensão ascendente do movimento grevista fez com que, em fins de 1979, o poder político do capital reestruturasse os instrumentos capazes de propiciar um embate mais direto com as bases sociais do movimento de contestação grevista. Era o início da contra-ofensiva ditatorial, cujo objetivo era atingir a espinha dorsal do *novo sindicalismo*, num primeiro momento através de medidas persuasivas e, posteriormente, através de violenta repressão. Foi exatamente nesta contextualização política que foi implementada a “nova política salarial” de novembro de 1979, que objetiva principalmente conter e mesmo fazer refluir o movimento reivindicatório grevista.” (Antunes,1985:63/64).

terna dos movimentos⁵⁵, ao mesmo tempo que se iniciou uma grande movimentação entre os diferentes grupos e tendências, que marcaria a redefinição de forças no cenário político brasileiro⁵⁶.

Momento privilegiado de encontro da base metalúrgica de Campinas e palco da explicitação de conflitos e diferenças, as Campanhas Salariais foram nesses anos ganhando importância do ponto de vista organizativo e político. Com o aprofundamento das lutas no interior das fábricas - ao mesmo tempo que ganhava força a organização dos trabalhadores nos bairros - aumentava de forma significativa o número de trabalhadores que adotavam uma postura de oposição à diretoria, e nesse sentido as Campanhas favoreciam e se tornavam cada vez mais um espaço de *debate* entre a categoria e a direção do sindicato, e ao mesmo tempo entre os diferentes grupamentos.

A direção sindical metalúrgica tendo detectado o início do processo de abalo de sua imagem e a do próprio sindicato, e sob pressão da categoria, foi levada a intensificar a Campanha Salarial de 1980, rompendo com a Federa-

⁵⁵ Nesse sentido ocorreram os seguintes encontros, como vimos anteriormente no capítulo I: *Encontro de João Monlevade* (fev/1980), que ficou marcado pela aproximação entre sindicalistas e ativistas de movimentos sociais, além da aproximação com a Igreja Católica; *Encontro dos Sindicalistas das Oposições Sindicais* (maio/1980); *Encontro de São Bernardo* (Jul/1980); *Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical* (set/1980), que marcaria a aproximação entre ativistas das Oposições e *Autênticos*.

⁵⁶ Alguns acontecimentos que demarcaram essa redefinição de forças foram: a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, incidindo diretamente no movimento sindical na medida que ocorreu em seu interior uma nova definição dos vínculos partidários. Lembre-se que neste ano (1980), desfez-se o primeiro *Bloco dos Autênticos* formado em 1978 na CNTI, na medida em que se consolidou o rompimento entre os chamados *Independentes* e os sindicalistas ligados aos PC's, que já tinham assumido em 79 suas divergências no interior desse bloco, ao formalizarem a *Unidade Sindical*.

ção dos Metalúrgicos e iniciando já em fevereiro a sua preparação - este ano unificada com o ABC paulista e outros sindicatos do interior⁵⁷.

Os mesmos grupos que vinham pressionando a diretoria desde as greves passadas, se dispuseram a formar uma “Comissão Salarial aberta”, ao passo que foram instaladas a partir daí assembléias permanentes (Memória e Ação, 1989). A dinâmica da Campanha Salarial foi dada neste ano pelo sindicato juntamente com a Comissão Salarial, havendo a proposição por parte desta em realizar reuniões por fábrica⁵⁸. Sendo assim, várias assembléias gerais foram organizadas e convocadas através de boletins do sindicato (Diário do Povo, 23/03/80), além de reuniões conjuntas com as lideranças do ABC e do interior (Correio Popular, 14/03/80), chegando o Sindicato inclusive, a realizar a “divulgação” do movimento de “operação tartaruga” nas empresas da região⁵⁹.

⁵⁷ Em relação ao rompimento com a Federação, assim expressou Cid Ferreira em entrevista recente: “... separei da Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo... aí comecei a reivindicar junto com eles (referindo-se ao ABC)... mas não vi nada de novo, o que a gente conseguia um, conseguia o outro... Era tudo um balão de ensaio... porque a reivindicação era mais ou menos igual. Uma das razões disso, maiores, não posso negar isso, foi a pressão da própria base, da categoria, que dizia “por que nós não vamos lá?!” ...isso foi cobrado. Saí da Federação. Eu achei que devia... eu comecei ir para lá, sob pressão, mas... sempre preocupado com a base, e daí a gente teve algumas vantagens sim, viu... teve sim...” (Depoimento de Cid Ferreira).

⁵⁸ No entanto, como declarou um trabalhador, “A Comissão propôs reuniões por fábricas... mas os companheiros compareceram muito pouco... havia descrença total no presidente do Sindicato além do medo que algum “dedo-duro”, principalmente o presidente, os entregasse para “os homens”(In *O Gancho*, n.2, jun/80).

⁵⁹ Frente à atuação do Sindicato, várias empresas como a Bosch, Singer, Clark, GE, Bendix, passaram a pressionar os trabalhadores buscando assim esvaziar a campanha da categoria. Nesse sentido, muitas das empresas convocaram todo o seu quadro de produção para trabalhar em regime de horas extras nos dias de assembléia geral (In *Folha de São Paulo*, 19 e 20/03/80).

Ao mesmo tempo, a direção sindical começou a utilizar um novo discurso pautado agora na necessidade da “unidade sindical” em termos de ação⁶⁰. Para a direção do sindicato, no entanto, o discurso da unidade sindical (contra a diversidade conflituosa estabelecida no interior do movimento metalúrgico), fazia muito sentido neste momento na medida que possibilitava dar continuidade às ações que visavam conter o *esforço de organização* dos diferentes grupamentos, realizado por alguns trabalhadores na base metalúrgica e que se colocavam em oposição ao sindicato⁶¹.

O tipo de ação sindical desmobilizadora e voltada única e exclusivamente para as funções assistenciais do sindicato, vinha sendo atropelada não apenas pelas *necessidades reais* da categoria e pelos questionamentos em termos da representação sindical, visíveis também junto aos metalúrgicos de Campinas, mas também pelas mudanças que estavam ocorrendo a nível naci-

⁶⁰ Isso se tornou evidente e público através de artigos de jornais assinados pelo presidente do Sindicato, Cid Ferreira, na imprensa de Campinas e pelos materiais oficiais do sindicato: “Para conseguirmos *vitória*, precisamos nos unir com os companheiros do ABC e de todo o interior numa Campanha Salarial Unificada. *Metalúrgicos*, não aceitem comitês para discutir campanha salarial fora do sindicato, a divisão do trabalhador só interessa aos patrões. Todo aquele que discute campanha salarial fora do sindicato, é um *agente do patrão*.” (In *O Metalúrgico* - suplemento da Campanha Salarial, fev./1980). “O que mais contribuiu para esse fracasso (referindo-se ao movimento grevista de 79) foi a **política aventureira e divisionista** levada por pequenos grupos e, **principalmente pelas autodenominadas “oposições-sindicais”**(...) Foram decretadas **greves “de minoria”**, onde as fábricas somente eram paralisadas à força pelos piquetes, sem que houvesse um trabalho de conscientização desses companheiros. Agora, 1980 deve ser **o ano da Unidade Sindical** (...) É preciso que a categoria **se organize dentro do sindicato**, lute para fortalecê-lo e torná-lo um verdadeiro representante dos desejos de nossa categoria.” (In Jornal Diário do Povo, 03/03/80). Os grifos são nossos.

⁶¹ Nesse sentido, por exemplo, ocorreu uma acentuação das acusações de “infiltração” no interior da categoria (Cf. Atas do Sindicato dos Metalúrgicos dos dias: 15/02/80; 23/03/80).

onal em termos da organização política e sindical dos trabalhadores e de outros segmentos, inclusive dos setores populares.

Nesse sentido, a alteração da atitude da diretoria constituía-se nesse momento em uma tentativa para *contornar* esses processos de mudanças. Se representava de certa forma uma resposta à pressão exercida pela base metalúrgica (e outros segmentos de oposição que a apoiavam) durante os últimos anos, ao mesmo tempo expressava a necessidade da direção de retomar suas forças junto aos trabalhadores, com o intuito de impedir que se desgastasse ainda mais a sua imagem pública. Pode-se dizer também que por outro lado, essa atitude refletia de forma geral, um cenário de indefinições e redefinições no quadro de representação sindical e político mais amplo, onde os diferentes grupamentos participavam ora de uma articulação, ora de outra.

Em função dos os rumos que a Campanha Salarial Unificada foi tomando, a possibilidade da deflagração de uma greve geral tornou-se iminente. Este ano os trabalhadores estavam mais organizados por causa da melhor estruturação dos movimentos populares nos bairros e porque houve um fortalecimento das alianças entre as organizações de base, a Igreja, os movimentos sindicais e os setores de oposição engajados nesse momento, na “política formal”.

Nesta contextualidade, antes mesmo da eclosão da greve foi criado em Campinas em meados de março, o “Comitê de Apoio” aos metalúrgicos e demais categorias da região, visando oferecer apoio concreto às lutas dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de vida através da divulgação das lutas, da efetivação de plantões informativos e da criação de um

“Fundo de Solidariedade”, entre outras coisas, reunindo em si diferentes forças sociais organizadas da região⁶².

A partir do ABC paulista, eclodiria no dia 1o. de abril uma Greve Geral⁶³. Em Campinas no entanto, a decisão de iniciar o movimento na categoria metalúrgica acabou por ser adiada para o dia seguinte (Folha de S. Paulo, 31/03/80). Nesse sentido, duas questões aí emergiam: por um lado, a direção do sindicato (apesar de algumas mudanças na forma de ação), frente a possibilidade real de greve e portanto, da necessidade de *dirigir* o movimento, re-

⁶² O Comitê de Apoio foi criado no dia 21 de março de 1980, na Catedral de Campinas, contando com cerca de 40 entidades, entre elas: Associação dos Secundaristas de Campinas, Associação dos Funcionários da Unicamp (Assuc), Associação dos Servidores da Secretaria da Saúde, Associação dos docentes da Unicamp, Comissão Arquidiocesana de Apoio aos Movimentos Populares, Comissão Arquidiocesana do Mundo do Trabalho (Pastoral Operária), Comissão Arquidiocesana de Educação para a Justiça, Comissão Arquidiocesana de CEB's, Comissão Arquidiocesana de Pastoral da Juventude, Comissão Arquidiocesana de Vilas Planejadas, Associação de Moradores do Jardim Londres, Conselho de Moradores da Vila Costa e Silva, CEB's do Jardim São Marcos, Campo Salles, Jardim São Vicente, Vl. Costa e Silva, Ação Católica Operária (ACO), Comunidade de Jovens João XXIII - catedral, Centro Acadêmico Bernardo Sayão (Unicamp), Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Puccamp, Convergência Socialista, DCE Unicamp, Jornal *Hora do Povo* (MR-8), Jornal *Tribuna Operária* (PCdoB), Jornal *O Trabalho*, Movimento Assembléia do Povo, Movimento Contra a Carestia, Apeoesp, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, Núcleo de Profissionais de Saúde do PT, Núcleo do PT de Barão Geraldo, Núcleo do PT da região de Campos Elísios, Sindicatos de Campinas e região: dos Químicos, dos Petroleiros (de Paulínia), dos Gráficos, dos Bancários (Cf. Correio Popular 03/04/80, Diário do Povo 04/04/80).

⁶³ Referindo-se a este processo disse Ricardo Antunes: “No dia 30 de março, sem nenhuma proposta capaz de encontrar aceitação no seio do operariado metalúrgico do ABC, este decidiu pelo início da Greve Geral a partir de 1o. de abril. E, neste dia, sem que houvesse a necessidade de piquetes, os operários do ABC paralisaram as máquinas. Em São Bernardo, a adesão atingiu 90% da categoria...” (Antunes,1988:69/70).

incidia em sua velha postura desmobilizadora⁶⁴; por outro, explicitava-se mais uma vez a conflituosidade de divergentes proposições em termos de encaminhamento, no interior do grupo que fazia oposição⁶⁵.

Dentro de um processo grevista que se alastrava pelo estado atingindo inúmeras cidades do interior, a partir do dia 2 de abril os metalúrgicos de Campinas decidiram aderir à greve, iniciando alguns movimentos de paralisação pela região⁶⁶. A organização interna do movimento grevista consistiu na realização de algumas poucas assembleias chamadas pelo sindicato e pela Comissão Salarial, e principalmente pela realização de piquetes nas empresas, onde os grupos de oposição exerceram papel fundamental⁶⁷. Em que pese a

⁶⁴ “Ontem pequenos grupos de trabalhadores fizeram a última tentativa para provocar uma assembleia geral única à noite, tentando determinar a paralisação antes das assembleias convocadas para hoje. De acordo com os integrantes desses grupos, o presidente Cid Ferreira de Souza, “conduziu” a assembleia do último domingo, não dando chances aos trabalhadores de votarem pela greve geral.” (In Diário do Povo, 01/04/80). Ao mesmo tempo havia implícita nessa atitude uma resistência do próprio presidente Cid Ferreira em assumir a direção da greve, pois a possibilidade de intervenção no sindicato, assim como de um resultado negativo da greve poderiam impedir sua futura candidatura a vereador na Câmara de Campinas pelo PDS, no ano de 1982, além do que, no ano de 81 estariam acontecendo novas eleições sindicais.

⁶⁵ “A disposição da maioria presente era pela decretação da greve a partir da zero hora de hoje, mas depois de ouvir os oradores (o presidente do sindicato e *um dos líderes do grupo de oposição*) *conclamarem por prudência*, o consenso foi pela protelação da decisão.” (In Diário do Povo, 01/04/80). O grifo é nosso.

⁶⁶ A respeito da decisão de realizar o movimento de paralisação: “Cerca de 3 mil trabalhadores metalúrgicos de Campinas e das cidades mais próximas decidiram, ontem, em duas assembleias, decretar greve da categoria, depois de recusarem o índice de produtividade oferecido na reunião de conciliação, realizada no TRT, em S. Paulo.” (In Diário do Povo, 02/04/80).

⁶⁷ Os piquetes eram realizados nas paradas dos ônibus onde membros da Comissão de Salários eram encarregados de fazer o trabalho de convencimento dos trabalhadores (Cf. Jornal Hoje, 04/04/1980). No entanto, “uma nova tática foi aplicada pelos metalúrgicos cam-

existência das pressões patronais e a repressão policial⁶⁸, os trabalhadores demonstraram disposição de luta e responderam com adesão ao movimento, que chegou a atingir nos dois primeiros dias da greve cerca de 60% da categoria⁶⁹.

No entanto, da mesma forma que começou a ocorrer em outras cidades do interior, o movimento dos metalúrgicos de Campinas sem que tivesse forte organização e direção foi em poucos dias esvaziando-se, e em “uma assembléia com a presença de apenas 200 metalúrgicos encerrou-se “oficialmente” o movimento grevista”, no dia 08 de abril⁷⁰.

É possível dizer que contribuiu para isso a ação sindical desmobilizadora realizada pela diretoria e a sua incapacidade em *liderar* esse tipo de movimento; além disso, em função das experiências anteriores (lembre-se que na última greve ficou firmado no meio dos trabalhadores um “sentimento de

pineiros, no terceiro dia de greve, visando fugir à repressão policial e a fim de diminuir o trabalho dos piquetões: “*vamos direto na ferida. O negócio é parar o setor principal da empresa, sem ele ninguém consegue fazer nada...*” (In Jornal Hoje, 06/04/1980).

⁶⁸ Cf. Correio Popular 02/04/1980; Jornal Hoje 03/04/1980.

⁶⁹ (Cf. Folha de São Paulo, 03/04/1980). Houve paralisação parcial na Bosch, Mercedes Benz, Imaf, GE, Bendix e em uma série de pequenas e médias indústrias, além de paralisarem quase totalmente as indústrias de Indaiatuba (Cf. Correio Popular, 03/04/1980). Segundo declaração do presidente do Sindicato, Cid Ferreira, em muitas das empresas estava sendo desenvolvida a chamada “greve branca”; o quadro grevista da base sindical da região era: “Indaiatuba 95%, Sumaré 50%, Valinhos 40%, Nova Odessa 30%, Paulínia 50% e Americana 20% (Cf. Diário do Povo, 03/04/1980).

⁷⁰ (In Memória e Ação, 1989:11). Referindo-se a esta greve de 1979, assinalou Ricardo Antunes: “*de dimensão ampliada no seu início, e com possibilidades de expansão, se ações concretas neste sentido houvessem sido implementadas, agora restringia-se praticamente a São Bernardo e Santo André.*” (Antunes, 1988:72).

traição”), a categoria não confiava suficientemente no sindicato enquanto órgão organizador, de apoio e de *direção* do movimento grevista.

De outro lado, estava ainda mais visível a desarticulação dos diferentes grupos que faziam oposição no interior da categoria, dado este que refletia também o quadro de indefinições e redefinições do cenário sindical mais amplo. Na verdade, não se tinha conseguido até então elaborar uma linha de atuação que extrapolasse a simples oposição à direção sindical e que realizasse uma intervenção efetiva e sistemática nas bases metalúrgicas da região de Campinas, principalmente através da solidificação de um trabalho (com organicidade) a partir do interior das fábricas. Além disso, não havia uma definição clara e delineada de uma *política de Oposição Sindical*.

O movimento grevista no ABC paulista que havia resistido até então, sofreu um grande impacto quando teve, no dia 17 de abril, seus sindicatos sob intervenção e os seus dirigentes enquadrados na “Lei de Segurança Nacional”. Houve na ocasião por parte de lideranças sindicais de várias categorias e de grupos articulados da região de Campinas, a organização de atos de protesto e de solidariedade aos metalúrgicos do ABC, no sentido de repudiarem a arbitrariedade da intervenção, ao mesmo tempo que criou-se um “Comitê de Apoio” visando arrecadar, entre outras coisas, alimentos e fundos para a greve⁷¹.

No entanto, em que pese todos os esforços de mobilização e resistência, o movimento grevista chegou ao seu término sem que tivesse suas *essenciais* reivindicações atendidas, o que significou para os trabalhadores uma grande

⁷¹ Cf. Diário do Povo de 18 e 29/04/80; Jornal Hoje 18/04/80.

derrota política⁷². O impacto dessa derrota como assinalou Noronha, foi forte e prolongado, determinando a partir daí um grande refluxo dos movimentos grevistas (1991:105).

Após as greves e dentro deste movimento de refluxo, a categoria metalúrgica de Campinas entrou numa fase de grande apatia, ocorrendo dessa forma um esvaziamento das atividades propostas pela diretoria do sindicato e criando-se a partir daí em seu interior, um grande vazio em termos de liderança.

A diretoria por sua vez, consciente ainda mais do descrédito reinante entre os trabalhadores e pensando agora dentro da perspectiva de que no ano seguinte aconteceriam novamente eleições sindicais, intensificou a prática e o discurso assistencialista e, nesse sentido, lançou publicamente a proposta de construção de uma “Cooperativa Habitacional para os Metalúrgicos de Campinas”⁷³. Esta proposta propagada enquanto “construção de casa própria” ou “formação de um bairro exclusivo para os metalúrgicos”, vinha no sentido de reafirmar a velha imagem do sindicato que *assistia* aos trabalhadores⁷⁴, bus-

⁷² Como assinalou Ricardo Antunes, a isso “seguiu um processo de desorganização desse núcleo moderno da classe operária brasileira e do *novo sindicalismo*, com repercussões marcantes e negativas no conjunto do movimento grevista daquele ano... (...) tudo isso refletiu e manifestou, ao contrário das vitórias inquestionáveis de 1978 e 1979, uma forte derrota política sofrida pelo operariado metalúrgico.” (Antunes, 1988: 96).

⁷³ Cf. Diário do Povo e Correio Popular, 24/08/80; O Estado de São Paulo, 27/08/80.

⁷⁴ “Cid Ferreira afirmou ter consciência de que o caráter reivindicativo e de defesa dos direitos dos trabalhadores devem nortear o sindicato, mas rechaçando críticas, insistiu que apesar disso *“nada impede os sindicatos de fazerem assistencialismo, na medida em que estejam, com isso, possibilitando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.”* (In Diário do Povo, 03/09/80).

cando assim restabelecer os vínculos, bastante abalados, entre a instituição e a categoria, reiterando-se novamente com isso, um tipo de concepção e de direção político-sindical⁷⁵.

Ao mesmo tempo, driblando as circunstâncias desfavoráveis, lideranças sindicais das mais variadas categorias iniciavam um processo a nível nacional e local, de revalorização da organização interna de seus movimentos. A importância disso residia no fato de que emergia no cenário político sindical brasileiro o (des) encontro de uma diversidade de experiências que ora se aproximavam, ora se anulavam, dentro de uma perspectiva de redefinições de projetos políticos sindicais, que constituíam-se num grande *avanço da reflexão acerca do papel do sindicato, da discussão política e ideológica sobre os rumos do movimento sindical brasileiro, assim como das principais questões organizacionais*.

Nesse sentido, também as “Oposições Sindicais” passaram a realizar uma discussão a nível nacional, como já vimos anteriormente, na tentativa de articularem-se melhor enquanto grupamento (ou “corrente”) no interior do

⁷⁵ É interessante perceber mais uma vez como se dá a busca da afirmação dessa imagem criada de sindicato que ataca os principais problemas do trabalhador. A *moradia* do ponto de vista do capital, se constitui enquanto espaço fundamental de reprodução da força-de-trabalho; mas do ponto de vista do trabalhador, ela se constitui enquanto espaço para se *viver* (seja individualmente ou coletivamente em família). A aspiração à casa própria se relaciona dessa forma, a *fatores objetivos* como por exemplo, a necessidade básica de se ter onde morar ou ainda, deixar de pagar aluguel... Mas se relaciona também com *fatores subjetivos*, no sentido de expressar um valor cultural, profundamente arraigado e reafirmado, que é a busca da estabilidade contra as incertezas de mudanças, a segurança pessoal e/ou familiar (A respeito, ver p.ex. Sader, 1988:99-114 *Projetos familiares: o sonho da casa própria*). Nesse sentido, a proposta de construção de casas próprias para os trabalhadores pôde significar a possibilidade da integração ideológica, na tentativa de reafirmar mais uma vez a imagem do sindicato.

movimento sindical, dotado de “propostas e características próprias”, buscando além disso elaborar teoricamente as diferentes práticas e experiências locais das várias Oposições existentes, na perspectiva de realizar uma ação enquanto *frente unitária*⁷⁶.

Tratou-se de um processo onde as “Oposições Sindicais” procuravam firmar uma identidade e traçar com maior clareza seu perfil sindical, ideológico, cultural e político junto ao movimento mais amplo⁷⁷. E na medida em que se inseria no debate com uma concepção político-sindical mais elaborada e uma proposta melhor definida de atuação no meio operário, o Movimento de Oposição projetava-se e fortalecia-se a nível nacional⁷⁸.

⁷⁶ In *Contribuição ao Encontro das Oposições Sindicais*, Doc. mimeo., maio/1980.

⁷⁷ É bom lembrar que nesse processo de afirmação da identidade e do perfil das Oposições (que não se isentou dos conflitos internos), as propostas e objetivos desse grupamento passaram por várias modificações. Nesse sentido, referindo-se à experiência da Oposição Metalúrgica de São Paulo, analisou Eder Sader: “Ficava para trás todo um período de formação desse movimento: aquele no qual as lutas nas fábricas e as comissões de fábrica eram assumidos como processos de constituição de sujeitos políticos, valorizados por si mesmos. Agora, quando a Oposição Sindical Metalúrgica *se constituía como organização pública, com força para disputar a representação da categoria*, ela reafirma a organização autônoma das fábricas como base para um sindicato legítimo. Mas é a transformação deste - ou seja, a *incidência na institucionalidade* - que passa a ser o seu objetivo central.” (In Sader, 1988:261). Os grifos são nossos. De forma geral, ocorreu no Movimento um abrandamento da crítica à estrutura sindical ao mesmo tempo que se firmou uma visão favorável a ingerência no sindicato oficial (Cf. ainda, Oliveira, 1995; Faria, 1986).

⁷⁸ Do ponto de vista da concepção sindical, o Movimento de Oposição definia-se agora, por ser uma *frente unitária* que tem como papel lutar por um sindicato *independente* (do Estado e apoiado nas Comissões de fábrica- sementes do sindicalismo de base e representativo) e *democrático* (que disponha de mecanismos de controle sobre a vida sindical), que tem por objetivo *criar condições para a ruptura com o atual sindicato*. Do ponto de vista das lutas gerais definia-se: 1. pela organização e reconhecimento das comissões de fábrica; 2. pela liberdade e independência sindical; 3. pela criação de uma central única dos trabalhadores (Cf. Doc. mimeo. do Encontro das Oposições, maio/80).

Toda esta discussão que vinha sendo desenvolvida num nível mais amplo, aliada às experiências locais vividas por trabalhadores metalúrgicos de Campinas nos últimos anos, veio fomentar a retomada de um processo de reflexão acerca do *papel do sindicato* enquanto órgão de luta no interior da categoria, reflexão esta que passou a partir daí a ser alimentada pelo debate nacional⁷⁹. Com isso, iniciava-se a recomposição do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas e Região.

No ano de 1981 a região de Campinas foi também atingida pelas demissões em massa, contando assim com alto índice de desemprego⁸⁰. No entanto, e em que pese o clima desfavorável para as grandes mobilizações, a Campanha Salarial deste ano acabou sendo mais uma vez um momento importante para a categoria metalúrgica, na medida em que se tornou o espaço pelo qual os vários grupamentos, que se colocavam em oposição e se encontravam en-

⁷⁹ “O Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), o ENTOES, ANAMPOS... esses espaços foram aglutinando a militância de esquerda que tinha sido exilada, que tinha um trabalho clandestino e estava se questionando sobre as concepções sindicais, esses modelos do sindicato como correia de transmissão do partido. (...) No espaço do Enos, Entoes, passa-se da crítica à estrutura sindical oficial - que precisava relativizar o papel dos pelegos como sendo o maior obstáculo da luta sindical. Esses espaços de reflexão, eles foram nos ajudando a compreender, a ir construindo essa concepção de sindicalismo novo... O Enos, Entoes... que eram discussões nacionais e que depois a gente voltava para cá com os textos, para reflexão, para leitura...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁸⁰ Apenas na categoria metalúrgica, estimada no período em 40 mil trabalhadores, havia até março deste ano cerca de 7 mil desempregados, ultrapassando o número que havia sido atingido até então, de no máximo 2 mil desempregados no setor (Cf. Diário do Povo, 01/04/81). É bom lembrar, nesse sentido, que marcado pela intensificação da recessão econômica e pelo alto grau de desemprego e demissão em massa, aliado ao endurecimento do governo e as mudanças de comportamento do empresariado frente ao movimento sindical, abandonava-se neste ano a prática das greves em grande escala.

tão desarticulados, deram início a tentativa de se recompor enquanto *movimento unificado*⁸¹.

Independente da ação do sindicato e antes mesmo da manifestação da direção sindical, os grupamentos de oposição iniciaram um trabalho de articulação da Campanha Salarial, a partir de diferentes espaços (nos bairros, nas CEB's, nas fábricas, no interior de suas organizações) e com materiais próprios (como panfletos e jornais). E mesmo não tendo eles estabelecido ainda uma ação unificada (já que suas atividades aconteciam ora em conjunto, ora em paralelo) e uma identidade própria e única, esses grupamentos começavam a incidir no interior da categoria metalúrgica, novamente enquanto “Oposição Sindical”.

Como parte deste esforço de constituir-se “Oposição Unificada”, foi lançado em fevereiro de 1981 o primeiro número do “*Jornal do Metalúrgico de Oposição*” de Campinas e região, apresentando para a categoria as principais reivindicações para a Campanha em conjunto com o ABC paulista⁸². E,

⁸¹ Como já vimos, neste momento a categoria metalúrgica de Campinas passava por uma fase de grande *apatia*, sendo que as atividades propostas pelo sindicato (e também pelos grupamentos de oposição) não tinham muita ressonância em seu interior. Ao mesmo tempo, estava dado no cenário geral e local um processo de revalorização da organização interna dos movimentos e portanto, havia uma movimentação no sentido de recompor forças, *marcado pela participação dos grupamentos e de suas lideranças*, que buscavam maior organicidade em seus trabalhos. Era um momento diferente dos anos anteriores, então marcados por movimentos de massa, e que entravam agora em refluxo.

⁸² As reivindicações fundamentais da Oposição de Campinas para esta Campanha conjunta eram: 1. aumento de acordo com a inflação; 2. estabilidade no emprego; 3. piso salarial igual para toda a categoria; 4. jornada de 40 horas semanais; 5. congelamento dos preços; 6. congelamento dos aluguéis; 7. direito ao delegado sindical; 8. livre acesso da diretoria do sindicato a qualquer empresa; 9. fim do atrelamento dos sindicatos e do imposto sindical. A organização para essa Campanha basearia-se: na formação de uma comissão salarial aberta; na formação de um fundo de greve; na realização de reuniões por bairro; na negoci-

ao contrário da direção sindical que mantinha sua postura de resistência em realizar uma Campanha conjunta com outros sindicatos, a Oposição reafirmava a proposta de um movimento nacional que rompesse com a Federação, com a necessária participação e inserção dos trabalhadores de Campinas nesta luta⁸³.

A Campanha Salarial organizada desde janeiro pela Oposição (e pela qual o Sindicato dos Metalúrgicos acabou por “assumir”), abarcou todo o primeiro trimestre do ano de 1981, ficando marcada por uma série de assembleias na categoria metalúrgica e encontros conjuntos com outros sindicatos, dentro de um processo de negociação, e ao final do mês de março os metalúrgicos de Campinas aceitaram a contra proposta da FIESP (Correio Popular, 31/03/81).

Porém, a importância desta Campanha não se reportava a si mesma mas sim, ao fato de que a partir dela iniciava-se um movimento de *recomposição da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas*, visando inclusive as eleições que aconteceriam em julho. Dessa forma, os espaços de debate aberto no interior da categoria em função da Campanha, assim como os veículos de comunicação que foram sendo criados, estavam sendo direcionados no sentido de dar início ao encaminhamento do processo de discussão e formação de uma chapa unificada de oposição. Na verdade, pode-se dizer que se começava, a partir daí, a elaboração de uma linha de atuação visando ir além da sim-

ação conjunta com todo o interior. (In *Jornal Metalúrgico de Oposição*, Campinas e Região, fev/81, n.1).

⁸³ Cf. Panfleto da “Oposição Sindical”, mimeo, 1981.

ples oposição à diretoria, de modo a intervir de forma mais sistemática nas bases metalúrgicas.

Esta nova postura dos grupos oposicionistas não acontecia ao acaso. Como vimos, a efervescência das discussões a nível nacional e a afirmação do Movimento das Oposições enquanto organização pública, com força para disputar a representação da categoria (Sader,1988:261), se não havia proporcionado até então a constituição de uma clara política sindical (de oposição) no interior da categoria metalúrgica de Campinas, ao menos promoveu o desenvolvimento da rearticulação dos grupamentos, dentro da perspectiva de tornar-se uma *frente*, que buscava se colocar no movimento enquanto “corrente”, com características próprias e propostas mais delineadas.

Este processo de rearticulação dos vários grupos de oposição acontecia no entanto em meio a outras mudanças, e nesse sentido é necessário considerar que, a exemplo do quadro de indefinições e redefinições que marcavam nesse momento o cenário sindical mais amplo, ocorria no interior do movimento operário e sindical dos metalúrgicos da região de Campinas, processos de mudanças que atingiam todas as diferentes *práticas organizativas* e sindicais, resultando num rearranjo desses grupamentos.

Lembre-se que a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas começou a fazer o discurso da “Unidade Sindical” a partir do processo grevista do ano anterior⁸⁴. A composição desta direção porém, estava dada pela pre-

⁸⁴ A chamada *Unidade Sindical*, formalizada como vimos após o 1o. de maio de 79, reunia em si diferentes correntes políticas e sindicais, e sob sua denominação estavam sindicatos e sindicalistas influenciados pelos PC's e também militantes do MR-8, além de sindicalistas acomodados à estrutura sindical. É importante, no entanto, lembrar que esse grupamento não se afinava com as Oposições e as combatiam, ao mesmo tempo que tinha na estrutura

sença hegemônica de sindicalistas acomodados à estrutura sindical, embora tivessem o apoio de militantes do MR-8 (de linha ultra-nacionalista, ligados ao então MDB). No caso de Campinas, embora os militantes do PCdoB não tivessem estabelecido até então nenhuma aliança com a diretoria, suas práticas oscilavam entre pressioná-la a assumir seu papel dirigente (e nisso estava inscrito um voto de confiança) e fazer oposição à ela.

A desmobilização, como vimos, caracterizava o tipo de ação sindical desta diretoria, que atuava sem nenhum questionamento a partir de uma concepção baseada no assistencialismo, dentro dos parâmetros da estrutura oficial dada. Atropelada no entanto, pelas necessidades reais dos trabalhadores e pelas mudanças que vinham acontecendo em termos da organização política e sindical, este tipo de ação e concepção vivia em si as contradições de um momento que exigia mudanças e redefinições em suas formas de ação.

Ao contrário da direção sindical do ABC paulista, que nesse processo de profundas mudanças colocava-se à frente da organização da categoria, absorvendo as pressões de sua base a partir do interior da estrutura oficial, ou mesmo, ao contrário da direção dos Metalúrgicos de São Paulo que iniciava um processo de *modernização conservadora* fundindo a concepção conservadora de sindicato à concepção “modernizante”⁸⁵, a direção sindical metalúrgica da região de Campinas relutava com suas velhas formas de ação e concepção, e quando alterava sua atitude fazia de forma a *contornar* e sobreviver aos processos de mudanças.

sindical o centro de suas atividades e a utilização dos recursos oferecidos por ela (Cf. Cap.I).

⁸⁵ Cf. Nogueira, 1990. Ver Cap. I deste trabalho.

Fruto desta postura de “conservação” contraposta a impulsos inovadores em termos da ação e da concepção sindical, a forte *imagem* de sindicato *assistência* vinha sendo ano a ano abalada pelas lutas empreendidas pelos trabalhadores no interior da categoria tornando-a cada vez mais disforme, ao mesmo tempo que ia se delineando, na concretude daquela conjuntura, um processo de esgotamento de um tipo de ação e concepção político-sindical que não mais era capaz de dar respostas às novas questões que estavam sendo colocadas no cenário das lutas dos trabalhadores.

Os militantes do PCdoB por sua vez, não conseguiam vislumbrar uma proposta de ação que viesse incorporar as novas formas de organização político-sociais que haviam surgido e que passaram a ocupar outros espaços até então não ocupados (a exemplo da rede de organização formada no interior dos bairros). Numa atitude de quem buscava também conservar uma concepção política e sindical, e a partir dela, sua forma de inserção e ação junto aos trabalhadores, a prática do PCdoB parecia agora - diante do sentido político das novas práticas surgidas - mostrar-se limitada. Isto talvez explique a atuação indefinida desse grupamento no interior da categoria metalúrgica de Campinas que ora se aproximava de um trabalho de “oposição”, ora se voltava para um trabalho junto à diretoria acomodada, num constante vacilar⁸⁶.

Neste processo de mudanças, outro fator a ser considerado neste momento é o espaço que os militantes sindicais e ativistas dos movimentos sociais vinculados às chamadas Pastorais “populares” (e a própria instituição

⁸⁶ Esta indefinição está transparecida, a nosso ver, desde 1978 no processo de constituição do Movimento de Oposição, mas ficará definitivamente explicitada nas eleições sindicais de 1981, como veremos logo mais.

Igreja Católica), haviam conquistado a nível das articulações nacionais e também a nível local⁸⁷.

Vimos anteriormente a importância do bairro como espaço viabilizador da resistência e da organização apoiados nas relações pessoais, comunitárias e de solidariedade, que articulavam numa mesma experiência, ativistas operários e sindicais, militantes de esquerda, moradores, padres e religiosos (as). A partir daí e dentro de uma proposta explícita da Igreja de Campinas de *intervenção* na nova realidade do mundo do trabalho⁸⁸, a Pastoral Operária foi se constituindo através da *nucleação* de pequenos grupos formados nos bairros que priorizavam um trabalho de *formação*⁸⁹.

⁸⁷ Lembre-se, a exemplo disso, a marcante presença desses militantes nos Encontros de João Monlevade, de São Bernardo, de Vitória, além da força hegemônica que ganharam no interior das Oposições Sindicais (Cf. Cap. I). Não nos esqueçamos ainda, que havia um processo intra-ecclesial onde estes militantes das Pastorais Populares, favorecidos pela conjuntura sócio-política e ecclesial iam conquistando novos espaços, no interior da própria Instituição.

⁸⁸ “Com a Pastoral a Igreja queria responder duas coisas: 1)- a Igreja sempre teve uma preocupação na **formação da consciência**... Quando a Igreja pretende dar uma consciência? do social, da sua responsabilidade social, da sua obrigação de estar inserida na transformação da sociedade, ela vai então se organizar para responder essa necessidade, e vai se organizar através das pastorais que sejam sensíveis à uma atuação no meio social. A PO nasce exatamente daí, ela vem substituir setores da ACO, como por exemplo, a JOC. Com a desarticulação da Ação Católica Operária, com o golpe, a Igreja tinha que criar mecanismos pastorais que respondessem essa necessidade de estar presente na formação de uma consciência operária, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja. Ela vai muito na linha da defesa dos direitos dos trabalhadores, da defesa da **organização dos trabalhadores para defender seus direitos, na defesa da autonomia da organização dos trabalhadores e a questão princípio do Evangelho.** 2)- Havia também uma preocupação de dar uma **consciência interna, nova, no próprio interior da Igreja.**” (Depoimento de Walfrides Praxedes (Pe.)). Os grifos são nossos.

⁸⁹ Nesse sentido, segundo o coordenador arquidiocesano da Pastoral Operária de Campinas: “Havia dois campos de formação das lideranças: 1)- a própria PO, através de reuniões, encontros de formação e nos encontros procurava-se dar uma consciência de responsabili-

Dentro desta perspectiva, duas questões parecem-nos fundamentais: uma refere-se à constituição de *novas práticas* a partir do espaço da Pastoral Operária; outra diz respeito à constituição de um *discurso*.

A articulação de trabalhadores a partir desta Pastoral, até mesmo pela ampla base social que foi sendo construída através dos núcleos no interior dos bairros e que conseqüentemente ampliava a sua esfera de atuação, facilitava o encontro das pessoas, a criação de vínculos mais efetivos e aumentava a possibilidade de organização⁹⁰.

Estas condições permitiam a realização de um *trabalho contínuo* e portanto, menos fragmentado, ao mesmo tempo que dele participavam conjuntamente trabalhadores das diversas categorias (metalúrgicos, construção civil, empregadas domésticas, entre outros), militantes operários e sindicais (nem sempre cristãos), do movimento popular ou da Igreja, criando um movimento amplo que extrapolava a luta por categoria profissional e que não se submetia

dade para contribuir para o avanço do movimento operário, do movimento sindical, estudo da sociedade, das contradições sociais, do lugar que a classe operária ocupa na sociedade; 2)- os militantes cristãos eram incentivados a participar de todas as possibilidades de formação que eram oferecidos pelos sindicatos ou pelas Oposições. Portanto, essa formação se dava em dois níveis: um nível da fé que se abre para o social (que é próprio da PO) e um nível da militância operária através das organizações existentes e que eram, em geral, encaminhadas pelas Oposições Sindicais, pelo sindicalismo autêntico.” (Depoimento de Walfrides Praxedes (Pe.)).

⁹⁰ Referindo-se às “contribuições da Igreja para o processo popular”, acentuou Scott Mainwaring: “Outra contribuição da Igreja no processo popular é a criação de fortes laços entre as pessoas... Esse sentido de comunidade é importante em termos humanos e potencialmente também a nível político. Não há necessariamente uma dicotomia entre a comunidade e a organização política; pelo contrário, a solidariedade comunitária pode facilitar a organização política.” (Mainwaring, 1989:237).

a estratégias partidárias pré definidas⁹¹. Dessa forma, no interior da Pastoral Operária articulava-se uma diversidade de experiências, vividas por diferentes “personagens” de distintos lugares (do bairro, da fábrica, do sindicato), sendo portanto este espaço, um *ponto de convergência* dessas experiências.

A partir deste espaço social, um outro tipo de prática estava sendo construída e vinha se contrapor às dificuldades de organização no interior das fábricas (como a pulverização, a fluidez das ações e a impotência para articulá-las) assim como, as dificuldades existentes a partir do sindicato. Ao mesmo tempo, nelas estava inscrita a possibilidade de *negação* e de *crítica* às práticas vigentes no sindicalismo oficial e também, em boa medida, das que presidiam até então o espaço da esquerda partidária⁹².

⁹¹ Havia uma especificidade muito grande do espaço da Pastoral, que está expressa de forma clara na fala deste militante: “A Pastoral Operária se relacionava particularmente com a Pastoral da Juventude e com as CEB’s - ponto de apoio essencial e complementar ao trabalho da PO - de onde provinha a grande maioria dos seus militantes. Também a relação com os movimentos populares era essencial. (...) A Igreja era o ponto de partida, o instrumento e o abastecimento para a fé, e o estímulo que se recebia para a ação pastoral ser levada em frente, para que o indivíduo atuasse na sociedade, no mundo, fazendo a intermediação entre a sua prática pastoral e o mundo do trabalho, da política, com uma prática de solidariedade com outros trabalhadores que não tinham a mesma experiência, a mesma cultura que a nossa.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁹² Se pensada em relação ao PCdoB, a grande diferença da prática da Pastoral é que aquela não se voltava, de maneira geral, para a articulação das diferentes dimensões da “vida cotidiana”, mesmo porque como já acentuamos, as lógicas que regiam a constituição desses espaços onde aconteciam suas práticas eram diferentes. A fala deste militante do PCdoB é bastante significativa neste sentido: “a gente não estava no movimento do pessoal da Igreja. A gente fazia a nossa reunião independente... fazíamos reunião de célula... Então você pegava o pessoal da Pastoral, eles podiam ter um grupo grande mas a gente não sabia como é que era o movimento. Eles começaram a fazer mais o trabalho dentro das fábricas, e manifestações em si nos bairros... e aí criou um movimento em bairros, por exemplo, pegou mais as igrejas nos bairros, aí reunia lá quem era metalúrgico...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

No espaço articulador da Pastoral Operária, constituiu-se um conjunto de “práticas e experiências educativas mais sistemáticas”, que aconteciam em boa parte através de reuniões e cursos de formação política e sindical, tornando-se assim um lugar de encontro e efetivação de experiências de “troca, reflexão e teorização”, denominadas por Silvia Manfredi como *educação sindical*⁹³.

No entanto, perpassadas pela vivência e aprendizagem adquiridas nas lutas cotidianas, essas experiências educativas traziam em si uma particularidade: havia uma preocupação pedagógica que buscava elaborá-las a partir das experiências de luta, no seu acontecer, levando em consideração as necessidades que estavam explicitadas naquele momento, assim como a realidade vivida pelos trabalhadores⁹⁴.

⁹³ Cf Manfredi, Silvia M. (1994), “Educação Sindical no Brasil nas décadas de setenta e oitenta - a construção de um modelo próprio”, In *O mundo do trabalho - crise e mudanças no final do século*, vários autores, Cesit/Unicamp, São Paulo, Ed. Scritta, pp. 289 -322. A este respeito ver ainda, Manfredi, S.M. (1986). *Educação Sindical - entre o conformismo e a crítica*, São Paulo, Ed. Loyola. Referindo-se à esta prática, assim falou um militante da Pastoral: “O nosso trabalho era construir grupos de fábrica na base; assim, a orientação da PO tomava como ponto de partida os grupos de fábrica, as reuniões, os seminários, as discussões, os pequenos cursos.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁹⁴ Isso está explicitado em vários documentos, como por exemplo, no *Documento Para Definição de Objetivos da Pastoral Operária*, onde está dado que a Pastoral deve: “Partir, na sua prática pastoral, das exigências da própria realidade da vida e da luta operária. Isto exige a análise constante da mesma vida operária nas sucessivas conjunturas e confronto das sistematizações dessa análise com a prática da base e os apelos da Palavra de Deus.” (In Doc. Mimeo. de 16/02/1981). Os grifos são nossos. A positividade dessa prática a partir do espaço da Igreja, parece estar no fato de que buscava a compreensão e a incorporação da realidade vivida, naquele momento, pelos trabalhadores. No entanto, é importante não perder de vista que esta prática que “incorpora”, por assim dizer, as experiências e lutas populares, tem lugar no interior de uma *estratégia de compreensão* do que é ser educativo ou seja, nela está dada a possibilidade de uma “prática pedagógico-educativa” que não se isenta de uma “visão” da Instituição Igreja Católica, que passa necessariamente por uma ação “pastoral”.

Por um lado, isso vinha romper com a prática desenvolvida pela maioria dos sindicatos no período pós-64 e que se caracterizava pela existência de cursos de legislação trabalhista, em sua maioria realizados através de convênios com entidades da burocracia estatal, como por exemplo a Delegacia Regional do Trabalho, os quais não tinham uma preocupação educativa mas sim, visavam a simples reprodução e controle ideológico dos trabalhadores⁹⁵.

Por outro lado, a “prática educativa” dos militantes da Pastoral Operária se diferenciava da realizada pelos militantes do PCdoB no que diz respeito aos seus objetivos e métodos⁹⁶, na medida em que estes realizavam um trabalho que privilegiava a formação dos quadros partidários, em detrimento de um trabalho por assim dizer “formativo”, nos moldes da Pastoral (e que nesse momento se voltava exclusivamente para a organização de base no meio ope-

⁹⁵ (Cf. Manfredi, 1986). Em relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, não identificamos nenhum material a este respeito. No entanto, a entrevista que realizamos com o dirigente sindical do período, Cid Ferreira, sugere que esta seria uma possível forma de “educação sindical” realizada. Além disso, é possível dizer que esta era uma prática predominante entre as diretorias “assistencialistas”.

⁹⁶ *“tínhamos divergências dos método deles, achávamos que eles eram muito pouco didáticos na conversa com o trabalhador, na maneira como abordavam... era uma maneira pouco eficaz... O trabalhador não estava interessado em discutir Marx ou Lenin... esse negócio de Internacional... Era uma coisa muito distante. O problema era criar mais identidade de classe, de categoria... as pessoas estavam chegando do campo para a indústria, para a cidade... tínhamos que trabalhar a partir das coisas que eram mais palpáveis, da realidade brasileira... a situação econômica, as condições de trabalho... Os aspectos culturais das pessoas... Tinha que ser uma abordagem que trabalhasse temas que tivessem mais a ver com a vida das pessoas... com a vida daqueles trabalhadores... E essa questão internacional, mais teórica, não era um problema pr’aquela hora. Faltava portanto uma didática, faltava metodologia... para ganhar as pessoas, para envolver as pessoas... E por isso nós da Pastoral fomos divergindo e fomos propondo outro método de trabalho.”* (Depoimento de Durval de Carvalho).

rário-sindical e na construção de uma concepção de sindicalismo autônomo e independente)⁹⁷.

A prática proposta pela Pastoral passava assim, pela necessária formação dos trabalhadores, e nisso o seu *conteúdo educativo* apresentava-se como um dado diferenciador, na medida em que partindo das experiências cotidianas e considerando os aspectos culturais dados no seu interior, articulavam-se critérios, que acabavam por organizar uma *percepção dos acontecimentos e uma forma de ação política*⁹⁸. Dessa forma, é possível dizer que a prática da Pastoral não brotava naturalmente, apenas como fruto das experiências de conflito vividas pelas pessoas no interior dos movimentos, mas estava perpassada por um conteúdo educativo-político que construía uma *representação da sociedade*⁹⁹.

⁹⁷ A fala desse militante do PCdo B confirma de certa forma a prática desse grupamento: “No partido, **todo o processo da Oposição se baseava na questão de célula**... Quando você estava no movimento você não falava no partido, mas dava a linha do partido, pegava a orientação do partido, reunia 5 ou 6 caras numa fábrica... (...) Em 81 a gente começou a criar também no bairro, um movimento com metalúrgico... fundamos uma sociedade (de bairro), a gente pegou 5, 6 bairros e começamos com um trabalho e participava quem queria... Inclusive na época, teve uma campanha de filiação no partido...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

⁹⁸ Ao se referir ao trabalho de “formação” realizado pelas Pastorais, analisou Eder Sader: “Quando observamos o modo de elaboração da realidade usado nas comunidades de base, é difícil não se impressionar com um certo “populismo teórico” com que se pretende valorizar o “saber popular”. (...) Mas o fato é que - por mais ingênuo que seja - a prática desse confronto de informações, avaliações e propostas está ligada a ações que visam mudar a realidade tratada e produz nos participantes uma dimensão crítica e uma capacitação transformadora.” (Sader, 1988:160).

⁹⁹ “Seja qual for a opinião que se tenha acerca das contribuições, das contradições e dos aspectos frágeis da visão política da Igreja popular, é difícil negar sua importância ou originalidade.” (Mainwaring, 1989:251).

A partir disso é possível dizer, como acentuou Vera Telles (1984) ao analisar as experiências de organização dos trabalhadores de São Paulo, que a prática Pastoral ganhava sentido no interior de um *discurso*, discurso este que nomeava novos espaços de ação política (como o bairro, a fábrica), que valorizava as pequenas iniciativas de reivindicação e as relações pessoais e solidárias como parte constituinte da atividade coletiva e organizativa, que falava da necessidade de “dar uma consciência para” e que, por tudo isto, conferia à ele um *sentido político*¹⁰⁰.

O *discurso político* estruturado a partir da Pastoral Operária permeado de valores éticos, recodificava no entanto os elementos da religiosidade popular.¹⁰¹ Diferenciava-se do propagado pelo PCdoB, ao mesmo tempo que di-

¹⁰⁰ Este *sentido político* do discurso da Pastoral Operária, aparece no depoimento de um de seus coordenadores ao se referir à experiência dessa pastoral no interior do movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas: “Essa era uma questão de muita urgência, principalmente quando começamos trabalhar essa questão da Oposição Sindical, e de chegar ao poder sindical... A consciência de classe está no miolo. A Igreja tinha muito receio em falar da consciência de classe, exatamente porque, uma consciência de classe pode levar também a uma consciência da existência da luta de classes, e a Igreja também sempre teve receio de assumir a expressão “luta de classes”. Esta consciência da sua força, esta consciência da necessidade de se organizar para mudar esta situação social, para que a maioria absoluta possa ter acesso aos bens que produz, esta consciência que vai de encontro às necessidades primárias, mas é uma consciência também que exige a organização, que exige assumir papel político de transformação da sociedade, que exige o papel político que vai transformar o próprio sistema de produção... a consciência de classe é uma consequência imediata da existência da luta de classes. Todo esse trabalho era feito. Quando se fala em formar a consciência de classe do trabalhador é formar a consciência de que pertence a uma classe social específica, que não somos todos iguais, que vivemos em uma sociedade desigual, e assumir que precisamos de uma participação maior na sociedade para transformar isso.” (Depoimento de Walfrides Praxedes (Pe.)).

¹⁰¹ (Cf. Telles, 1994:242). Não há dúvida que o discurso político constituído a partir dos espaços da Igreja é mediatizado pelo discurso religioso. Nesse sentido, ao analisar a relação entre discurso religioso e discurso político, Mauro Passos assinalou que: “Essa interação social por meio do discurso, nos leva a deduzir que são estreitas as relações entre signo e

vergia profundamente do discurso realizado pelo sindicalismo oficial, instituindo a partir disso, uma novidade: orientava-se por um lado, para um trabalho dentro da perspectiva da *autonomia* dos trabalhadores frente a instituições e partidos através da valorização da auto-organização (e nisto estava inscrita a idéia de pluralidade) ¹⁰²; por outro, orientava-se no sentido da chamada *organização de base* ¹⁰³.

No entanto, é possível dizer que do ponto de vista sociológico, por maior que tenha sido a influência de um tipo de intervenção e ação social da instituição religiosa (no sentido de valorizar a auto-organização e as iniciati-

ideologia. E, também, são estreitos os vínculos entre discurso religioso e discurso político. Portanto, o aparente ar de neutralidade é apenas um mito. (...) o discurso religioso enquanto expressão do pensamento católico e, enquanto fenômeno histórico, encontra-se perpassado pelos conflitos, contradições e antagonismos sócio-políticos e econômicos. Assim, não permanece imune aos interesses e conflitos que se desenvolvem entre as classes sociais. Portanto, o discurso não constitui um fim em si mesmo, nem pretende, apenas, veicular mensagens e valores religiosos, mas possui um objetivo maior - interagir socialmente.”(Passos, 1991:25).

¹⁰² A ênfase dada por estes militantes à questão da autonomia, neste momento, tinha uma positividade, na medida que dizia respeito a necessidade de autonomização de referências que estavam dadas até então, como por exemplo a tecnocracia, a burocracia e o autoritarismo inscritos nas práticas do sindicato oficial (e, por vezes, dos partidos de esquerda). No entanto, é possível dizer também que ao lado da supervalorização da autonomia, estava dada uma significativa diminuição da importância das instituições políticas que chegava próximo de uma indiferença.

¹⁰³ Ao referir-se à percepção da política de líderes vinculados às pastorais da Igreja, no que diz respeito à questão da participação popular e organização de base, analisou Scott Mainwaring: “Da ênfase na participação popular surgiu a crença na importância das organizações de base. Os líderes da Igreja vêem essas organizações como o canal principal para a articulação das necessidades populares (...) Na ênfase atribuída à participação, existe uma tendência a simplificar questões complexas. (...) a ênfase na participação das bases às vezes resulta numa rejeição das instituições, com participação limitada a nível local.” (Mainwaring, 1989:257/261).

vas de ações coletivas), ultrapassava-se os princípios do próprio discurso político-religioso aí impresso, na medida em que no entrecruzar-se das experiências ou ainda, na ação conjunta dos trabalhadores que se vinculavam a ela com outros grupamentos, criavam-se novas realidades onde este discurso ia sendo *ressignificado*, indo além de sua própria premissa¹⁰⁴. E sem dúvida, há nisto uma conseqüência política.

Considerando-se os grupamentos que compunham a Oposição Metalúrgica de Campinas e também a prática e o discurso político dos que se vinculavam à Igreja, ocorria por um lado, um distanciamento que conduzia efetivamente à possibilidade de ruptura entre os católicos da Pastoral e os militantes do PCdoB. Por outro lado, uma grande proximidade estava sendo estabelecida entre a Pastoral Operária e a esquerda trotskista (representada na categoria metalúrgica de Campinas pela *Convergência Socialista e O Trabalho*), na medida em que havia entre esses dois grupamentos (Pastoral e trotskistas), algumas afinidades em termos da compreensão da ação e da concepção sindical.

A fala deste militante da Pastoral parece contribuir para o entendimento deste processo que emergia no interior da categoria metalúrgica de Campinas e que se caracterizava pelo movimento de distanciamento /aproximação entre estes diferentes grupamentos:

¹⁰⁴ Este processo de *ressignificação*, aparece na fala deste coordenador da Pastoral Operária: “Nós tínhamos receio da manipulação dos outros setores da esquerda em cima da Igreja; até certo ponto tinha sua razão de ser, e até certo ponto era ingenuidade nossa, pois não tínhamos proposta política clara e começamos a aprender política com o contato com as diversas tendências políticas que havia, todas elas sofridas pela ditadura, mas todas elas com divergências entre si.” (Depoimento de Valfrides Praxedes (Pe.)).

“... para nós, naquela altura do campeonato, o problema do sindicato não era só a diretoria; era a estrutura sindical que estava podre. E mais adiante, no que nós tínhamos divergências com os comunistas? Para eles, a estrutura sindical estava boa... era só trocar a diretoria e o problema estava resolvido. Para nós não, não bastava trocar, interessava construir uma concepção sindical, de um sindicalismo novo e que, portanto, não só mudasse a diretoria, mas mudasse a estrutura do sindicato... Nós queríamos um sindicato autônomo com relação ao ministério do trabalho, nós estávamos propondo o fim do imposto sindical (que é um instrumento de atrelamento do sindicato ao Estado)... Então essas coisas, essa concepção sindical foi nos separando... Aí, fomos nos aproximando dos partidos trotskistas, que tinham essa mesma visão que nós, de concepção sindical, de autonomia, de liberdade sindical, até esse tema de “autonomia política, liberdade, independência de classe”. Então, isso foi distanciando-nos dos comunistas, porque eles, no plano da autonomia, não viam nenhum problema dos sindicatos estarem ligados ao Estado... no plano da independência de classe, eles defendiam a aliança com a burguesia nacional... e a gente achava que isso era errado, equivocado, que isso não dava certo (nós da Oposição que vínhamos dessa origem de Pastoral Operária e também convivendo com os trotskistas). (...) eles do PCdoB tinham muita a leitura daquilo que tinha sido as revoluções internacionais... (...) Então havia uma espécie de transposição mecânica... nós começamos a questionar... nós íamos concordando com certas teses, mas depois em 80 formamos o Partido dos Trabalhadores e eles (referindo-se ao PCdoB) eram contra, porque eles já tinham partido...”¹⁰⁵.

A formação do Partido dos Trabalhadores viria interferir também neste movimento de distanciamento/aproximação entre os diferentes grupamentos, na medida em que, como pudemos ver anteriormente, seu nascimento deu-se sob a intensificação da polarização do imaginário político das lideranças sin-

¹⁰⁵ Depoimento de Durval de Carvalho. Os grifos são nossos.

dicais, o que refletia também no campo político-partidário a convivência conflituosa de diferentes propostas de ação. Embora reunisse em si sindicalistas vinculados às Oposições Sindicais, à Igreja, sindicalistas combativos e de pequenas organizações de esquerda, todos encontravam-se no entanto politicamente distantes da visão dos partidos comunistas¹⁰⁶.

Apresentavam-se no interior da luta sindical de Oposição Metalúrgica de Campinas neste momento, de um lado a Pastoral Operária, que tinha como referência central o empenho em estimular os movimentos locais para se firmarem em práticas coletivas e solidárias; de outro, o PCdoB e as correntes da esquerda trotskistas (formadas na tradição socialista) que, a despeito de todas as diferenças e divergências existentes entre elas, tinham o partido como referência.

A possibilidade de ruptura entre militantes da Pastoral Operária e militantes do PCdoB era agora iminente, pelas diferenças de concepção político-

¹⁰⁶ Vimos no Capítulo I, que por ocasião da formalização de um partido dos trabalhadores no Congresso Metalúrgico de Lins em 1979, às Oposições não foi permitida a participação, o que acabou por retardar o apoio e a participação de seus líderes no PT. Embora não tenhamos o propósito de tratar aqui das origens do PT em Campinas - até mesmo pela falta de material da pesquisa por nós realizada - uma constatação no entanto pode ser feita: o PT em Campinas surgiu a princípio, e começou a ser estruturado à margem do trabalho de organização (sindical) já existente junto aos trabalhadores e que era realizado, até então, pelo PCdoB e pela Pastoral Operária (que estava ainda se estruturando). Ao mesmo tempo, o grupo originário do PT da cidade tinha seus vínculos estabelecidos *principalmente* com o movimento popular nos bairros de Campinas, onde havia por um lado, a força constituída da Igreja através das CEB's e, por outro, a presença de um trabalho realizado por militantes "isolados", ligados às pequenas tendências de esquerda, distantes do movimento sindical e operário. Além disso, cabe lembrar que Cid Ferreira - então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas - foi no período, um dos dirigentes da região que, presente ao Congresso de Lins, subscreveu a proposta de criação do PT (Dados obtidos nas entrevistas).

sindical, pelas diferentes práticas e formas de inserção no interior do Movimento, que estavam agora mais do que nunca exacerbadas¹⁰⁷. Havia além disso, entre o PCdoB e os trotskistas, uma disputa ferrenha e sectária que se dava em função do corte internacionalista de suas posições político-partidárias¹⁰⁸.

Em relação à Pastoral Operária e os trotskistas como pudemos ver, havia uma aproximação no que diz respeito ao tipo de ação no interior da categoria que buscava valorizar e priorizar um trabalho de base¹⁰⁹, através da organização de Comissões e grupos de fábrica autônomos; aproximavam-se também do entendimento que possuíam sobre a forma de intervenção no interior do sindicato e a luta a ser travada contra a diretoria acomodada, e nesse

¹⁰⁷ “houve um momento... início dos anos 80, que eles (referindo-se ao PCdoB) começaram a criticar a idéia da própria existência da Oposição Sindical... começaram a acreditar que não era tático, fazer Oposição Sindical... Tinha que criar um movimento de pressão na diretoria, para fazer com que as diretorias abrissem espaços para a presença de pessoas de esquerda nas direções sindicais, e essas pessoas com mandato e tal, iam fazendo política em nome do sindicato, naquilo que pudesse fazer... esperando ganhar a confiança da categoria, que ganhasse confiança da diretoria pelega, pra conseguir dar alguns passos... E começou a surgir entre nós uma crise... uma grande divergência política.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

¹⁰⁸ É bom lembrar neste sentido que os militantes do PCdoB (de linha stalinista) não aceitavam a formação do Partido dos Trabalhadores, mesmo porque viam o seu partido como representante dos trabalhadores. Os grupamentos de esquerda trotskista, que vinham de um processo de revisão das práticas de esquerda, viam na construção do PT a possibilidade de um partido de trabalhadores, dentro da perspectiva socialista, que se opunha à visão de partido até então estabelecida pela esquerda partidária.

¹⁰⁹ No entanto é importante salientar uma diferença neste sentido: o trabalho de base dos militantes vinculados à Pastoral priorizava os espaços abertos nos bairros através da Igreja; já os militantes da esquerda trotskista empenhavam-se num trabalho no interior das fábricas: “... nós éramos oposição é claro, junto com a pastoral, só que as divergências a gente explicitava, clareava, com um princípio básico: levar as pessoas para dentro da fábrica, nosso trabalho tinha que ser clandestino, mas dentro da fábrica. A PO já ia via bairro, via Igreja, via movimento religioso...”. (Depoimento de Leonildo F. da Silva).

sentido valorizavam a proposta de construção de Oposições Sindicais. Além disso, ambos possuíam uma postura política de rejeição de alianças com setores de oposição liberal¹¹⁰.

As diferenças entre os militantes da Pastoral e da esquerda trotskista, evidenciavam-se no entanto a partir da *referência partidária*.

Embora houvesse por parte destes militantes cristão vinculados à Pastoral Operária uma forte identidade com o Partido dos Trabalhadores, o seu empenho estava concentrado neste momento na organização do movimento sindical, independentemente do espaço partidário¹¹¹. Já os militantes da esquerda

¹¹⁰ Dentro desta perspectiva, uma afinidade não tão aparente é indicada por Eder Sader a qual consideramos necessário, pontuá-la. Ao analisar o que convencionou chamar de “emergência de novos atores sociais” no cenário público brasileiro dos anos 70/80, diz este autor: “nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem as condições de existência desses setores sociais” (p.60). Estas formas discursivas podem ser remetidas, segundo Sader, à diferentes “matrizes discursivas” (p.59) entendidas enquanto “modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados...”(p.143). Entre outras, Sader identifica as matrizes: “Igreja Católica” (que é uma Instituição em crise que deita raízes na cultura popular, tornando-se beneficiária das tradições e religiosidade populares) e “marxista” (dos grupos de esquerda socialista que passam por uma crise de identidade e que possuem um corpo teórico consistente e elaborado) (p.144). Aponta nesse sentido, para uma proximidade dessas duas matrizes, entre as noções de *libertação* nas falas pastorais e *revolução* nos discursos socialistas, ambas com “características míticas” na medida em que indica **“acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir das idéias de justiça movidas pelo povo em ação”** (p.164). No entanto, ressalta Sader, “a idéia de revolução se apoia em acontecimentos empiricamente observados no passado e concretamente programados para o futuro”(p.164), “a idéia da libertação dos discursos pastorais estabelece outro tipo de relação com a realidade (...) a “libertação” não permite sua operacionalidade através de alguma racionalidade estratégica (...) Não tendo por objetivo central a instauração de uma nova estrutura, mas, antes que isso, a instauração de novos sentidos e valores nas ações humanas...”(p.165) (Sader, 1988). Os grifos são nossos.

¹¹¹ “ No surgimento do PT, a PO não fazia opções partidárias. No caso do sindicato, a PO ia ao movimento levando suas experiências específicas, levando nossos valores de solidariedade, companheirismo, da democracia, do trabalho de base. O sindicato, diferente do partido, era entendido como uma instituição de trabalhadores plural.”(Depoimento de

trotskista tinham na construção do PT a principal referência, e a intervenção no movimento sindical deveria passar necessariamente pelo partido¹¹². Estas diferenças de qualquer forma, não impossibilitaram um trabalho conjunto desses dois grupamentos no interior da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas.

Os trabalhadores vinculados à Pastoral Operária passavam a ser hegemônicos a partir de agora no interior da Oposição, sendo possível afirmar que a construção deste Movimento, se não acontecia alheia neste momento, à toda a discussão partidária, ocorria em sua amplitude ao largo do Partido, dentro portanto da perspectiva de autonomia e pluralidade defendida até então por estes militantes¹¹³.

Durval de Carvalho). Referindo-se à relação estabelecida entre trabalho de base das pastorais da Igreja e os partidos políticos no início da década de 80, acentuou Scott Mainwaring: “Havia ainda uma confusão considerável a respeito de questões tais como a forma de estimular os movimentos populares e de como abordar a questão partidária. A veneração da consciência popular e a rejeição dos elementos externos ainda eram comuns. (...) Puristas políticos acharam que deveriam concentrar-se no trabalho de base e nos movimentos populares e que somente no futuro iriam lidar com a questão do Estado.” (Mainwaring, 1989:247 e 245).

¹¹² “Nosso trabalho era em todo o movimento: sindical e partidário; portanto, se é partidário é social; então a gente estava em todos os níveis. A questão básica na época é que tínhamos militância partidária e sindical... mais partidária, mas também sindical... (...) Agora, em relação ao movimento sindical nós tínhamos, enquanto trotskistas, a tendência de fazer do sindicato uma correia de ligação do partido, o sindicato era um membro, um braço do partido, enquanto que a PO achava que era um negócio totalmente distinto: sindicato-sindicato. Nós éramos por tomar o sindicato por dentro do partido, fazer a discussão dentro do partido e daí formar, juntar com a Oposição. Tem gente da PO que era militante partidário sim, mas não com a frequência que nós tínhamos. Nós tínhamos a obrigação de fundar núcleo do partido, portanto nós íamos para os bairros e para dentro da categoria formar núcleos do PT.” (Depoimento de Leonildo F. da Silva).

¹¹³ Como disse este militante trotskista referindo-se à este momento: “A Oposição não aconteceu via PT, por dentro do PT. Nós tínhamos militantes da corrente da qual eu fazia

As eleições metalúrgicas de 1981: a busca da unidade possível

Dentro deste quadro de redefinições, o processo eleitoral na categoria metalúrgica no ano de 1981, veio contribuir também para que ocorresse um rearranjo dos grupamentos, ao mesmo tempo que se estabeleceu a partir daí a possibilidade de abertura de um processo que pode significar mais adiante, a afirmação da identidade da Oposição e a configuração de uma concepção político-sindical mais delineada.

Apesar de todas as dificuldades do ponto de vista da organização dos trabalhadores e das articulações entre os diversos grupos, foi lançada em maio de 1981 a *Chapa 2* de Oposição Sindical, apresentando-se pela segunda vez enquanto alternativa para os metalúrgicos da região de Campinas¹¹⁴.

parte, que entrou no sindicato mas com uma discussão através do partido, centralizada como partido. Aí nessa época a PO era majoritária... Então nós fazíamos as reuniões no PT e eles no PIO XII. Quando nós reuníamos todo o mundo na nossa reunião mensal da Oposição... colocava as duas partes... depois deliberava..." (Depoimento de Leonildo F. da Silva). Em entrevista dada ao jornal Correio Popular, Durval de Carvalho, destacada liderança da Oposição Sindical Metalúrgica e militante que assumia a identidade de Pastoral Operária, assim expressou-se no período: *"Não tenho nenhuma tendência partidária. O mais importante é trabalhar em benefício do próprio trabalhador. (...) Nesse momento não estou preocupado com partido. Sou mais ou menos alheio a tudo isso. A prioridade é fazer oposição forte, devolver o sindicato aos trabalhadores..."* (In Jornal Correio Popular, 08/07/1981).

¹¹⁴ O lançamento da *Chapa 2* se deu em Campinas, no dia 10 de maio de 1981, no Colégio Ave Maria, onde várias entidades efetivaram o seu apoio, entre elas: Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Gráficas; CEB's São Vicente, São Marcos e Costa e Silva; Núcleo do Partido dos Trabalhadores da Vila Orozimbo Maia; Núcleo do PT dos Professores de Campinas; Núcleo Metalúrgico do PT; Associação dos Professores da Puccamp (Apropuc); Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc); Associação de Professores das Escolas Oficiais do Estado de São Paulo (Apeoesp); Juventude Operária Católica (JOC) de Campinas; JOC do ABC; Conselho das Sociedade Amigos de Bairro (Sab's) de Campinas; Pastoral da Juventude de Campinas, Pastoral Operária de Campinas; Comissão Arquidiocesana de Vilas Planejadas; Diretório Acadêmico de Teologia João XXIII, da Puccamp; Assem-

Além de reafirmar bandeiras de luta e introduzir propostas político-sindicais que já vinham sendo debatidas a algum tempo pelo movimento sindical mais amplo e que diziam respeito à *democratização da sua estrutura*, o programa da *Chapa 2* estava centrado neste ano na importância da organização da categoria metalúrgica de Campinas para além da simples oposição à diretoria, a fim de estabelecer-se enquanto pólo aglutinador de um *Movimento de Oposição* para a região, conectado necessariamente às lutas gerais da sociedade e do sindicalismo brasileiro. Evidenciava-se nesse sentido, dentro desta perspectiva, a importância de um movimento conjunto com os sindicatos e sindicalistas combativos, para o fortalecimento da luta local e geral dos trabalhadores naquele momento¹¹⁵.

Isto refletia o processo de intensa discussão no interior das articulações sindicais que vinha ocorrendo (na verdade desde 1979), com conseqüentes mudanças na postura dos grupamentos, além da melhor estruturação do Mo-

bléia do Povo, Associação de Favelas do Jd. São Marcos; Associação dos Moradores do Jd. São Cristóvão; Grupo Secundarista Alicerce; Juventude Democrática e Progressista; *Jornal Tribuna Operária*; *Jornal O Trabalho*; *Chapa 2 - Oposição Sindical Santo Dias dos Metalúrgicos de São Paulo* (Cf. Doc. mimeo. s/d).

¹¹⁵ Em um boletim da Oposição Metalúrgica de Campinas, referente ao lançamento da *Chapa 2*, tal perspectiva parece ficar bastante clara: "Acreditamos que é junto aos demais trabalhadores nas suas entidades autênticas que construiremos uma central única dos trabalhadores. A conquista do nosso sindicato significa para nós um passo neste fortalecimento da classe operária e dentro dela todas as entidades representativas e do povo em geral. (...) Mas é bom lembrar que a vitória da CHAPA 2 não será uma vitória só dos metalúrgicos. *Uma diretoria autêntica no Sindicato Metalúrgico mudará a face do sindicalismo em Campinas e em todo o interior, bem como a força das lutas populares e democráticas*" (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, s/d). Os grifos são nossos.

vimento de Oposição a nível nacional, que passou a fornecer parâmetros mais delineados para a atuação a nível local¹¹⁶.

Sendo assim, os pontos básicos do programa da *Chapa 2* este ano eram:

1. Princípios Gerais para toda a Sociedade
2. Princípios para o Sindicalismo Brasileiro
3. Lutas Gerais
4. Lutas para Campinas e Região
5. Democratização do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas
6. Lutas Específicas¹¹⁷.

¹¹⁶ Lembre-se que neste momento, o Movimento de Oposição Sindical buscava se organizar nacionalmente de forma inclusive a reivindicar um lugar particular dentro de uma central sindical unitária (Cf. Doc. da Oposição Sindical, mimeo. maio/80). Além disso, já estava dado um processo de aproximação entre as Oposições e os sindicalistas *Combativos* (próximos à Lula e ao Sindicato de São Bernardo) ao mesmo tempo que se caminhava para uma ruptura com a *Unidade Sindical* (Cf. Cap.I). Em meio a estes processos, as Oposições procuravam ver-se não mais como o único pólo de aglutinação dos trabalhadores que atuavam enquanto oposição, ampliando assim as suas propostas e reconhecendo-se enquanto parte de um movimento sindical mais amplo na luta contra o atrelamento sindical. Visavam com esta postura, uma prática unitária junto aos sindicatos combativos (e isso, apesar das diferenças e críticas existentes) dentro da busca da *unidade possível*, no sentido do fortalecimento de um pólo combativo amplo, contra os sindicatos que se encontravam nas mãos de diretorias acomodadas (Cf. Oliveira,1995).

¹¹⁷ 1: Contra a Lei de Segurança Nacional (LSN); pela Absolvição dos sindicalistas punidos pela (LSN); pelo direito de greve.; 2: Por uma Central Única dos Trabalhadores Independente do Estado; Contra o Atrelamento dos Sindicatos ao Ministério do Trabalho; pelo Fim do Imposto Sindical; pela Organização das Comissões de Fábrica e Luta pela sua Estabilidade; Apoio a todas as Oposições Sindicais da cidade e do campo que combatem o peleguismo; pela Unificação das datas-base de todas as categorias a nível nacional; 3: As 11 reivindicações de São Bernardo para o Movimento Nacional de todas as categorias: 1. salário mínimo unificado; 2. congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade; 3. congelamento dos aluguéis por dois anos; 4. controle pelos trabalhadores dos fundos sociais (INPS,FGTS,PIS...); 5. sábado livre (40 horas semanais) sem redução do salário; 6. estabilidade de emprego a partir da admissão; 7. Reajuste trimestral de salários; 8. salário desemprego; 9. fim das intervenções nos sindicatos e associações (liberdade e autonomia sindical); 10. absolvição dos sindicalistas punidos pela LSN; 11. delegado sindical. Além

É possível perceber dentro desta perspectiva, que o programa da Oposição de Campinas para esta eleição, ao contrário do passado, estava muito mais amplo e não mais circunscrito apenas ao plano sindical com vistas a restituir o poder normativo do sindicato. Além disso, menos preocupado em opor-se simplesmente à diretoria¹¹⁸ e em levar bandeiras de lutas de caráter geral envolvendo demandas trabalhistas (econômicas e políticas), seu programa incidia agora na necessidade de *ingerência no sindicato oficial* reafirmando assim, a importância da *democratização* da sua estrutura, no sentido de torná-lo um espaço das lutas coletivas.

A *Chapa 1* da situação, “Um por todos e todos por um”, encabeçada pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Cid Ferreira, visava por sua vez com sua proposta, reafirmar e aprofundar o caráter assistencialista do sindicato¹¹⁹. Seu programa pautava-se em dois pontos básicos: a construção

destas: 12. salário igual para mulheres e menores; 13. aposentadoria com salário integral aos 30 anos de trabalho; 4. Ônibus obrigatório e gratuito em todas as fábricas; Passe Operário; Passe Desemprego; Creches nas fábricas e nos bairros operários; 5: A criação de um jornal dos metalúrgicos, aberto para a participação de todos; dinamização e democratização do uso da Colônia de Férias; dinamização e reorganização do departamento jurídico; criação e organização de um departamento feminino; criação de um departamento esportivo; criação e organização de um departamento de saúde com técnicos fiscalizadores; melhoria nos serviços já existentes no sindicato; 6: Luta por melhoria das condições de alimentação e construção de restaurantes nas fábricas; Luta pelo fim das empreiteiras dentro das empresas (In *Jornal do Metalúrgico de Oposição* - 1981).

¹¹⁸ Nesse sentido, disse este militante: “... ia-se tentando ver o fenômeno do peleguismo, como fenômeno da própria estrutura sindical, do sindicalismo atrelado ao Estado e que não podia produzir outra coisa se não isso, ou por intervenção ou por cooptação, o sindicato sempre teve uma estrutura sindical frágil, pouco eficaz para fazer uma luta político-ideológica na sociedade....” (Depoimento de Durval de Carvalho).

¹¹⁹ Assim noticiou um jornal da cidade: “Não fosse a campanha da oposição e as denúncias que começaram a pesar contra o presidente às vésperas das eleições, sua recondução ao cargo estaria praticamente garantida pelo forte assistencialismo que mantém o sindicato. O

de uma Cooperativa de Consumo “para servir a toda a família metalúrgica da região”; e a criação de uma Cooperativa Habitacional com o objetivo de “construir casas próprias para os metalúrgicos”¹²⁰.

Ao atacar duas questões fundamentais relativas à precariedade que caracterizava a vida da maioria dos trabalhadores - a falta de moradia e o custo de vida - a proposta da chapa da situação tinha por objetivo incidir diretamente no seu cotidiano, na medida em que estas questões diziam respeito às condições objetivas e subjetivas vivenciadas por eles¹²¹. Sendo assim, através de um discurso demagógico que se amparava nas necessidades mais prementes dos trabalhadores, a proposta assistencialista da direção do sindicato procurava mais uma vez ganhar legitimidade¹²².

assistencialismo, inclusive, é um dos pontos que Cid promete intensificar se eleito: “*Acho que o assistencialismo não atrapalha o caráter reivindicativo do sindicato. Enquanto eu puder fazer assistencialismo no sindicato eu vou fazer porque, se de um lado o trabalhador não ganha o suficiente para cobrir o custo de vida, de outro, não vive só de politicagem como estão fazendo por aí.*” referindo-se à oposição.” (In Diário do Povo, 12/07/1981).

¹²⁰ In Boletim da *Chapa 1* “Um por todos e todos por um”, s/d.

¹²¹ Vimos anteriormente no Cap. II, que em função da deterioração dos salários e das condições de vida dos trabalhadores em geral no pós-64, assim como, a partir da expectativa gerada no interior do processo de migração da cidade para o campo em termos da possibilidade de uma “vida melhor”, criou-se condições férteis no sentido de possibilitar uma rápida incorporação das funções assistencialistas do sindicato ao universo das necessidades cotidianas dos trabalhadores. Acrescente-se agora à isso, a crise de desemprego que neste ano de 81 entrava em índices alarmantes.

¹²² “A atual Diretoria concorre novamente as eleições de nosso Sindicato que serão realizadas nos dias 13, 14, 15 e 16 de julho próximo, sem fazer nenhuma promessa, porém com o compromisso de continuar trabalhando como sempre fez para juntamente com os associados (as) *realizar tudo aquilo que estiver ao alcance da capacidade financeira do sindicato, ampliando os benefícios extensivos aos familiares e principalmente cuidando de manter e defender os direitos adquiridos pela categoria*, sem deixar se influenciar por movimentos

Se pensado do ponto de vista das lutas gerais, o programa da *Chapa 2* neste ano deixava transparecer a existência de uma proposta político-sindical mais delineada de Oposição e isto, sem sombra de dúvida, significava um grande avanço na direção da construção de seu projeto, ao mesmo tempo que reafirmava o perfil de luta do Movimento e a sua disposição para efetivar mudanças. No entanto, seu programa ao voltar-se muito mais para as lutas gerais, ficava pouco claro em se tratando da imediatividade dos trabalhadores metalúrgicos da região. Ficava pouco explícito, por exemplo, como seriam encaminhadas as grandes mudanças propostas, ou mesmo as formas de dirigir (e também administrar) o sindicato. Além disso, mostrava-se bastante ambíguo em relação ao assistencialismo¹²³.

No interior do processo eleitoral metalúrgico neste ano de 1981, um outro fator a ser considerado e que dizia respeito à Oposição Sindical, foi a

ou pretensões que não dizem respeito aos anseios dos trabalhadores metalúrgicos.” (In Boletim da *Chapa 1*, s/d). Os grifos são nossos.

¹²³ O assistencialismo sempre foi muito criticado pelo Movimento das Oposições e estava inscrito na crítica intransigente que estabelecia à estrutura sindical. No entanto, na medida em que ocorria um processo de aproximação entre as Oposições e os Sindicalistas Combativos, no sentido de se ter uma prática unitária, algumas questões foram sendo “amenizadas” e nisso se insere o assistencialismo, que passa a ter um tratamento no mínimo ambíguo no interior da Oposição. Veja-se por exemplo a fala de Durval de Carvalho, que na época encabeçava a *Chapa 2* da Oposição: “A plataforma da chapa de Oposição é basicamente uma: oferecer uma alternativa para os metalúrgicos. Uma alternativa de mobilização e defesa real do interesse dos operários no interior das fábricas. Não que sejamos contra o assistencialismo da atual diretoria do sindicato. Muito pelo contrário, achamos até que a Colônia de Férias e outras coisas têm que ser ainda mais incentivados, mas só isso não é o suficiente, ainda mais numa situação como essa que atravessamos.”. (In Jornal de Hoje, 19/04/1981).

constituição de sua chapa - dentro de um entendimento bastante precário entre os diferentes grupamentos que a formava.

Com uma formação relativamente heterogênea, a *Chapa 2* viria encabeçada por Durval de Carvalho, juntamente com militantes vinculados ao PCdoB, às tendências *Convergência Socialista* e *O Trabalho*, sob a hegemonia de trabalhadores vinculados à Pastoral Operária¹²⁴. A precariedade do entendimento entre estes grupamentos ficou evidente quando os militantes do PCdoB decidiram retirar-se dela assim como retirar o apoio ao Movimento, estabelecendo uma composição com a *Chapa 1*, juntamente com a diretoria do sindicato¹²⁵.

Isto pois, significou a efetivação da ruptura do PCdoB com a Oposição Sindical no interior da categoria metalúrgica de Campinas, processo este que

¹²⁴ “Em 81 a chapa da oposição era hegemonicamente da Pastoral Operária, formada por membros da PO que estavam integrados ao movimento sindical e que eram agora, identificados pela esquerda local enquanto Pastoral. Diferentemente de antes, agora assumíamos a identidade de membros da Pastoral Operária. Ocorreu neste ano uma recomposição da Oposição em aliança com o pessoal do PCdoB, da Convergência e do Trabalho... (...) Foi no entanto, uma chapa muito frágil...” (Depoimento de Durval de Carvalho). A composição da diretoria ficou assim constituída: presidente: Durval de Carvalho (Cobrasma); vice-presidente: Jorge (Mercedes Benz); secretário geral: Tarcísio (Wabco); 1o. secretário: José Carlos (Mercedes Benz); 2o. secretário: Alcides (Baiano) (Boreal/Bendix). (In *Chapa 2*, Oposição Metalúrgica, Campinas e Região, doc. mimeo., s/d).

¹²⁵ Esta decisão do PCdoB foi assim relatada por um de seus militantes do período: “Em 81 a gente achava que não dava para derrubar o Cid, não era o momento... e o Cid também chamava para compor com ele... Aí a gente entrou na composição com o Cid... o pessoal entrou... Na época, no partido, a gente fazia a avaliação: “dá para ganhar dele?” Então nós tínhamos que avaliar o quê? “vamos colocar nego lá dentro, porque você tem uma estabilidade e dá para fazer um trabalho e mais na frente arrancá-lo...”. (...) foi decisão do partido... o partido falou: “vamos infiltrar, porque ele vai levar, nós vamos entrar e vamos começar a roer o cara, por dentro...”. Inclusive, a companheira que saiu, renunciou... não dava para trabalhar com ele, ele não dava espaço... Mas era a decisão do grupo...” (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

ocorria também a nível geral e que passava necessariamente pelo rearranjo interno e externo dos diferentes grupamentos no interior do cenário sindical nacional, naquele momento¹²⁶.

Dadas estas condições, a eleição metalúrgica ocorreu sob um clima bastante tenso¹²⁷ e marcado por uma série de acusações entre as duas chapas¹²⁸. Os resultados, que deram vitória à chapa da situação, viria de certa forma sinalizar que a Oposição, embora houvesse saído fortalecida deste processo¹²⁹, carecia ainda de um projeto solidificado no interior da categoria

¹²⁶ Vimos anteriormente que na I Conclat que aconteceria em agosto de 1981, a unidade do movimento sindical já estava profundamente abalada opondo-se neste cenário dois grandes blocos: o “da Reforma” e os “Combativos”. Sobre este momento Cf. cap.I deste trabalho.

¹²⁷ As eleições ocorreram nos dias 13,14,15,16 de julho de 1981. O clima tenso das eleições, estava estampado nos jornais da cidade. “Não fosse um incidente e os famosos “leões de chácara” que estariam intimidando a oposição, poderia-se dizer que o primeiro dia das eleições foi tranqüilo”, noticiou o Correio Popular de 14/07/1981, referindo-se ao primeiro dia das eleições (Cf. ainda Diário do Povo 14 e 16/07/1981).

¹²⁸ A Oposição levantou suspeita de fraude na eleição, denunciando ainda à imprensa a tentativa de “manipulação” das listas por parte de representantes da Federação Metalúrgica enviados para trabalhar no pleito (“Irregularidades na eleição sindical”, In Diário do Povo, 16/07/1981). A situação por sua vez, revidando à estas denúncias, acusava a presença de “forças extras” trabalhando no pleito: “enfrentei todo o tipo de gente, desde padres, freiras, seminaristas, estudantes, grupos do PT e até elementos da Convergência Socialista. Todos dando força extra ao pessoal da Oposição” (Cid Ferreira, In Correio Popular 18/07/1981).

¹²⁹ A Chapa 1 recebeu 10.211 votos, contra os 5.195 para a Chapa 2 da Oposição. (In Correio Popular, 18/07/1981). Em relatório de avaliação da Oposição, o mapa dos votos apontou para a sua vitória na sub-sede de Indaiatuba, onde obteve 53% dos votos. Na sub-sede de Americana obteve 44% dos votos. Além disso teve um bom desempenho em grandes indústrias onde havia desde 78 um trabalho mais efetivo em seu interior, como na Mercedes Benz 59% e na Cobrasma 57% (Cf. *Relatório da Reunião da Oposição Sindical - Avaliação da Campanha e das Eleições para o Sindicato*, 26/07/1981; Doc. mimeo.)

configurado enquanto *alternativa* para o sindicato, no sentido de superar a proposta assistencialista da direção¹³⁰.

Embora o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas já houvesse construído uma pequena história durante estes anos, o que lhe permitia lançar mão deste seu recente passado de lutas contra a ação sindical da diretoria, e ainda que através dessas lutas travadas junto à categoria, tivesse conseguido ter sido identificada enquanto alternativa para um novo tipo de ação sindical, o mesmo não acontecia em relação à concepção incorporada pela grande maioria dos trabalhadores. Com isso, inviabilizava-se o estabelecimento de uma plena identidade entre os metalúrgicos e a proposta da Oposição, que procurava resgatar o sindicato como *espaço de luta coletiva e democrática*.

Os resultados das eleições sinalizaram mais uma vez para o Movimento, a necessidade de um trabalho mais efetivo no interior da categoria, melhor estruturado e contínuo. E foi a partir desta perspectiva e visando inclusive a preparação das eleições sindicais de 1984, que se iniciou o esforço para a realização de um boletim mensal, a constituição de uma política financeira e de arrecadação de fundos, a intensificação de um trabalho de base através da formação de comissões de fábrica, a realização de campanhas de sindicaliza-

¹³⁰ Imediatamente após as eleições sindicais que deu vitória à chapa da situação, ocorreu um processo massivo de demissão: "A demissão que nós sofremos na Bosch foi justamente assim: a apuração para as eleições para o sindicato terminou às duas horas da manhã e, inclusive já era num sábado. Mas, nos jornais desse mesmo sábado, saiu uma manchete dizendo que a fábrica ia mandar embora 1.700 trabalhadores." (In Diário do Povo, 24/07/81).

ção, além da formação de uma Coordenação Geral que articulasse os trabalhos da Oposição¹³¹.

A Pastoral Operária estava nesse momento atravessando um período de grande efervescência, onde sua militância ganhava mais espaço em meio ao operariado da região, seus grupos cresciam e sua estrutura local e a articulação a nível nacional ampliavam-se (Pechulla, 1995:95). Além disso, sua proposta de trabalho mais delineada, tornava-a melhor consolidada e mais enraizada junto aos trabalhadores no interior dos bairros e nas Comunidades de Base e dessa forma, os militantes que à ela se vinculavam efetivavam a sua hegemonia no interior da Oposição.

A Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas firmava assim, a partir de agora, a sua identidade em face à Pastoral Operária, ao mesmo tempo que consolidava no seu interior um projeto de direção político-sindical para a categoria metalúrgica, conformando e fortalecendo a partir disso, um pólo do sindicalismo combativo na região.

No capítulo que se segue, analisaremos estes processos.

¹³¹ Cf. *Relatório da Reunião da Oposição Sindical - Avaliação da Campanha e das Eleições para o Sindicato*, 26/07/1981. Doc. mimeo.

CAPÍTULO IV

A Conformação e o Fortalecimento de um Pólo do Sindicalismo Combativo do Interior

Os anos de 1978 a 1981 foram sem dúvida fundamentais para o processo de organização dos trabalhadores metalúrgicos da região de Campinas, no sentido em que as experiências pelas quais passaram a categoria e os grupos organizados (as greves, as campanhas salariais, as eleições sindicais) possibilitaram a elaboração de referências para a construção do Movimento de Oposição Sindical. No entanto, os anos de 1982 a 1984 foram decisivos neste processo organizativo, à medida em que a Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas firmou a sua identidade enquanto movimento e consolidou em seu interior uma concepção político-sindical.

O sindicalismo brasileiro, com a sua unidade profundamente abalada após a realização da Conclat/81, estava mais uma vez sendo desafiado pela intensificação das divergências e pelas lutas internas entre os diferentes grupamentos que o compunham, evidenciando a sua necessária recomposição. Dessa forma, se de um lado a afirmação da identidade da Oposição Metalúrgica de Campinas assim como a consolidação de sua concepção político-sindical, viriam permeadas por uma conjuntura econômica de crise e um am-

biente político caracterizado pelo processo de *auto-reforma* da estrutura política¹, de outro, viriam também marcadas por um conjunto de acontecimentos que expressavam mudanças nas relações político-sindicais, determinantes neste momento para o fortalecimento de um pólo *combativo e classista* no interior do movimento sindical brasileiro².

Na dialética da mudança estava inscrita a tensão entre a persistência do *velho* e os impulsos do *novo*, resignificando-se as práticas e as concepções. Na particularidade da experiência dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas inserida neste processo, evidenciavam-se cada vez mais os limites da direção acomodada do Sindicato, a obsolescência e o desgaste de suas concepções e formas de ação, que atingiam agora uma dimensão irrecuperável, ao passo que a Oposição se efetivava enquanto movimento estruturado, transformando-se em canal de expressão para o descontentamento da categoria e consolidando-se enquanto alternativa de direção política e sindical para os metalúrgicos da região.

¹ (Cf. Fernandes, 1982). Vimos anteriormente, que a conjuntura econômica no triênio 1982-1984 ficou marcada pela exacerbação da crise econômica, que atingiu fortemente os trabalhadores brasileiros (através da inflação, arrocho salarial e o desemprego). Do ponto de vista político, dava-se continuidade ao denominado processo de “transição política” pontuado nestes anos pelas eleições gerais de 1982 e pela campanha por Eleições Diretas em 1984, que vinha reascender as discussões em torno da participação dos trabalhadores no processo de construção de uma ordem democrática (Cf ainda, Moreira Alves, 1984).

² Nos referimos ao processo pós Conclat/81 demarcado, entre outras questões, pela não realização do Congresso de fundação da CUT em 1982 e pela tentativa de esvaziamento do Congresso de 1983 (no qual foi criada a CUT), que em grande medida fizeram avançar a discussão sobre a identidade de um pólo classista e combativo no movimento sindical a nível nacional (refletindo também a nível local).

*A afirmação da identidade da Oposição Metalúrgica de Campinas*³

A divisão dos grandes blocos no interior do movimento sindical a nível nacional já havia sido detectada na base metalúrgica de Campinas e acabou por tornar-se evidente no processo das eleições sindicais de 1981, como vimos anteriormente. O fato é que não houve então, após as eleições, a dispersão da Oposição Sindical Metalúrgica, pelo contrário, iniciou-se um esforço no sentido de fortalecer um trabalho de coordenação visando uma melhor estruturação interna do Movimento.

Este esforço porém, advinha essencialmente do grupamento vinculado à Pastoral Operária - e junto dele os militantes da esquerda trotskista - que ao longo das lutas empreendidas no interior das experiências de organização metalúrgica acabaram por se fortalecer, ao passo que o grupamento ligado ao PCdoB, teve o seu espaço reduzido no conjunto das articulações junto à categoria, não atuando mais no interior da *Oposição Sindical*.

Se ocorria neste momento um fortalecimento do grupo vinculado à Pastoral, isto não acontecia de forma aleatória. Seus militantes haviam de fato conquistado um espaço maior no interior das articulações sindicais a nível

³ Consideramos necessário esclarecer que a utilização que aqui fazemos do termo "identidade" não está dada enquanto "instrumento conceitual" e assim sendo, não temos a intenção de entrar em nenhum debate já estabelecido a este respeito. Compreendemos que a afirmação da identidade do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas foi sendo historicamente construída no decorrer destes anos, no interior de experiências comuns e a partir de um processo caracterizado por rupturas e descontinuidades. Nesse sentido, recorreremos a Eder Sader que diz: "Quando falamos da identidade de um movimento social, estamos nos referindo a uma identidade polêmica, produzida no tempo através de ações muitas vezes contraditórias, com significados ambíguos, muitas vezes desfeita e refeita através de atos que estabelecem novas vias de continuidade..." (Sader,1988:228).

geral, como vimos anteriormente. Porém, uma nova questão tornava-se evidente e dizia respeito ao esforço explícito da Igreja de Campinas, ou ainda, à investida através de suas pastorais e de forma muito especial a Pastoral Operária, no sentido de “fornecer recursos humanos e materiais: gente, dinheiro, espaço” para a efetiva organização dos trabalhadores da região⁴. Esta postura de intervenção junto aos trabalhadores já era visível como pudemos constatar, desde meados dos anos 70, mas consolidou-se e tornou-se pública e notória a partir de 1981⁵, estendendo-se pelos anos seguintes consubstanciada em “compromisso prioritário” e estando no âmago dos trabalhos pastorais da Arquidiocese⁶.

⁴ Este esforço explicitou-se já a partir de 1980 quando a Igreja de Campinas realizou uma pesquisa sócio-econômica da região (abril/80) e entre outras questões, constatou um grande aumento do movimento migratório para Campinas entre 1970 e 1980, além de apontar também para o expressivo desemprego - grande fator de preocupação para a Instituição: “*Essas realidades e esses desafios mostram a necessidade e oportunidade de uma pastoral voltada para o mundo do trabalho*”. (Cf. *A Tribuna*, Boletim Pastoral da Arquidiocese de Campinas, n. 3.614, set/out, 1981). Os grifos são nossos.

⁵ “*Igreja quer organizar trabalhadores - padres, religiosos e leigos reúnem-se em Campinas*” dizia a manchete do Jornal Correio Popular de 31/10/1981, destacando que “Conscientização através dos trabalhos pastorais, locais de trabalho, reuniões de círculos bíblicos, novenas, cursos preparatórios para noivos e batismo, sindicatos, festas ou as próprias missas” seriam os espaços que a Arquidiocese procuraria ocupar para “promover a conscientização e organização dos trabalhadores...”. (idem). É possível identificar nos anos de 1980/1983, uma série de documentos produzidos pela Arquidiocese, que tornavam explícitos os esforços da Instituição frente à organização dos trabalhadores.

⁶ “Neste ano a Assembléia da Igreja de Campinas, cuidando de avaliar toda a sua ação pastoral, terá a atenção voltada especialmente para a segunda opção do III Plano: *Mundo do Trabalho*. Assumimos junto ao mundo do trabalho um compromisso prioritário para alcançarmos o objetivo pastoral. (...) A Pastoral do Mundo do Trabalho será centralizada em dois pontos: 1. Tomar e dar consciência da realidade injusta das relações do trabalho... 2. Ajudar, com todos os recursos, “materiais e humanos”, à organização da classe trabalhadora, para que ela se liberte desta situação. Isso é que dará força e unidade à pastoral da nossa Igreja, no seu compromisso com a classe trabalhadora.”. (Cf. *A Tribuna*, Boletim Pastoral da Arquidiocese de Campinas, n.3.614, set/out, 1981).

Se é possível compreender esta linha de ação da Igreja particular de Campinas a partir do contexto das grandes mudanças intra-eclesiais pós-conciliares a nível mundial, que por questões sócio-políticas conjunturais refletiam ainda na realidade nacional⁷, este empenho na realização de “projetos prioritários” junto aos trabalhadores justificava-se também pelas grandes mudanças sociais e econômicas ocorridas na região e que exigiam a *modernização* da Instituição⁸. Ademais, na relação estabelecida entre ela e os processos de mudanças durante estes anos, as chamadas pastorais populares haviam conquistado em seu interior uma condição hegemônica⁹.

⁷ É “O fervilhar teológico e cultural” coloca Hugues Portelli, referindo-se às grandes mudanças no interior da Grande Instituição Igreja Católica no pós-Concílio Vaticano II, à nível mundial. “Este é o momento em que se constitui a “nova esquerda” católica, muito heterogênea, tanto na sua teologia quanto em seus modos de ação política. (...) No plano político, a orientação geral é a do *antiautoritarismo* e do *socialismo*. Antiautoritarismo que leva a preconizar um sistema fundado sobre a democracia direta (ou “de base”) e a criticar as instituições em vigor, a começar pela Igreja, em nome da doutrina conciliar da Igreja povo de Deus. Quanto ao socialismo, ele abrange toda a gama das correntes, marxistas ou não.” (Portelli, 1990:65/66).

⁸ (Cf. Tangerino:1991:164). Nesse sentido, assim estava justificada a *priorização* da opção “mundo do trabalho” a partir do ano de 1981: “Campinas é hoje o segundo município mais populoso do Estado e o 13o. do Brasil. 90% da sua população mora na cidade. Isso se deve à migração... A urbanização, em toda a Arquidiocese, é a tendência mais notável. De uma população de 1.300.000 habitantes, 86% está atualmente nas cidades. Estes poucos dados já nos ajudam a perceber que o contexto em que se insere a ação da nossa Igreja é o mundo do trabalho, especialmente urbano. (...) Será, pois, dentro deste contexto que teremos que compreender a missão da Igreja. *Sem conhecer as condições de trabalho da população, corremos o risco de “pregar no vazio”. Por isso, nossa ação pastoral supõe a realidade sócio-econômica para que não seja inútil nosso esforço evangelizador.*” (In. III Plano de Pastoral, 2a. edição). Os grifos são nossos.

⁹ Nas palavras de Márcio Tangerino: “... embalada pelos movimentos sociais que cresciam sensivelmente na cidade, a pastoral popular ia ganhando espaços significativos no interior da Igreja” de Campinas. (Tangerino:1991:167).

Inserida neste contexto, é possível compreender a presença da Pastoral Operária como um grupamento que entre outros se constituiu enquanto espaço de convergência e de organização de trabalhadores - militantes sindicais ou não - e que se apresentava dentro de uma orientação explícita de atuação política voltada para o social, *ainda que perpassada por um discurso religioso*¹⁰. A partir disso, esta Pastoral passava a ocupar um grande espaço no interior da Igreja de Campinas (Pechula,1995) e sua atuação acontecia dentro de uma orientação assumida por esta Instituição no sentido de apresentar-se não apenas como incentivadora e apoiadora dos movimentos operário e sindical na região mas, inclusive e principalmente, enquanto forte *aparato logístico* que tinha por objetivo oferecer condições reais para o *planejamento, desenvolvimento e realização* de um projeto de organização destes trabalhadores¹¹.

A categoria metalúrgica tendo destacada importância econômica e política e aglutinando grande parte da força de trabalho das cidades da região, encerrava em si boas condições para se firmar como pólo significativo da luta

¹⁰ A Pastoral Operária “Propõe uma Igreja voltada para o mundo do trabalho, não para si mesma. (...) Forma os trabalhadores cristãos não para atuarem dentro dEla, mas para atuarem onde se dão os riscos e os conflitos da sua vida. Acredita que os trabalhadores são os agente da sua libertação e que esta acontece não entre as paredes dos salões paroquiais, dos centros comunitários e igrejas, mas nas fábricas e sindicatos.” (*Mensagem de Dom Gilberto Pereira Lopes aos trabalhadores - comemorando o primeiro de maio - 1982*”, Doc. mimeo. 1982)

¹¹ “Uma pastoral voltada para o mundo do trabalho tem que empenhar decididamente por algum setor sem esquecer da existência dos demais. Quais critérios que serão usados nessa escolha? *Primeiro passo*: saber quais setores estão representados no campo da sua ação pastoral...; *Segundo passo*: qual setor está sendo mais explorado...; *Terceiro passo*: no momento, qual setor reúne, pela organização ou início de organização, melhores condições para conduzir a luta dos trabalhadores na região?” (In *A Tribuna*, Boletim Pastoral da Arquidiocese de Campinas, no. 3.614, 1981). Os grifos são nossos.

política, social e sindical¹². A isso, somava-se o fato de ser neste momento a categoria que reunia melhores condições em termos de experiências de luta e de organização, refletindo de certa forma a força política e organizativa atingida pelos metalúrgicos a nível nacional. Além do peso político e econômico, os metalúrgicos constituíam-se na força mais representativa no interior das atividades das pastorais populares desenvolvidas pela Igreja de Campinas e isso as tornava prioritária e estratégica na “investida pastoral” ou ainda, no esforço da Igreja no sentido de alavancar a organização político-sindical dos trabalhadores da região¹³.

Dentro desta conjuntura político-ecclesial delimitada, a questão das Oposições Sindicais começou a tornar-se freqüente nos relatórios de todos os encontros de segmentos da Pastoral Popular de Campinas (Ferraro et al, 1985) e, nestas condições, a Igreja local passou a concentrar esforços junto aos trabalhadores metalúrgicos *já organizados*, buscando tornar a Oposição Sindical Metalúrgica a expressão mais elaborada da via combativa do sindicalismo na região. Dessa forma, o Movimento de Oposição atingia um grau de

¹² A categoria metalúrgica na região de Campinas abrangia neste período, 46% dos trabalhadores na indústria, representando cerca de 53,5% da massa total de salários paga na região (Cf. *A Tribuna*, Boletim Pastoral da Arquidiocese de Campinas, n. 3.614, set/out, 1981).

¹³ “A prioridade da PO até 84 eram os metalúrgicos, porque em primeiro lugar, era a categoria que mais tinha movimento e portanto, era natural que os quadros da PO viessem dessa categoria, na sua maioria. Em segundo lugar, havia uma consciência política de que como estratégia sindical para essa região era fundamental derrotar a direita sindical metalúrgica, porque esse sindicato na mão da diretoria era o maior obstáculo para o avanço da luta sindical e do movimento popular. Por ser um sindicato de expressão nacional e ter um peso fantástico, no sentido inclusive de trair as lutas sociais e a se aliar com setores conservadores, era fundamental conquistá-lo.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

“institucionalidade” no interior da própria Igreja de Campinas, conferindo-lhe mais do que apoio explícito, o respaldo político da Instituição¹⁴.

A partir disso, um dado necessário para se compreender a importância da Pastoral Operária na estruturação da Oposição Sindical neste momento, é que uma das características fundamentais de seu modo de intervenção era o fato de ser cuidadosamente *programada, planejada e organizada*¹⁵.

Vimos anteriormente que a Pastoral Operária sempre priorizou um trabalho de *formação* de seus militantes. No entanto, se até então o esforço este-

¹⁴ Este empenho está explicitado na fala deste militante vinculado à Pastoral: “A minha liberação para a Pastoral Operária em 82 e 83, tinha o seguinte objetivo: eu seria liberado pela Pastoral, com prioridade para os metalúrgicos, para organizar a Oposição Metalúrgica. (...) então tinha um cara lá em Americana que era interessante (a gente ia descobrindo através da rede de pastoral da Igreja Católica), eu ia lá conversar com ele... Nós fazíamos contatos... e passava um para o outro, e nós íamos juntando as pessoas... Uma vez por mês tinha reunião, a gente trazia um sindicalista para fazer exposições, trazia outro para falar sobre algum tema naquela reunião... Então era um momento de aprendizagem nossa, de conhecimento, de construção de referências...! Então, aos poucos, esse grupo foi hegemônico, na categoria, a Oposição Sindical. Ao mesmo tempo, nós conseguimos hegemônico essa idéia na Igreja... o bispo era nosso aliado e dava mensalmente uma quantia para a Oposição (havia uma lista de colaboradores e simpatizantes...). Então a Igreja Católica... ela ofereceu um apoio logístico e material para a Oposição, que foi determinante depois para a nossa vitória.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

¹⁵ Dessa forma, o III Plano de Pastoral propunha dentro da opção “mundo do trabalho”, um programa muito bem estruturado de atividades abrangendo: PROJETOS (1. formação de líderes para atuar no meio operário; 2. evangelização dos jovens trabalhadores; 3. assessoramento jurídico para o trabalhador; 4. promoção da semana do trabalhador; 5. celebração do 1o. de Maio; 6. apoio ao Movimento Operário; 7. educação popular; 8. formação política de trabalhadores; 9. formação teológica; 10. programa de pastoral rural e da terra). Este programa propunha ainda COMO seriam encaminhados estes projetos; QUEM os encaminharia; QUANDO; PARA QUEM se destinavam; COM QUE MEIOS (financeiros) seriam efetivados. (In. III Plano de Pastoral, 1a. edição). Parte destes projetos eram cobertos pelo “Projeto de co-financiamento” de entidades ligadas às Igrejas da Europa. (Cf. Planejamento da P.O. 1983, mimeo.). Para efetivar este programa, era eleita uma coordenação composta por um coordenador diocesano (necessariamente um padre), um secretário, e trabalhadores representantes de diferentes regiões (sendo um deles “liberado”, ou seja, mantido financeiramente pela Pastoral Operária com dedicação integral à organização dos trabalhadores).

ve concentrado muito mais na formação da *consciência* dos trabalhadores no interior de uma concepção de solidariedade de classe, a partir de agora passaria a concentrar os seus esforços com o propósito de realizar um trabalho de *análise* da realidade sócio-econômica e de *avaliação* das situações particulares da região, buscando principalmente elaborar *definições, orientações e formas de organização*, visando com isso incentivar e qualificar seus militantes no sentido de interferir efetivamente nas relações de poder no interior dos sindicatos¹⁶.

Dentro desta perspectiva, o trabalho realizado pela Pastoral Operária procurava incidir diretamente no Movimento de Oposição Metalúrgico, de modo a criar condições concretas para a ruptura com o sindicalismo oficial.

¹⁶ “Diferentemente das demais arquidioceses do País - que estão voltadas para o momento político atual e as eleições de novembro - a Igreja de Campinas definiu sua opção pelo apoio aos movimentos sindicais. Esta opção, deflagrada agora na semana do trabalhador, implica que a Igreja estará presente em todas as eleições sindicais que ocorrerem na região de Campinas. Esta posição foi transmitida ontem pelo Coordenador da Pastoral Operária de Campinas, padre Valfrides Praxedes, acentuando que a Pastoral dará não só apoio político - como reflexão e discussão dos temas trabalhistas - como abrirá as portas das igrejas e Comunidades de Base para formação de líderes sindicais “autênticos”. “Essa é a nossa preocupação e prioridade”, acentuou Praxedes, dizendo ainda que a Igreja de Campinas “está visceralmente contra o peleguismo e o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho”. Além desta posição da Pastoral Operária, o arcebispo de Campinas, D. Gilberto Pereira Lopes, também se manifestou contundentemente, em mensagem dirigida aos trabalhadores da região. (...) D. Gilberto em seu manifesto - distribuído em 75 paróquias e 40 CEB's - defende a luta organizada dos trabalhadores em torno da garantia de emprego, redução da jornada de trabalho (sem redução do salário) e a criação do salário desemprego. Estas posições causaram profundas repercussões nos meios empresariais de Campinas, inclusive com reuniões extraordinárias de empresários ligados à FIESP - Ciesp.” (“Pastoral Operária quer líderes autênticos”, In *Jornal Gazeta*, 30/04/82 - os grifos são nossos). Cf. ainda: “Objetivo da Igreja é “formar líderes” - Arcebispo diz que patrões “exploram”” - *Folha de São Paulo* (29/04/82); “Repercute Documento de D. Gilberto - posições da Igreja causam preocupações” - *Correio Popular* (29/04/82); “Resposta do empresariado à mensagem do bispo” - *Correio Popular* (14/05/82); “Em Itaiçi, uma aula sobre sindicalismo” - *Diário do Povo* (02/06/82).

Sendo assim, não apenas dava continuidade mas intensificava a formação de trabalhadores no interior de seus espaços, ao mesmo tempo que continuava atuando de forma ainda mais ampliada nos núcleos e comunidades nos bairros¹⁷, criando através destas experiências comunitárias uma ampla rede de apoio que se transformou em um forte esquema fornecedor de recursos humano e material¹⁸.

Isto nos permite compreender o significado e a positividade da “infra-estrutura” por assim dizer, proporcionada por estes setores da Igreja que buscavam possibilitar a efetiva estruturação da Oposição Sindical, podendo-se afirmar que aos trabalhadores vinculados à Pastoral Operária foram dadas condições materiais e logísticas que permitiram à eles, neste momento, a conquista da hegemonia no interior do Movimento de Oposição¹⁹. Estas condi-

¹⁷ Nas palavras de Vera Telles, referindo-se ao trabalho realizado pelas Pastorais junto aos trabalhadores nos bairros de São Paulo: “havia uma peculiar história operária que se fazia fora dos sindicatos e que passava pelos bairros, e sua dinâmica quase se confundia com a dinâmica dos trabalhos da Igreja.” (Telles, 1984:48). Referindo-se à este momento falou um militante da Pastoral: “Então nós realizávamos um trabalho dentro das fábricas combinado com o trabalho nos bairros, e que nas fábricas era Oposição e nos bairros era Igreja (Pastoral Operária, CEB’s e algumas paróquias)... E a soma desse negócio aí, era altamente explosivo...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

¹⁸ Um militante da Oposição vinculado à tendência trotskista *O Trabalho*, disse a este respeito: “... eu não posso negar de jeito nenhum o trabalho de bairro que a pastoral fazia... Já em 83, 84 quando falava “amanhã tem distribuição de boletim”, a pastoral estava com 60, 70 carros... de apoio. E não ia bem nós, metalúrgicos...!, nós da Oposição... era apoio da Igreja mesmo...” (Depoimento de Leonildo Ferreira da Silva).

¹⁹ Ao referirmo-nos à “hegemonia” da Pastoral Operária no interior da Oposição, o fazemos dentro dos parâmetros conceituais dados por Gramsci. A partir disso, a compreensão que temos do conceito de hegemonia é a da capacidade de um grupo “dominante” de interpretar e articular diferentes interesses, afim de obter o equilíbrio de compromissos, o consenso, a cumplicidade entre os diferentes grupos e, principalmente, a direção. No limite, entendemos por hegemonia a capacidade de direção *cultural* (Cf. Gramsci, 1968; 1978)

ções, associadas às diferentes experiências que foram se cruzando no interior do movimento de organização dos metalúrgicos de Campinas ao longo destes anos, criaram a possibilidade para a consolidação e afirmação de uma identidade da Oposição Sindical, referida mesmo que não exclusivamente, mas essencialmente à esta Pastoral²⁰.

A partir disso, se é possível até mesmo questionar o tipo de identidade estabelecida a partir da Pastoral assim como os seus limites²¹, paradoxalmente é possível afirmar que em boa medida foi politicamente eficiente, ao passo que se criou condições e se abriu possibilidades para que alguns trabalhadores pudessem constituir-se e firmar-se enquanto grupo e mais do que isso, para que conseguissem *conservar uma unidade no interior da luta sindical*. Neste processo, isto pôde traduzir-se em uma concepção político-sindical e em formas de ação que no geral, deram conta daquela realidade, naquele momento²².

²⁰ Vera Telles, ao referir-se à identidade que nasceu a partir do interior dos espaços criados pela Igreja, analisou que a construção de “identidades comuns” nestes espaços e a sua “articulação” fez-se “incorporando experiências diversas vividas em espaços distintos (fábrica, sindicato, bairro)...” (Telles, 1984:14).

²¹ Nos referimos ao fato de que a partir dos espaços da Igreja, como acentuam alguns autores, criou-se uma *identidade ambígua* (político-religiosa). Nesse sentido, ao discutir as experiências da chamada Igreja Popular de Campinas, analisou Márcio Tangerino: “A conjuntura política brasileira deu aos agentes eclesiais - padres e leigos - uma identidade *política*. Quando a situação que mantinha essa identidade mudou, eles viram-se perdidos: sem o povo religioso e sem a ortodoxia das formas seguras cujo encanto a própria vivência política se encarregava de desfazer. Sobrava aferrar-se à política como nova forma de viver a religião, mas aí era inevitável cair no sectarismo das verdades prontas para a ação política *verdadeira*.” (Tangerino 1991:247).

²² Cf. Sader, 1988; Telles, 1984 e 1994.

Hegemonizada por militantes da Pastoral, o Movimento contava ainda em seu interior, como pudemos ver anteriormente, com a presença de militantes vinculados à esquerda trotskista²³.

Não que as diferenças tivessem deixado de existir ou que a diversidade conflituosa não caracterizasse mais as relações estabelecidas entre os grupamentos no interior da Oposição, pelo contrário, tal diversidade parecia ser intrínseca ao Movimento. O fato é que agora não se tratava mais da convivência de concepções e práticas tão díspares, mas de diferenças que foram sendo durante estes anos assimiladas e reelaboradas e que puderam com isso estabelecer-se dentro de um *equilíbrio de compromissos* e de um *consenso*, no interior da luta político-sindical metalúrgica de Campinas²⁴.

Referidos à luta geral instituída no cenário político e sindical, os contornos ideológicos e culturais da Oposição Metalúrgica de Campinas tornavam-se mais delineados²⁵. Tratava-se neste momento da configuração do

²³ Estavam presentes no Movimento de Oposição neste momento: a corrente *O Trabalho*, que possuía agora uma organização maior no interior do movimento dos trabalhadores metalúrgicos; em grau menor estava a *Convergência Socialista*, oferecendo um forte apoio.

²⁴ A idéia de “equilíbrio de compromisso” e de “consenso” está dada em Gramsci. Na fala deste militante d’OTrabalho esta idéia nos parece bastante clara: “(...) eu acredito que a disputa por base, na época, dentro da própria Oposição, fez com que muita gente andasse mais, fosse conversar e se esforçasse... Por exemplo, nós fazíamos um trabalho que nós tínhamos que levar bastante gente para a Oposição para ver se nós ganhávamos, para passar as nossas posições. E é lógico que a PO ia buscar gente em casa para vir, porque se não, nós podíamos ser maioria... Então, fazíamos assim ótimas reuniões... Depois de uma boa discussão política, acalmava-se, e a gente conseguia chegar a um bom termo e saía todo mundo para rua, todo mundo trabalhando... Então, nós formamos um trabalho militante...” (Depoimento de Leonildo F. da Silva).

²⁵ “Finalmente, nos anos 80, nós criamos essa “cara”. Por que criamos essa cara? Porque nós já tínhamos formado o PT em 80, em 81 tinha tido a Conclat, que nós tínhamos uma polêmica com o PCdoB, com o PC, com oMR-8, com os pelegos... (o sindicato livre,

perfil e da afirmação da própria identidade do Movimento, que permitia apresentar-se a partir de então enquanto grupo organizado e unificado.

O grande desafio estabelecido a partir de agora à Oposição Metalúrgica era o de sair de si mesma e dos limites de sua própria organização interna, efetivando dessa forma o estabelecimento de uma identidade político-sindical, ideológica e cultural junto à *toda categoria*, dentro da perspectiva maior de um sindicalismo combativo²⁶. Para isto era necessário realizar uma intervenção no interior do sindicato e ao mesmo tempo, incidir de forma unificadora e sistemática junto às suas bases.

Nesse sentido é que se formou uma Coordenação Geral da Oposição eleita por seus próprios integrantes, com o objetivo de articular frentes de trabalho no seu interior. Ao mesmo tempo, procurou-se constituir uma estrutura organizacional própria - a começar pelo estabelecimento de um espaço físico e a criação de sua sede - criando-se várias comissões que seriam responsáveis entre outras coisas, pela programação e implantação de uma política financeira e de arrecadação de fundos, a fim de possibilitar a manutenção e autogestão financeira do Movimento. Foi criada ainda, uma comissão que seria responsável pela elaboração e execução de uma política de comunicação, no sentido de tornar constantes e pontuais os boletins informativos (e os jornais) direcio-

combativo, o campo combativo com o campo pelego...). Em 83 nós fundamos a CUT... E isso tudo era uma referência..." (Depoimento de Durval de Carvalho).

²⁶ Como vimos, após realização da Conclat/81 o conjunto dos *Combativos* e das *Oposições* uniram-se com o objetivo de fundar a CUT, levando cada qual diferentes contribuições ideológicas e diferentes finalidades políticas, buscando com isso se articular de forma a percorrer *uma via própria, dentro da perspectiva da construção de um sindicalismo classista e combativo* (Cf. Conclat/81 doc.; Oliveira,1995).

nados para a categoria, além da abertura de canais junto aos meios de comunicação da cidade²⁷.

No que diz respeito à articulação bairro-fábrica, os encontros e reuniões da Oposição Sindical passaram a ser constantes e a ter um caráter periódico. Nesses espaços definiam-se propostas políticas, formas de sustentação financeira, formas de intervenção no cotidiano das fábricas e dos bairros, assim como distribuam-se tarefas entre os militantes e ativistas vinculados ao Movimento de Oposição (Memória e Ação, 1989:13). Procurava-se priorizar um trabalho de incentivo à organização de base dos trabalhadores metalúrgicos, intensificando ainda mais os laços já formados entre os movimentos no interior das fábricas e os movimentos populares nos bairros²⁸. Ao mesmo tempo buscava-se uma aproximação junto à organização partidária, particularmente ao Partido dos Trabalhadores, que apontava nesse momento como mais uma força político-social não desprezível e que alavancava o debate político na região²⁹.

²⁷ Nesse sentido, foi criado em novembro de 1982 (ano I, n.0) o boletim “*A Luta Continua - Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região*”, que passou a ser distribuído mensalmente nas principais fábricas da região. Em relação à estruturação da Oposição assim expressou este militante: “*Alugamos uma salinha na cidade de Campinas a partir de 81, montamos uma política financeira de arrecadação de fundos, montamos uma comissão de imprensa nossa, e o pessoal de São Paulo vinha dar apoio para nós... apoio logístico, para ensinar como fazer um boletim, como fazer um jornal... Montamos uma lista de trabalhadores e também de colaboradores... montamos uma coordenação... nós tínhamos uma reunião mensal, reuníamos 30, 50 caras... até 60 nos bons tempos... Aí, começamos a crescer....*” (Depoimento de Durval de Carvalho).

²⁸ Este trabalho de organização de base passava também pela busca de uma melhor estruturação dos Grupos de Fábrica, que eram poucos além de bastante frágeis (Informação obtida através das entrevistas).

²⁹ “*Fazíamos nesse momento um trabalho de localizar trabalhadores que estavam despertando para a luta sindical, social, política... Então nós tínhamos que identificar essas pes-*

Amplas campanhas de sindicalização começaram a ser feitas visando fazer retornar às fileiras do sindicato muitos trabalhadores que, descrentes da atuação da diretoria, acabaram por desassociar-se da entidade. Tratava-se no entanto, de reconduzir ao sindicato este contingente de trabalhadores dentro de uma nova concepção e de uma nova perspectiva de ação sindical, que mais do que se opor à situação vigente, trazia uma proposta de luta coletiva que incorporava-os enquanto sujeitos dessa luta³⁰.

Permeando este processo, havia um clima político bastante favorável às oposições e à organização social, política e sindical que recuperava as expectativas e a capacidade de luta dos trabalhadores e que acontecia simultaneamente a partir de uma diversidade de espaços sociais e políticos (Moreira Alves, 1984). Nesse sentido, as Eleições Gerais (para vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores) marcaram do ponto de vista político o ano de 1982, na medida em que as forças de oposição puderam conquistar novos espaços³¹.

soas dentro dos locais de trabalho, nas comunidades de base ou grupo... núcleo do PT, para trazer esses caras para reunir sistematicamente, uma vez por mês, periodicamente, uma reunião de metalúrgicos "de oposição sindical" de Campinas." (Depoimento de Durval de Carvalho).

³⁰ A campanha de sindicalização realizada já a partir de 1981, começou a ocorrer com maior intensidade em 1983, no decorrer da greve, trazendo como lema: "*Sindicalize-se e lute com a Oposição Sindical*".

³¹ Nessas eleições ocorreu vitória dos Partidos de oposição e o Congresso Nacional adquiriu uma nova força (Cf. Moreira Alves, 1984:278-289). No entanto, é importante salientar que se por um lado é possível falar que os seus resultados significaram derrotas ao Regime Militar na medida em que houve por parte das Oposições a incorporação de muitos dos temas levantados pelos trabalhadores, é possível dizer como analisou Sader, que estes resultados expressavam a consagração de uma postura oposicionista, porém subalterna e delegada à nova elite que se formava (Cf. CEDI, 1986:24/25).

Também na região de Campinas as eleições permitiram que ocorresse um avanço na organização dos trabalhadores assim como o fortalecimento dos grupos oposicionistas: o Partido dos Trabalhadores (PT) obteve nestas eleições um bom desempenho nas cidades da região, principalmente em Campinas e Sumaré, conseguindo eleger alguns vereadores; além disso foi eleito para a Prefeitura de Campinas o candidato oposicionista vinculado ao PMDB. A nível das lideranças sindicais, é importante assinalar que o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Cid Ferreira, concorreu nestas eleições ao cargo de prefeito pelo Partido Democrático Social (PDS) não conseguindo, no entanto, eleger-se³².

O ano de 1982 encerrava-se com um altíssimo índice de desemprego, atingindo a região de Campinas com um número acentuado de demissões em importantes empresas como Mercedes Benz, Singer, G.E., Nardini, entre outras³³.

Em 1983 os limites do programa econômico do governo, suas insuficiências e contradições, assim como o poder coercitivo da política do pós-64 tornaram-se por demais evidentes: a política salarial passou a ser exercida por

³² A respeito da candidatura de Cid Ferreira (Cf. Diário do Povo, 09 e 10/ 01/ 82; Correio Popular, 24/01/82. Ver ainda: Editorial do *Jornal dos Metalúrgicos de Campinas e Região*, "Cid não faz diferença alguma entre a política partidária e a política sindical", ano I, n. 11, Campinas julho de 1982). É bom lembrar que o PDS (comprometido com o governo militar) tinha como um dos seus expoentes o então governador Paulo Maluf, grande responsável no período por violenta repressão ao movimento dos trabalhadores.

³³ "Desemprego continua - na primeira quinzena deste mês, a multinacional GE jogou na rua cerca de 150 trabalhadores... Na segunda quinzena de junho, a Mercedes ameaçou fazer uma demissão em massa de seus funcionários, alegando que a empresa está em "crise". (...) Sem apoio do Sindicato (...) os companheiros da Mercedes recorreram à Oposição Sindical Metalúrgica..." (In *O Gancho*, n. 23, julho/1982). Cf. ainda, *Memória e Ação*, 1989).

uma série de decretos-lei que impunham grandes perdas e arrocho salarial aos trabalhadores, além de ter ocorrido um grande aumento da inflação³⁴. Este ano seria marcado ainda pelo aprofundamento da crise de desemprego em todo o país, não sendo diferente na região de Campinas. Ao encerrar-se 1983, a região contava com mais de vinte mil trabalhadores desempregados, sendo que apenas na categoria metalúrgica havia cerca de dez mil³⁵.

Como pudemos ver anteriormente, se esta conjuntura econômica dificultava a realização de greves maciças e por categoria, as grandes perdas salariais no entanto, motivaram a reativação das estratégias grevistas que passaram a acontecer a partir de agora de forma localizada, por empresa e com curta duração (Noronha, 1991:108/113). Diante do grave processo de demissão, e frente a alguns movimentos grevistas que aconteceram no decorrer de 1983 em algumas empresas do setor metalúrgico da região de Campinas, o Sindicato manteve uma postura de omissão dando continuidade ao tipo de ação caracteristicamente descomprometida que vinha tendo ao longo destes últimos anos, junto à categoria³⁶.

³⁴ Cf. Moreira Alves, 1984:289/314

³⁵ A taxa de desemprego na região de Campinas que girava em torno de 4% em 82, atingiu em 1983 o índice de 7,2%. (Cf. *Memória e Ação*, 1989:14). Apenas para exemplificar, em janeiro deste ano, a Mercedes Benz de Campinas demitiu cerca de 800 trabalhadores; em junho, a Nativa demitiu 50% de seus funcionários (cerca de 200 trabalhadores); em julho, a Elecab demitiu cerca de 200 metalúrgicos; em outubro, a Singer demitiu cerca de 200 trabalhadores em Campinas e Indaiatuba.(Cf. *A Luta Continua* - Boletim Informativo da Oposição Metalúrgica de Campinas e Região, ano II, n.11, janeiro/1984 - "retrospectiva -1983"). Nesse sentido, em dezembro de 1983 o *Comitê dos desempregados* realizou um ato público no "Salão Vermelho" da Prefeitura de Campinas, trazendo reivindicações junto ao prefeito, estando presentes neste ato, cerca de 800 desempregados (In *Memória e Ação*, 1989).

³⁶ Em relação às demissões neste período, declarou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos: "*O Sindicato lamenta, mas não pode fazer nada. O empresário demite a hora que quer e o governo por sua vez, não toma nenhuma iniciativa para evitar uma convulsão so-*

A Oposição Sindical por sua vez, intensificava seu trabalho junto aos metalúrgicos através da entrega massiva e constante de seus boletins insistindo de um lado, na crítica contundente ao tipo de ação sindical da diretoria e na denúncia de sua inoperância e ineficiência, principalmente frente aos processos de demissão e grande desemprego; de outro lado, ampliando a divulgação e a discussão dos encontros preparatórios para o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat/83), assumindo dessa forma o plano de lutas e os temas que permeavam a proposta de criação da CUT e buscando uma ação conjunta com outros trabalhadores³⁷. Ao mesmo tempo, intensificava as chamadas e as campanhas pela sindicalização e pela necessidade de organização no interior das fábricas e nos bairros, e nesse sentido passou a incentivar e apoiar não apenas os Grupos de Fábrica permanentes, mas principalmente as Comissões, que deveriam ser responsáveis pelo encaminhamento de lutas específicas nos locais de trabalho, como por exemplo, as lutas pela readmissão e também pela negociação das possíveis dispensas.

A Oposição conseguia a partir de agora realizar de forma unificadora o seu trabalho, no sentido de buscar incidir mais diretamente nas relações de poder no interior do sindicato e também de algumas empresas, o que de certa forma refletia a sua melhor estruturação do ponto de vista material, financeiro e em termos de recursos humanos. Além disso, esta nova postura de *grupo*

cial." (extraído do Diário do Povo, In doc. mimeo. s/d). Em várias empresas onde ocorreram movimentos de paralisação, o Sindicato acabou por estabelecer acordos com as empresas, esvaziando assim o movimento. Este foi, por exemplo, o caso da Arja de Americana (In Memória e Ação, 1989).

³⁷ Cf. *A Luta Continua* Boletim Informativo da Oposição Metalúrgica de Campinas e Região (ano I - n.5 julho/83; n.6, agosto/83; n.7, setembro/83; n.8 outubro/83; n.9 novembro/83; ano II - n.10 dezembro/83).

unificado era resultado do seu perfil político-sindical e ideológico mais delineado.

A força organizativa da Oposição Sindical tornou-se visível principalmente a partir da Campanha Salarial/83. Em janeiro deste ano, realizou uma Assembléia com toda a sua militância (que fora antecedida por alguns "Seminários de Estudo"), reunindo cerca de 70 trabalhadores representantes de 20 fábricas da região, com o objetivo de preparar a Campanha Salarial e apresentar as suas propostas. Paralelo a isso, iniciou um trabalho buscando pressionar a diretoria do sindicato para que colocasse a Campanha na pauta das suas discussões, visando a participação de toda a categoria e a democratização do processo (Memória e Ação, 1989:14).

A Oposição conseguia ocupar neste momento um espaço maior no interior deste debate: nas assembléias ocorridas em fevereiro e que foram chamadas pelo Sindicato, obteve relativa vitória conseguindo que fosse aprovada a proposta de negociação junto aos metalúrgicos combativos do ABC e do interior (e não mais com a Federação Metalúrgica) e a rejeição do desconto da Taxa Assistencial. Outro fato que viria demonstrar o seu fortalecimento enquanto movimento, é que conquistou a possibilidade da participação de um de seus membros na negociação final da Campanha Salarial/83 junto à FIESP. Isto tudo pode significar, naquele momento, uma alteração na correlação de forças no interior do movimento sindical metalúrgico de Campinas em favor da Oposição, dando à ela maior legitimidade³⁸. Esta nova força da Oposição, estava inscrita também no processo que antecedeu a realização do I Con-

³⁸ In *A Luta Continua*, Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, Ano I, abril/89.

clat/83, onde foi responsável pela convocação e realização de todas as assembléias para escolha e indicação de trabalhadores aos encontros regionais e estaduais³⁹; também na realização do I Conclat/83, ocasião pela qual foi fundada a CUT, estiveram presentes metalúrgicos da região de Campinas os quais, em sua maioria, faziam parte dos quadros da Oposição Sindical⁴⁰.

A Oposição conseguia dessa forma, através da sua ação no interior da categoria metalúrgica de Campinas e inserida no debate sindical a nível regional e nacional, criar fatos políticos, afirmando-se assim enquanto Movimento publicamente reconhecido no cenário político-sindical e com legitimidade no interior desta categoria.

O ano sindical de 1983 encerrava-se de forma muito positiva com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), configurando-se a partir daí uma nova organização no cenário político-sindical brasileiro que estabelecia de um lado, a formação de um bloco composto pelos chamados sindicalistas combativos do ABC e junto deles as Oposições Sindicais, a chamada esquerda católica e os pequenos grupos de esquerda socialista - que demarcavam a

³⁹ “A Oposição falava em CUT...! nós convocamos assembléia em 83 na categoria para tirar delegados para os encontros e para o congresso da CUT... O PCdoB não quis participar... o Cid não foi... mas nós tínhamos poder de convocar - naquela época tinha o poder... o regimento interno permitia que nós convocássemos a categoria... - convocamos assembléia para dentro da sede do sindicato, trouxemos o Rossi que era da comissão pró-CUT e que era amigo nosso, para vir falar, dentro da sede do sindicato... As pessoas participavam... Pouca gente... acho que uns trinta caras... mas isso era uma “glória”! Trinta caras para discutir CUT, naquela época?!... era uma grande “glória”...” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁴⁰ “Nós, metalúrgicos de Campinas, não ficamos alheios a esses acontecimentos. Doze metalúrgicos de nossa região foram escolhidos por uma assembléia no nosso sindicato, para participarem desde o 1. Conclat e em sua maioria eram companheiros membros da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas”. (Cf. “A CUT e os Metalúrgicos de Campinas”, in *A luta continua* - Boletim Informativo da Oposição..., Ano I, setembro/83, n.7).

formação de um pólo sindical classista⁴¹. De outro lado, fora da CUT, ficava o grupo que se opôs à realização do Conclat/83.

Com isso a conjuntura sindical se modificava, ocorrendo definitivamente a divisão entre os grandes blocos que, minimamente delineados, articulavam-se de forma a construir suas próprias vias.

Na categoria Metalúrgica de Campinas efetivava-se também esta divisão: a *Oposição Sindical* falava em nome da CUT enquanto os militantes do PCdoB formaram em agosto de 1983 a *Força Metalúrgica*⁴². Com isso o campo político-sindical no interior das lutas dos trabalhadores metalúrgicos da região de Campinas estava agora claramente delimitado, sedimentando assim as diferentes posições.

A consolidação de um projeto de direção político-sindical

O ano de 1984 viria fechar o ciclo iniciado em finais da década de 70 - dentro do processo de *abertura política* - com a campanha nacional por eleições diretas para a presidência da República. E apesar do fantasma do desem-

⁴¹ Estes grupamentos como vimos anteriormente, sob o grande objetivo de fundar a CUT, minimizaram provisoriamente suas diferenças político-ideológicas (Cf. Oliveira, 1995).

⁴² “Estamos lançando hoje um movimento de OPOSIÇÃO a atual diretoria do nosso Sindicato. (...) A nossa categoria hoje está sem força, não por falta de vontade e disposição, mas por falta de um sindicato que tenha a preocupação de nos organizar nas nossas lutas. (...) Nas nossas campanhas salariais, sempre feita às pressas, sem tempo suficiente para a nossa mobilização, não temos conseguido quase nada. Não temos um boletim periódico para denunciarmos os abusos das empresas. Não temos uma campanha efetiva de sindicalização que traga um número cada vez maior de companheiros para fortalecer a nossa entidade. (...) Por esses motivos iniciamos o movimento. Temos consciência, porém, que esta não é uma tarefa fácil. Antes de mais nada, é imprescindível a união de todos os grupos de companheiros que estão se organizando como oposição para as próximas eleições. Consideramos que sem essa união dificilmente conseguiremos derrubar a diretoria pelega...” (In Doc. mimeo. *Força Metalúrgica*, n.1, julho/agosto/83).

prego, que até meados de 84 rondou todo o país, muitas lutas aconteceram neste ano assim como uma série de mobilizações, passeatas e protestos dos movimentos sociais e populares.

À revelia do Sindicato, iniciou-se na Cobrasma (empresa pela qual a Oposição Metalúrgica de Campinas havia construído uma forte organização de base) um movimento grevista contra a demissão de 107 trabalhadores⁴³. Apoiada na Comissão de Fábrica e no Comando de Greve eleito para negociar diretamente com a empresa, a Oposição Sindical ganhou amplitude e se tornou a principal liderança deste movimento, capaz de dar direção e incidir no interior da empresa e do sindicato⁴⁴.

O êxito da Oposição Metalúrgica durante a greve acabou por criar nos trabalhadores maior disposição de luta, permitindo à ela ocupar virtualmente o lugar do sindicato na condução do processo grevista, convertendo-se não apenas em uma vitória dos trabalhadores da Cobrasma e da categoria meta-

⁴³ Esta greve teve início em 20 de janeiro de 1984 (Cf. Diário do Povo, 21/01/84). Praticamente, não temos dados a seu respeito.

⁴⁴ Sobre esta greve, assinalou este militante da Oposição: *“Em 84 realizamos uma greve em janeiro, na Cobrasma, e quem comandou, quem dirigiu essa greve foi a Oposição Sindical... Eu mais alguns companheiros, nos reuníamos todos os dias com o comando de greve e com a Comissão de Fábrica, que negociava com a empresa junto ao Sindicato. (...) Nós decidimos nas assembléias e na Comissão que o sindicato homologaria. Agora, nós dávamos à ele poder nenhum... a tática do movimento, por onde vai, etc.... o momento de recuar, momento de avançar... isso decidíamos nós. (...) Foi uma greve de êxito, uma greve radicalizada... Nós ocupamos a fábrica, dormimos uma noite, todo mundo dentro... Levamos o secretário do trabalho na fábrica, na época do governo Montoro... e o Cid Ferreira... mas ele não tinha poder. Quem tinha poder era a Comissão de Fábrica, que decidia com a assembléia dos trabalhadores... ele só homologava...”* (Depoimento de Durval de Carvalho).

lúrgica, assim como de toda a luta sindical combativa na região e o Movimento de Oposição⁴⁵.

Aconteceria em março deste ano, outro movimento grevista de peso na categoria metalúrgica, dessa vez na Braseixos, liderado no entanto pelo Sindicato⁴⁶. Por não ter uma forte base no interior desta empresa, mas também pelas condições de impermeabilidade criadas pela diretoria sindical a partir da experiência com a greve bem sucedida na Cobrasma, não foi possível à Oposição estar junto na condução desse movimento⁴⁷. A greve na Braseixos, no

⁴⁵ “Este acontecimento, é muito importante para a vida não só dos trabalhadores da Cobrasma, mas também a de todos os metalúrgicos da Região de Campinas. Sem falar das conquistas econômicas garantidas aos companheiros demitidos, fica um saldo muito positivo: pela primeira vez na história recente do movimento operária da nossa Região, os companheiros de uma grande fábrica como a Cobrasma se levantaram contra a imposição dos patrões num movimento vigoroso(...) Vocês levantaram bandeiras de luta de todos os trabalhadores: a garantia no emprego, o salário-desemprego e a organização livre dos trabalhadores em seus locais de trabalho, através de comissão de fábrica.” (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região *A Luta Continua*, edição especial, 31/01/1984). Referindo-se ao processo grevista na Cobrasma, disse este militante da Oposição: “*E foi uma coisa curiosa, porque aquilo ali virou nosso álibi, era o nosso espelho e quem falasse em nome daquela experiência, falava com muita autoridade, com muito peso.*” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁴⁶ Não temos praticamente nenhum dado a respeito da greve da Braseixos. No mesmo período entraram também em greve, trabalhadores da IBAF. (Cf. *A luta continua* - Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, 14/mar. de 1984).

⁴⁷ “*Passado alguns dias... o Cid puxou uma greve na Braseixos, do lado da Cobrasma... com a mesma tática que nós tínhamos desenvolvido na Cobrasma. Aí, eu fui lá na greve também, e o Cid “bateu boca” com a gente.... Eu me afastei da fábrica e falei com uns caras (tinha uns contatos lá dentro...): “o negócio é o seguinte: o Cid não permite que nós nos aproximemos dessa fábrica. A gente não tem nada aqui dentro de movimento... Vocês fiquem atentos... se a tática for a mesma que usamos na Cobrasma, o patrão já aprendeu... ele vai “detonar” o sindicato, vai “detonar” com vocês...*”. (Depoimento de Durval de Carvalho).

entanto, acabou por ser derrotada, não tendo suas reivindicações atendidas e resultando em uma forte onda de demissões⁴⁸.

Estas greves evidenciavam mais uma vez a incapacidade política e organizativa e os limites da direção sindical acomodada. À isto somava-se o drástico aumento do grau de empobrecimento dos trabalhadores (em função do aprofundamento da crise econômica que antecedeu o ano de 1984), de forma que a própria estrutura assistencial montada pelo sindicato durante todos estes anos não mais era suficiente para atender as demandas destes trabalhadores. Isto contribuiu ainda mais no sentido de desgastar a imagem do sindicato frente a categoria, atingindo no entanto uma dimensão irre recuperável⁴⁹.

De outro lado, havia um clima político de mudança permeando a conjuntura nacional e que alavancava o debate político (Moreira Alves, 1984). A Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas estava referida à este debate e aparecia no interior da categoria em consonância com o que havia de *novo* no cenário político e sindical em termos de propostas e em termos de expectativa

⁴⁸ “... demissão em massa na Braseixos, nenhuma reivindicação foi atendida... Conclusão: aquela greve foi derrotada... e ficou na conta do sindicato...”. (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁴⁹ Ao mesmo tempo, é possível dizer que havia a partir do início da década de 80 uma alteração do próprio padrão das relações industriais que possibilitava também transparecer a ineficiência do tipo de prática sindical estabelecida pela diretoria acomodada, assim como a sua obsolescência. Nesse sentido, referindo-se à questão do equilíbrio entre direção e “base”, analisou Hobsbawm: “Ele se torna especialmente instável, não só nos momentos em que a liderança deseja impor às bases políticas inaceitáveis, *mas também quando o padrão básico das relações industriais se altera e métodos estabelecidos de organização, negociação e luta se tornam irrelevantes, ineficazes e obsoletos.*” (1988:385). Os grifos são nossos.

de mudanças - o Partido dos Trabalhadores e a CUT⁵⁰. Isto, aliado ao êxito da Oposição na condução da greve, assim como sua melhor organização e o trabalho que vinha sendo realizado de forma intensiva e massiva no interior da categoria, possibilitou que ela se transformasse em um canal de expressão para o descontentamento destes trabalhadores, passando a ser identificada como alternativa de direção política e sindical.

A Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região enfrentava assim, a partir de agora, as exigências de instituir-se enquanto direção política e sindical, e nesse processo a eleição para uma nova diretoria seria um momento de grande importância para o Movimento⁵¹.

Em março de 1984 foi organizado o *Encontro dos Metalúrgicos de Oposição de Campinas e Região*. Nele foram discutidas as eleições sindicais a serem realizadas em julho deste ano, ocasião na qual foi formada uma “Comissão Pró-Convenção dos Metalúrgicos”, com o objetivo de escolher e eleger uma chapa única de oposição⁵².

⁵⁰ A Oposição Sindical trazia além de novas propostas e novas estratégias e bandeiras de luta (com implicações políticas), um componente fundamental: “o ideal sindicalista de transformação social” (a este respeito, Cf. Hobsbawm, 1988).

⁵¹ “Usamos das eleições sindicais como forma de veicular uma proposta de organização política dos trabalhadores em torno de um sindicalismo de base, articulado a partir dos locais de trabalho, democrático e independente.” (In *A luta continua* - Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e região, fev/1984).

⁵² Este encontro realizou-se no dia 11 de março de 1984, no “Salão Vermelho” da Prefeitura Municipal de Campinas e contou com a presença de cerca 140 metalúrgicos, representantes de 36 fábricas da região. Ficou estabelecido, entre outras coisas que “A maior garantia de vitória é os metalúrgicos de oposição se apresentarem unidos nas próximas eleições, com uma chapa única contra o pelego e a situação. A melhor maneira de conseguir esta união é favorecer a participação de todos os metalúrgicos no processo de escolha dessa chapa. Daí surgiu a idéia da *Convenção*, que foi aprovada por quase todos os metalúrgicos presentes.” (In Resoluções do Encontro sobre eleições sindicais dos metalúrgicos de Oposição - Cam-

A *I Convenção dos Metalúrgicos de Oposição* realizou-se em abril de 1984 e foi um evento inédito ocorrido no interior da categoria metalúrgica da região⁵³. Momento privilegiado para a discussão de uma chapa de Oposição que deveria ser a princípio única, sua realização viria demonstrar a existência de uma prática diferenciada no interior do movimento operário e sindical da região de Campinas, na medida em que ao reunir diversos grupamentos que se opunham à então diretoria, abriam-se espaços para o debate político e sindical e para a explicitação e negociação das divergências políticas inscritas no processo eleitoral⁵⁴.

pinas e Região, 11 de março de 1984, doc. mimeo.). Cf. também "*Texto de contribuição para o debate sobre o processo de escolha de chapas para a eleição dos metalúrgicos - contribuição dos petistas*" (doc. mimeo., s/d).

⁵³ A *I Convenção dos Metalúrgicos de Oposição* realizou-se no auditório do Colégio Estadual "Culto à Ciência" em Campinas, onde estiveram presentes cerca de 250 trabalhadores metalúrgicos de oposição, representantes de 53 empresas (Cf. *Correio Popular*, 17/04/1983). A Convenção contou com o apoio e a presença das seguintes entidades: diretores dos Metalúrgicos de Santo André e São José dos Campos; Oposições Metalúrgicas de São Paulo, Guarulhos e Limeira; Oposições dos Químicos, dos Gráficos, Comerciantes e Eletrecitários de Campinas; diretores dos Sindicatos dos Professores e Bancários de Campinas; da Associação dos Professores da PUCC e da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; Comissão Pró-CUT Regional, deputado Expedito Soares; dois vereadores e o presidente do PT de Campinas (Cf. *Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região A luta continua*, maio de 1984).

⁵⁴ A pauta da Convenção constou de: 1. Apresentação; 2. eleição da mesa; 3. aprovação do regimento; 4. discussão sobre a chapa única de oposição; 5. debate e aprovação da plataforma da chapa; 6. critérios para a composição da chapa; 7. votação da chapa; 8. encerramento. Do regimento, estava dado que: "grandes empresas indicam seus nomes para as chapas; as regiões indicam seus nomes para as chapas; demais componentes indicados pela plenária, que seja militante (não estejam nas grandes fábricas nem nas regiões). Estes nomes constituirão as chapas que serão votadas pela plenária, respeitando-se critérios de proporcionalidade de votos de cada chapa." (In *Doc. da Convenção*, mimeo. 15/04/1984).

Durante as discussões para a formação da Chapa da Oposição Sindical houve por parte da *Força Metalúrgica*, constituída por militantes vinculados ao PCdoB, uma tentativa de compor juntamente com o Movimento de Oposição; no entanto, as divergências que se apresentavam, inclusive a nível nacional após a formação da CUT, não permitiram que tal composição ocorresse⁵⁵. Além disso, o PCdoB estava com seus espaços bastante reduzidos no conjunto das articulações no interior da categoria metalúrgica de Campinas onde, como vimos, havia uma hegemonia dos militantes vinculados à Pastoral Operária⁵⁶. Dessa forma, ao final deste processo de discussão, não foi possível

⁵⁵ Esta tentativa de composição por parte do PCdoB, foi assim relatada por este militante: "(...) A gente estava agora na CGT e nós do PCdoB tínhamos um movimento grande dentro dessa corrente, e isso refletiu na questão da chapa. Em 84, a gente veio para a negociação de novo, mas a composição não deu certo. Teve várias propostas de composição, que seria do partido e o pessoal da Pastoral. (...) A divergência era a questão mais de quem iria assumir a presidência... e tinha questão de proposta. ... Era uma questão tática... por exemplo, a gente achava que quem tinha que bancar a presidência da chapa éramos nós, porque a gente é que ia lá nas assembléias, brigava com o Cid... (...) Aí, nós do PCdoB saímos com uma terceira chapa. Teve vários erros, na época, de composição... e sempre teve aquelas briguinhas "a igreja", "o partido"... Aí saiu uma outra chapa, com outro pessoal, e quem dava a linha do movimento era o partido... (Depoimento de Valdemir J. Martinhago).

⁵⁶ Referindo-se à tentativa de composição da chapa de oposição com o PCdoB, falou este militante da Pastoral: " Quando nós fizemos a Convenção, não deu para fazer o acordo com o PCdoB; eles queriam propor um acordo conosco e nós dissemos: "legal, topamos o acordo: 10 caras para vocês e 14 para nós, e nós queremos a presidência"... isso em 84, eles queriam compor de novo conosco. E havia uma pressão... (...) do PT, e de um pessoal d'O Trabalho, pressionando a gente para compor com o PCdoB, e que desse a cabeça da chapa para o PCdoB.... Esta pressão, é porque eles achavam que só ganharia a eleição do Cid, se tivesse uma chapa única de Oposição. Aí, nós dissemos "não... composição não... quem é maioria hoje na categoria somos nós da pastoral..." (Depoimento de Durval de Carvalho).

obter uma unidade entre estes grupamentos, formando-se a partir daí duas chapas de oposição⁵⁷.

De um lado ficou a *Chapa 2 - Força Metalúrgica* - composta por militantes do PCdoB, juntamente com alguns membros da diretoria sindical que haviam rompido com a direção do sindicato. Embora estabelecesse uma relação de confronto direto com o presidente Cid Ferreira, a nível de programa a *Chapa 2* não defendia propostas e bandeiras às quais o Movimento de Oposição Sindical vinha a algum tempo levantando como formas de luta no interior da categoria, a exemplo da construção da CUT, o fim do imposto sindical, a organização de base e a liberdade sindical⁵⁸.

De outro lado estava a *Chapa 3 - A Luta Continua* - apoiada pela CUT⁵⁹ e eleita na Convenção dos Metalúrgicos de Oposição, que tinha nova-

⁵⁷ “*Metalúrgicos fazem Convenção sem obter unidade da Oposição*: A Convenção começou por volta das 8 horas da manhã de domingo, com credenciamento de todos os metalúrgicos que militam no movimento de oposição, e terminou por volta das 14 horas, bastante atrasada, devido à falta de entendimento entre os membros dos dois movimentos oposicionistas: Oposição Sindical Metalúrgica e Força Metalúrgica. “*Nós tentamos negociar a formação de uma única chapa, mas eles (Força Metalúrgica) exigiam vários cargos que competia à Convenção indicar*”, afirmou Durval. Ele praticamente falou em nome de todos os convenionais que, no momento da votação, posicionaram-se unanimemente contra esse tipo de acordo.” (Cf. Correio Popular de 17/04/1984).

⁵⁸ (Cf. Memória e Ação, 1989:16). Não temos praticamente nenhum material, em termos documental, a respeito da *Chapa 2*. Sua composição era a seguinte: *Diretoria*: José R. Faria, José Bráz, João Mendes dos Santos, Mozart Daniel Ramos, Pedro Pinto, Djalma M. Vieira, Valdir L. Pereira; *Suplentes da diretoria*: Santo Mangolin, Leonildes H. da Silva, Elio Ulrich, João Gonçalves, Edvaldo A. Moralo, Antonio Claudenir Gonçalves; *Conselho Fiscal*: João R. dos Santos, Eli dos Santos, Ayrton da S. Bueno; *Delegados na Federação*: Geraldo Basso, José R. Faria. (Cf. Cédula Oficial da Eleição Metalúrgica / 1984 - Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região).

⁵⁹ “A CUT acompanhará de perto o processo das eleições sindicais (...) tem como preocupação apoiar oficialmente a *chapa cujo programa e prática sindical estejam de acordo com os princípios da CUT* (...) com base nesses princípios, a CUT entende que a *Chapa 3* é aquela que interessa aos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (...) Neste sentido, a CUT

mente à sua frente Durval de Carvalho, militante vinculado à Pastoral Operária⁶⁰.

A partir de uma *estratégia* previamente definida⁶¹, a *Chapa 3* ficou formada hegemonicamente por trabalhadores próximos à Pastoral, em com-

conclama a todos os companheiros metalúrgicos a participarem, desde já, na luta da Chapa 3 e a se comprometerem a garantir a execução do *Programa da Chapa 3*.” (Doc. mimeo. *A CUT São Paulo apoia a Chapa 3*, 06/06/1984).

⁶⁰ A *Chapa 3* ficou assim constituída: *Diretoria Executiva*: Presidente- Durval de Carvalho (membro da Pastoral Operária; indústria Nery Machado e ex- funcionário da Cobrasma); Vice-presidente - Pedro R. da Silva (Comissão de Fábrica da Cobrasma, trabalhou na GE); Secretário Geral - José G. Reis (Mercedes Benz); Primeiro Secretário - Alcides P. Lopes (Baiano) (Balanças Campinas, trabalhou na Mercedes Benz, membro da Comissão Sindical do PT, delegado no Congresso de fundação da CUT); Segundo Secretário - Alcides C. Bianchi (Nishigushi/Indaiatuba, Coordenação Estadual da Pastoral Operária e de Campinas, presidente do PT/Indaiatuba); Primeiro Tesoureiro - Gerardo M. de Melo (Grupo de Fábrica da Singer Campinas, delegado no Congresso de fundação da CUT); Segundo Tesoureiro - João Luiz dos Santos (Clark, Associação dos Nordestinos de Campinas e Região); *Suplentes da Diretoria*: Arlindo Dutra da Silva (Mercedes Benz, Movimento de Bairros - Jd.Santa Lúcia); Jair Padovam (Cobrasma, membro da Comissão de Fábrica); Jair Vaz (Bendix); Carlos R. de Oliveria (Carlão) (Valbec/Valinhos, ex- Mercedes, Movimento dos desempregados/83); Vanilda A. Sabino (Strebras, delegada no Congresso de fundação da CUT, coordenação Estadual da JOC); Darci P. de Oliveira (Dako, CEB Jd. Campos Elísios); Sílvio A. de Souza (Justo e Cia/ Americana); *Conselho Fiscal*: Eliezer M. da Cunha (Monte d’Este, ex- funcionário da Bendix, coordenação da Pastoral Operária de Campinas); Osvaldo Padovan (Braseixos); Geraldo P. de Moraes (Macalé) (GE, ex funcionário da Clark, CEB Jd. São Vicente); *Suplentes do Conselho Fiscal*: Marco Antonio V. de Almeida (Asvotec/Monte Mor); Edvar C. da Silva (Grabber, CEB Jd. Campos Elísios); Maria Amélia B. de Paula (Grupo de Fábrica da Singer, delegada no Congresso de fundação da CUT, coordenação nacional da JOC); *Delegados na Federação*: José Carlos Faria (Nery Machado, ex- Bosch, delegado do Congresso de fundação da CUT, coordenação de Pastoral Operária de Campinas, suplente de vereador de Campinas pelo PT); Lucas Yamakawa (Stump Schuel); Leonildo F. da Silva (Léo) (Steel Brass, delegado no Congresso de fundação da CUT, Movimento de Bairro do Jd. Yeda, membro do PT); Edevaldo R. da Silva (Grupo de Fábrica da Cobrasma, diretório municipal do PT/ Nova Odessa). (Cf. Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Chapa 3, 05/06/1984).

⁶¹ “Em 84... deu para montar uma chapa distribuída estrategicamente em cada local de trabalho, cada empresa. A estratégia foi a seguinte: tinha que ter o cara que encabeçou a chapa a três anos atrás encabeçando a chapa outra vez (que era eu), porque isso criaria

posição com o grupamento trotskista ligado à corrente *O Trabalho* e trabalhadores *independentes*⁶².

A *Chapa 3* foi lançada oficialmente no dia 27 de maio de 1984 num evento bastante representativo, no “Teatro de Arena” de Campinas, contando com a presença de cerca de mil pessoas entre metalúrgicos da região e trabalhadores de outras categorias, além da presença de importantes lideranças do movimento sindical combativo que vieram apoiar o programa e o plano de lutas da chapa de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região⁶³.

uma referência para a categoria... tinha que ter algumas figuras como o Zé Carlos Faria que tinha tido experiência de outros anos... e ao mesmo tempo, nós tínhamos que ter pessoas de empresas grandes. Então a idéia de ter um cara da Mercedes Benz, da Singer, da Clark, da Cobrasma, da Bendix... Então nós fomos montando um esquema onde as grandes empresas deveriam ser cobertas... e fomos meio que deixando propositalmente a Bosch de fora (porque a Bosch era a fábrica do Cid, havia uma ojeriza na categoria contra a Bosch)... Não ter gente da Bosch era uma questão simbólica. Em primeiro lugar era difícil ter alguém da Bosch e segundo, nós começamos a nos perguntar se não seria tático não ter ninguém da Bosch. Por que? porque estava sendo criada uma terceira chapa, resultado dessa política de aliança com os pelegos e o PCdoB e a maioria era da Bosch. A Bosch era o símbolo da sustentação do peleguismo. Aí, nós transformamos uma coisa negativa que era o fato de não termos ninguém desta empresa, uma das maiores empresas da base, nós tornamos isso, uma coisa positiva” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁶² Referindo-se à formação da *Chapa 3*, disse este militante vinculado à Pastoral: “... em 84 estava na chapa um pessoal da Pastoral Operária, pessoal independente e... umas três ou quatro pessoas ligadas ao “Trabalho”. De 24, tinha 4 ligadas ao “Trabalho”... as outras 20 eram todas da Pastoral Operária. O núcleo principal era da Pastoral Operária... e portanto, era uma hegemonia de cristãos e pessoas que vieram pelas nossas mãos, vieram pelo contato nosso, nós é que acompanhávamos essas pessoas... Então, havia com isso uma hegemonia na chapa, de Pastoral Operária. (...) a Convergência Socialista não tinha ninguém na chapa, mas apoiava muito. (...) O pessoal d’O Trabalho queria negociar conosco para ter uma posição de destaque na chapa e nós dissemos que não, porque não tinham peso político para isso. Nós da Pastoral mantivemos a hegemonia na chapa também, tínhamos a presidência, a tesouraria e a secretaria geral.” (Depoimento de Durval de Carvalho).

⁶³ Compareceram ao lançamento da *Chapa 3*: José Luiz (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. José dos Campos); Lazineho (dos Metalúrgicos de Itu); Lula (presidente casado dos Metalúrgicos de São Bernardo); Hélio Bombardi (da Oposição Sindical Metalúr-

Dentro da linha que já havia sido adotada na eleição sindical anterior, o programa da *Chapa 3* se caracterizava neste ano de 1984 por contemplar um campo bastante amplo, trazendo propostas de “caráter geral” relacionadas com demandas trabalhistas econômicas e políticas⁶⁴, além de propostas de “caráter específico”, que diziam respeito às necessidades particulares dos metalúrgicos da região de Campinas⁶⁵.

gica de São Paulo); Luisinho (diretor cassado dos Bancários de São Paulo); Nilza (Sec. geral dos Químicos de São Paulo); Oliveira (representante da CUT estadual); deputados Djalma Bom, Expedito Soares e Anísio Batista; diretores dos Sindicatos de Campinas e Região: Petroleiros, Bancários, Professores, Trabalhadores nas Confecções, Apeoesp, Assistentes Sociais, Pró-Cut regional, Oposição dos Químicos e dos Têxteis (de Americana); representantes de Movimentos Populares, Pastorais e Partidos Políticos. (Cf. Boletim Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Chapa 3, 05/06/1984).

⁶⁴ As “lutas de caráter geral” propostas pela *Chapa 3*, relacionavam-se diretamente com as grandes bandeiras levantadas na fundação da CUT, as quais constituíam-se, de um lado, em “reivindicações de natureza política mais ampla” (Cf. Rodrigues, 1991: 34): 1. *Luta pela Reforma Agrária* (ampla e massiva, sob controle dos trabalhadores); 2. *Fim do Regime Militar* (com eleições livres e diretas já; e pela revogação da Lei de Segurança Nacional). De outro lado, constituíam-se reivindicações de natureza político-sindical: 1. *Luta contra o desemprego* (pela redução da jornada de trabalho para 40 hs. semanais; estabilidade no emprego; salário- desemprego); 2. *Contra o Arrocho Salarial* (pela escala móvel de salários; derrubada do decreto-lei 2.065; contra a política econômica do governo); 3. *Pela Liberdade e Autonomia Sindical* (fim do controle do Ministério do Trabalho; fim do imposto sindical; revogação da Lei de Greve); 4. *Pelo Fortalecimento da CUT* (apoio à construção da CUT nacional e ao seu Plano de Lutas; criação da CUT regional; organização da greve geral). (Cf. Boletim da Oposição Metalúrgica Sindical de Campinas e Região, *A luta continua*, Programa e Apresentação dos Componentes da Chapa 3, maio/1984).

⁶⁵ De acordo com o Programa da *Chapa 3* “A classe trabalhadora, como um todo, vive hoje condições de trabalho e de vida marcadas pela exploração e dominação impostas pelos patrões e pelo Governo. No entanto, existem no meio da nossa classe, problemas que são específicos de uma parcela dos trabalhadores. (...) Estas situações específicas exigem lutas específicas: 1. Fiscalização das Condições de Trabalho nas Fábricas; 2. Direitos dos Trabalhadores das Empreiteiras; 3. Melhoria da Formação Profissional da Categoria.” (Cf. Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Programa e Apresentação dos Componentes da Chapa 3, maio/1984).

No entanto, se pensado em relação às eleições anteriores, a grande diferença do programa da chapa da Oposição é que trazia uma *proposta clara e objetiva de resgate do Sindicato*, visando restituí-lo enquanto espaço da ação coletiva ou ainda, enquanto entidade de classe a serviço da organização e da luta dos trabalhadores. A partir disso, e dentro de uma perspectiva democrática de ação e luta sindical⁶⁶, o programa da *Chapa 3* definia meios e formas concretas para a viabilização da *organização da categoria*⁶⁷ e também de *administração do sindicato*⁶⁸.

⁶⁶ “O Sindicato não é só a Diretoria nem só o Presidente: o Sindicato são todos os companheiros metalúrgicos unidos, participando, se organizando. E é preciso criar condições para que isso seja realidade. Todas as decisões que digam respeito ao conjunto da categoria devem ser tomadas em assembleias abertas, amplamente convocadas nas fábricas e regiões. (...) Temos que criar formas para que o trabalhador participe ativamente da vida sindical. Além das assembleias constantes, temos que organizar departamentos, comissões... A democracia deve chegar também à Diretoria do Sindicato. Neste particular propomos: direção colegiada, não devendo existir diferença entre os suplentes e os efetivos: as decisões serão tomadas e encaminhadas coletivamente, por todos os companheiros da diretoria; presença constante dos diretores nas portas das fábricas; destituição dos diretores que não cumprirem o nosso programa...” (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Programa e Apresentação dos Componentes da Chapa 3, maio/1984).

⁶⁷ Nesse sentido as propostas eram as seguintes: 1. *Formação Sindical da categoria* (realização de um Congresso anual da categoria; promoção de cursos de formação sindical; promoção de filmes, debates e atividades culturais; criação de uma imprensa sindical com participação dos trabalhadores); 2. *Organização a partir das fábricas* (incentivo à constituição de grupos de fábrica, luta pela criação e reconhecimento das comissões de fábrica; garantia de eleição democrática das comissões nas empresas e que seus membros gozem de estabilidade, assim como tenha autonomia da empresa, do Ministério do Trabalho e do próprio Sindicato; formação de inter-fábricas; criação de um fundo de greve da categoria); 3. *Organização nas Regiões* (estruturar e dinamizar as sub-sedes existentes; criar novas sub-sedes; melhorar serviços prestados e promover atividades culturais e de formação). (Cf. Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Programa e Apresentação dos Componentes da Chapa 3, maio/1984).

⁶⁸ As propostas dadas eram: 1. *Democratizar o Sindicato* (assembleias abertas, amplamente convocadas; Comissão Salarial para as Campanhas; organização de Departamentos e Comissões- cultura, esporte, lazer, imprensa; direção colegiada; destituição de diretores que não cumprirem o programa); 2. *Restabelecer a ordem nas finanças do Sindicato*

Seu programa expressava a melhor estruturação do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas que, efetivado no interior das lutas da categoria e ocupando espaços do próprio sindicato, inseria-se enquanto grupo organizado e com um projeto de direção político-sindical alternativo claramente delineado. A sua maior visibilidade evidenciava-se pela conjunção de uma série de fatores inscritos na conjuntura sindical e na conjuntura política (permeada por um grande debate nacional) que associados às particularidades da organização e da luta dos metalúrgicos de Campinas nos últimos anos, possibilitaram às propostas da Oposição adquirirem maior concretude no interior da categoria, sendo com isso reconhecidas e identificadas enquanto propostas viáveis de direção para o Sindicato.

Além das duas chapas de oposição concorreu ainda, a *Chapa 1* da situação, encabeçada por Cid Ferreira de Souza, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região⁶⁹.

Ao final do pleito a *Chapa 3* da Oposição Sindical saíria vitoriosa, sendo eleita pela maioria absoluta da categoria com ampla margem de votos,

(moralização das finanças; sindicância; acabar com mordomias dos diretores; baratear mensalidades; assembléias amplas para discussão, definição e prestação de contas); 3. *Melhorar os Serviços Prestados* (moralização do uso da Colônia de Férias; melhoria e dinamização do Depto. Jurídico; melhoria do atendimento médico e dentário; promoção de política justa para os funcionários). (In Boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região, *A luta continua*, Programa e Apresentação dos Componentes da Chapa 3, maio/1984).

⁶⁹ Não temos praticamente nenhum material a respeito da *Chapa 1*. A sua composição era a seguinte: *Diretoria*: Cid Ferreira de Souza, Juracy Lustosa Nogueira, Sergio Bargamaschi, Wilson Campanholi, Pedro P. Barbosa, Osvaldo Loschi, Marco Antonio Borges; *Suplentes da diretoria*: Ruy Pereira, Roberto A. Dias, Paulo A. Pinto, Jonas de Souza, Celino Montecino, Azor F. Borges, Waldomiro Braz. *Conselho Fiscal*: Jardino Gaiola, Nelson Perugini, Luiz Doratioto; *Delegados na Federação*: Raimundo N. Jacobina, Nelson S. Carvalho (In Cédula Oficial da Eleição Sindical Metalúrgica/ 1984 - Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região).

constituindo-se na escolha e na vitória *de um projeto político-sindical alternativo* que havia se consolidado no interior do movimento sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas⁷⁰.

A eleição e a conquista do Sindicato por uma direção comprometida com a construção da CUT e com um sindicalismo *autêntico*, combativo e de base, demarcavam um outro momento que iniciava-se para esta categoria. A partir de agora, estava dada a possibilidade de efetivação de um novo projeto de direção político-sindical e de uma nova proposta sindical, viabilizadores da redemocratização do Sindicato, do resgate de sua função de instrumento de representação e negociação coletiva e do reencontro do sindicato com suas bases e que, na medida em que fosse posta em prática, poderia imprimir ao Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região um novo dinamismo.

Inaugurava-se uma nova fase a partir da categoria metalúrgica, que viria contribuir significativamente no sentido de efetivar mudanças no sindicalismo e nas formas de organização dos trabalhadores da região de Campinas, ao mesmo tempo que se conformava e fortalecia um pólo combativo no interior do estado de São Paulo, com condições efetivas de interferir nos processos gerais do sindicalismo brasileiro.

⁷⁰ As eleições aconteceram entre os dias 02 e 05 de julho de 1984 e nela concorreram a *Chapa 1* da situação, a *Chapa 2 Força Metalúrgica* formada por militantes do PCdoB e dissidentes da direção sindical e a *Chapa 3 A Luta Continua* da Oposição Sindical, apoiada pela CUT. Não temos nenhum material a respeito de como transcorreram as eleições sindicais metalúrgica deste ano. O resultado final do pleito foi: *Chapa 1*: (2.945 votos); *Chapa 2*: (1.871 votos); *Chapa 3*: (7.743 votos); votos brancos: (123); nulos: (249). (Cf. Doc. mimeo. da Oposição Metalúrgica Sindical de Campinas e Região *Eleições 84 - escrutínio*; Correio Popular: Edital de resultados, 21/06/1984).

CONCLUSÃO

No interior de uma conjuntura marcada pelo aprofundamento da crise econômica e pelo rearranjo político que buscava a estabilização da ordem, agudas transformações aconteceram no universo do mundo do trabalho - na sua forma de ser e de seus organismos de representação - no período aqui tratado. A organização social, popular e sindical emergia em meio à novas experiências que rompiam com as práticas políticas estabelecidas, tornando explícita a conflituosidade da convivência entre velhas estruturas e novas formas de ação, determinando com isso as grandes clivagens e tendências no interior da reorganização dos trabalhadores e da rearticulação sindical no final da década de 70 e início de 80. Esse processo caracterizou-se por intensas discussões políticas que acabaram por desencadear o nascimento de um partido dos trabalhadores e de duas centrais sindicais. Fruto do encontro e do desencontro de diferentes formas de ação e concepção, que traziam em seu interior a riqueza da pluralidade política e ideológica, configurava-se uma nova organização político-sindical.

A partir desse contexto analisamos as experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas e região, compreendidas enquanto processo de desestruturação e reestruturação dos espaços onde aconteciam as práticas coletivas. Tomamos como ponto de partida para pensar a constituição destes trabalhadores em sua organização, a idéia de que a classe social é uma formação tanto econômica quanto cultural (Thompson,1987), política e ideo-

lógica, que acontece enquanto processo ativo no interior de experiências comuns e de contextos reais, e nesse sentido procuramos apreender as *particularidades* dessas experiências elucidando o tempo, o espaço e os acontecimentos em torno dos quais foram se formando.

A diversidade nelas inscrita - marcada por formas de ação portadoras de valores e tradições as mais variadas e pela convivência conflituosa entre os grupamentos que as compunham - desafiava qualquer possibilidade de estabelecer generalizações. Realizou-se dessa forma um esforço procurando reativar as práticas que as instituíram, assim como os espaços sociais e políticos onde germinaram e se desenvolveram.

No interior de um processo maior caracterizado pela expansão do capital, pela forte industrialização e crescente urbanização, os processos de mudanças ocorridos neste período não existiram apenas como puros dados materiais, mas foram condições vividas, possibilitadas portanto, pelas transformações do ponto de vista da materialidade e da subjetividade ocorridas com os trabalhadores. A partir disso, as experiências comuns dos metalúrgicos da Região de Campinas foram ganhando sentido e se transformando em práticas coletivas através das quais eles puderam se reconhecer e articular os seus interesses.

Lugar possível para a atuação operária, o bairro transformou-se neste processo em um espaço onde as várias dimensões da vida cotidiana - o trabalho, a fábrica, a moradia - confluíam e ganhavam conteúdo político, transformando-se no ponto de encontro entre o movimento social e o movimento dos trabalhadores que buscava se reorganizar. A possibilidade de encontro nos bairros ancorou-se em grande medida nos pequenos núcleos formados nos espaços da Igreja, possibilitando a articulação de uma identidade comum e

abrindo caminhos para o germinar de uma ação coletiva. No caso de Campinas, os núcleos de trabalhadores vinculados à Igreja através da Pastoral Operária, acabaram sendo decisivos na rearticulação do movimento sindical da região, a partir do final da década de 70, especialmente na categoria metalúrgica e de forma significativa na construção do Movimento de Oposição Sindical.

A experiência de construção do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgico de Campinas foi marcada pela diversidade conflituosa entre os diferentes grupamentos que dela participavam, refletindo as tensões provocadas pela persistência de concepções e formas de ação político-sindicais e pelo aparecimento de impulsos inovadores nesse sentido. Havia dentro desta diversidade muitas dificuldades para se estabelecer consenso e acordos, ao mesmo tempo que no espaço de luta criado, o entrecruzamento de experiências possibilitou a proposição de uma série de elementos para o debate político-sindical e a emergência de um processo de assimilação e reelaboração das diferentes práticas e estratégias, que permitiram orientar (re)definições nas concepções e nos projetos dos diferentes grupos, evidenciando-se além disso, em seu interior, os limites das velhas práticas da diretoria acomodada e de alguns setores da esquerda que possuíam uma postura favorável ao estabelecimento de alianças com tal diretoria.

No entanto, até mesmo pelas existências de divergências internas ao Movimento e o debate que isso propiciou, novos conceitos e reivindicações foram sendo introduzidos e acabaram por ganhar concretude na categoria, como por exemplo a necessidade da luta por um sindicato autônomo, democrático, voltado para as suas bases e organizado no interior das fábricas, remetendo esta discussão à uma questão mais ampla e fundamental, que dizia res-

peito ao próprio sindicato e o papel que deveria exercer naquele momento. Esta discussão inseria-se em um amplo debate no interior do cenário político-wazzu sindical brasileiro, marcado pelo (des) encontro de várias experiências que por vezes se aproximavam, por vezes se anulavam, dentro de uma perspectiva de redefinições dos projetos e que se tornou um rico momento para o avanço da reflexão acerca do papel dos sindicatos, e da discussão política e ideológica sobre os rumos do movimento sindical brasileiro, assim como das principais questões relativas à sua organização e representatividade.

Nesse sentido, também as *Oposições Sindicais* passaram a realizar uma discussão a nível nacional, na tentativa de articularem-se melhor enquanto corrente dotada de propostas e características próprias, buscando inclusive elaborar teoricamente as diferentes práticas locais das várias Oposições. Tratava-se da afirmação de sua identidade no sentido de traçar com maior clareza seu perfil ideológico, cultural e político junto ao movimento mais amplo, para assim inserir-se no debate sindical com uma concepção mais elaborada e uma proposta melhor definida de atuação no meio operário.

Essa discussão desenvolvida num nível mais amplo, aliada às experiências locais vividas por trabalhadores metalúrgicos de Campinas nos últimos anos, viria fomentar um processo de reflexão no interior da categoria, que passaria a partir daí a ser alimentada pelo debate nacional. A Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas, no interior dessa discussão, firmava a sua identidade ao mesmo tempo que consolidava no seu interior um projeto de direção para a categoria, conformando e fortalecendo a partir disso, um pólo do sindicalismo combativo na região.

Na particularidade dessa experiência evidenciavam-se cada vez mais os limites de uma concepção e de um tipo de ação político-sindical, seu desgaste

e obsolescência, ao passo que a Oposição consolidava-se enquanto alternativa de direção para os metalúrgicos da região, transformando-se em canal de expressão para o descontentamento da categoria.

Com a eleição da Oposição criava-se a possibilidade de efetivação de uma proposta e de um projeto de direção político-sindical viabilizadores, entre outras coisas, da redemocratização do Sindicato e do reencontro com suas bases, e que na medida em que fosse posta em prática poderia imprimir um novo dinamismo neste órgão de representação, e também nas formas de organização dos trabalhadores metalúrgicos e de outras categorias da região. Ao mesmo tempo, ganhava força a concepção sindical da corrente das Oposições no interior do pólo combativo, na medida em que conquistava-se o maior e mais importante sindicato da região, de expressão nacional, com condições efetivas para participar e interferir a partir de então, nos processos gerais do sindicalismo cutista a nível local, regional e nacional.

Entrevistados

Cid Ferreira de Souza - Nascido em Limeira (), em 07 de maio de 1938. Trabalhou na Bosch, foi dirigente sindical de 1972 a 1984 e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região de 1974 a 1984. Atualmente é líder do PFL na Câmara Municipal de Campinas e presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas Metalúrgicos e outras Categorias de Campinas. Entrevista realizada por Magali Possan em 16/11/1995.

Durval A. de Carvalho - Nascido em Frei Gaspar (MG), em 05 de abril de 1959. Trabalhou na Cobrasma, participou na década de 70 nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e na Pastoral da Juventude na cidade de Campinas. Membro da Pastoral Operária (PO) desde 1978, participou da Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região a partir de 1979, encabeçando a chapa de Oposição nos anos de 81 e 84. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da região de Campinas entre os anos de 1984 a 1990, sendo atualmente diretor. Em 1991 ocupou o cargo de Secretário de Política Sindical na CUT nacional e entre 92/94 foi vice-presidente desta entidade. É filiado ao Partido dos Trabalhadores e no interior da CUT, vincula-se hoje à corrente A.S.S. (Alternativa Sindical Socialista). Entrevista realizada por Magali Possan em 05/12/1995.

Leonildo Ferreira da Silva (Léo) - Nascido em Garça (SP), em 24 de junho de 1955, trabalha atualmente como metalúrgico; participou na década de 70 e 80 da corrente política "O Trabalho" e, atualmente é filiado ao Partido dos Trabalhadores onde faz parte da corrente interna "Força Socialista"; foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região de 1984 a 1993. Na CUT, vincula-se atualmente à corrente interna A.S.S. (Alternativa Sindical Socialista). Entrevista realizada por Magali Possan em 05/12/1995.

Lise Roy - Agente de pastoral, leiga, participou desde a formação da Pastoral Operária a partir de meados dos anos 70, estando na sua coordenação nos anos de 1981/85. Entrevista realizada por Márcia R. Pechulla em junho SP de 1992.

Manuel Dantas de Alcantra (Mané) - Trabalhou na Bosch, encabeçou a primeira Chapa de Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas em 1978. Depoimento transcrito da entrevista concedida em 30/08/89 ao Setor de Documentação do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região, gravada em vídeo.

Mário Martins de Lima (Bigode) - Nasceu em Ponte Nova (MG), em 17 de novembro de 1952. Trabalhou na Mercedes Benz e atualmente é funcionário público; participou na década de 70 e 80 da corrente política “O Trabalho”, atuando no movimento sindical desde 1973, acompanhando em 78 o trabalho da primeira chapa de Oposição Metalúrgica; é filiado ao Partido dos Trabalhadores. Entrevista realizada por Magali Possan em 14/12/1995.

Sérgio Murilo B. de Araujo - Trabalhou na Bosch, participou da Juventude Operária Católica (JOC) nos anos 70, foi membro da primeira Chapa de Oposição em Sindical Metalúrgica de Campinas e Região em 1978 (como vice-presidente). Depoimento transcrito de uma avaliação realizada pela Pastoral Operária de Campinas em 04/10/1981.

Terence Hill - Agente de pastoral, religioso, trabalhou na formação inicial da Pastoral Operária de Campinas e esteve à sua frente, enquanto assessor, no período que vai de 1973 a 1980. Entrevista realizada por Márcia R. Pechulla em agosto de 1991.

Valdemir José Martinhago (Capeta) - Nasceu em Crisciúma (SC), em 19 de julho de 1950. Participou da Juventude Operária Católica em Campinas nos anos 70; é militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde 1978 e, foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região de 1993 a 1996, vinculado à corrente interna à CUT : Corrente Sindical Clasista. Entrevista realizada por Magali Possan em 04/12/1995.

Walfrides Praxedes (Pe.) - Foi coordenador da Comissão Arquidiocesana da Pastoral Operária de Campinas no período de 1980/83. Entrevista realizada por Márcia R. Pechulla em agosto de 1991.

* Agradeço à Márcia R. Pechulla por ter cedido gentilmente suas entrevistas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (1975). "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas", in *Debate e Crítica*, n.6, julho, São Paulo, Hucitec.
- _____ (1984). "O Sindicalismo Brasileiro, Entre a Conservação e a Mudança", in *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, Almeida, M. H. T de & Sorj, B. (org.), São Paulo, Brasiliense.
- ANTUNES, Ricardo & NOGUEIRA, Arnaldo (1981). *O Que São Comissões de Fábrica*, São Paulo, Brasiliense.
- ANTUNES, Ricardo (1985). *Crise e Poder*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, Coleção Polêmicas do Nosso Tempo 11, 2a. edição.
- _____ (1988). *A Rebeldia do Trabalho (O Confronto Operário no ABC Paulista - 1978/1980)*, São Paulo/ Campinas - SP, Ed. Ensaio/Ed. da Unicamp.
- _____ (1995). *O Novo Sindicalismo no Brasil*, Campinas - SP, Pontes, 2a. edição.
- BENEDETTI, Luiz R. (1988). *Templo, Praça e Coração: A Articulação do Campo Religioso Católico*, tese de doutoramento, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.
- BERBEL, Márcia R. (1991). *Partido dos Trabalhadores: / Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978 - 1980)*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.
- BOITO Jr. , Armando (1991). *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*, Campinas/ São Paulo, Ed. da Unicamp/ Hucitec.

- BOSI, Ecléa (1981). *Cultura de Massa e Cultura Popular - Leituras Operárias*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- _____ (1979). “Os Espaços da Memória - Memória Política”, in *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, Cap.IV, ítem 4, pp. 355/385.
- BRANDÃO, Carlos R. (1988). “Ser católico: dimensões brasileiras - um estudo sobre a atribuição através da religião”, in *Brasil & EUA - Religião e Identidade Nacional*, Viola Sachs [et al], Rio de Janeiro, Ed. Graal, pp. 27/58.
- BRUNEAU, Thomas (1987). “O Papel da Igreja na Transição Brasileira”, in *Dados Revista de Ciências Sociais*, vol. 30, n. 1, pp. 2942, Rio de Janeiro.
- CALDEIRA, Teresa (1991). “Memória e Relato: A Escuta do Outro”, in *Revista do Arquivo Municipal (Memória e Ação Cultural)*, São Paulo, Depto. de Patrimônio Histórico, vol. 200, pp. 65/76.
- CARA-A-CARA (1978). *Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias*, Campinas, ano I, n. 2, jul/dez.
- CHASIN, J. (1980). “As Máquinas Param: Germina a Democracia”, in *Revista Ensaio*, n. 07, São Paulo, Ed. Escrita.
- CHAUÍ, Marilena de S. (1989). “O Discurso Competente”, in *Cultura e Democracia*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 03/14.
- CEDI (1986). *Trabalhadores Urbanos no Brasil / 82-84*, Aconteceu Especial, n. 16, outubro.
- COMIN, Álvaro A. (1994). “A Experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil”, in *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudanças no Final do Século*, vários autores, Cesit/Unicamp, São Paulo, Ed. Scritta, 359/401.
- DAGNINO, Evelina (org.) (1994). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.

- ENGELS, Federico (1981). *La Situacion de la Clase Obrera en Inglaterra*, in *ENGELS - ESCRITOS DE JUVENTUDE, Obras Fundamentales Marx e Engels*, n. 2, Fondo de Cultura Económica, México.
- ERICKSON, Kanneth P. (1979). *O Sindicalismo no Processo Político no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- FARIA, Hamilton J. B. de (1986). *A Experiência Operária nos Anos de Resistência - A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário - 1964/1978*, dissertação de mestrado, São Paulo, PUC- SP, 2 vol, mimeo.
- FERNANDES, Florestan (1982). *A Ditadura em Questão*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor.
- FERRARO, Benedito [et al] (1985). *Igreja e Classe Operária em Campinas. Estudo a Partir da Experiência das Oposições Sindicais - 1975/1985*, Campinas, setembro, mimeo.
- FREDERICO, Celso (1978). *A Consciência Operária no Brasil*, São Paulo, Ed. Ática.
- _____ (1979). *A Vanguarda Operária*, Coleção Ensaio e Memória - 24, São Paulo, Ed. Símbolo.
- GIANNOTTI, Vito (1988). *Reconstruindo Nossa História (100 Anos de Luta Operária)*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- GODINHO, Maurício (1981). "As mudanças no sindicalismo brasileiro e o problema do assistencialismo", in *Cadernos do CEAS*, n. 72, março/abril, pp. 08/17.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz A. (1980). "Movimentos Populares, Igreja e Política", in *Revista Proposta*, n. 15, dezembro.
- GÓMEZ DE SOUZA, Isabel R. de O. (1988). *Trabalho e Política - As Origens do Partido dos Trabalhadores*, Petrópolis, Ed. Vozes.

- GRAMSCI, Antonio (1968). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1976). *Democracia Operária-Partidos, Sindicatos e Conselhos*, Coimbra, Centelha.
- _____ (1977). "Religion y Política", in *Pasado y Presente*, Espanha, Ed. Barcelona, p. 206.
- _____ (1978). *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- HALL, Michael M. (1991). "História Oral: os riscos da inocência", in *O Direito à Memória (Patrimônio Histórico e Cidadania)*, São Paulo, DPH, pp. 157/ 160.
- HARNECKER, Marta (1994). *O Sonho Era Possível - a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas*, São Paulo, MEPLA/ Casa América Livre.
- HELLER, Agnes (1977). *Sociologia de la Vida Cotidiana*, Barcelona, Ed. Península.
- _____ (1989). *O Cotidiano e a História*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- HOBBSBAWM, Eric J. (1981). *Os Trabalhadores*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- _____ (1988). *Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- HUMPHREY, J. (1982). *Fazendo o "milagre", Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- IANNI, Otávio (1980). *O ABC da Classe Operária*, São Paulo, Ed. Hucitec.
- KRISCHKE, Paulo (1986). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição 1974 / 1985*, Porto Alegre, L&PM/ Cedec.

- LACLAU, Ernesto (1986). "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade Social", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2.
- LENHARO, Alcir (1989). "Sacralização da Política", in *Sacralização da Política*, Campinas, Papirus /Ed. da Unicamp, cap. 6, pp. 169/197.
- LESBAUPIN, Ivo (1983). *Igreja, Movimentos Populares e Política no Brasil - 1916/1985*, São Paulo, Ed. Loyola.
- LOSOVSKI, A. (1975). *Marx e os Sindicatos*, Antologia, Lisboa, Ed. Maria da Fonte.
- LUXEMBURGO, Rosa de (s/d). *O Socialismo e as Igrejas*, mimeo.
- MADURO, Otto (1980). *Religião e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- MAINWARING, Scott (1989). *Igreja Católica e Política no Brasil - 1916/1985*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- MANFREDI, Silvia M. (1994). "Educação Sindical no Brasil nas Décadas de Setenta e Oitenta (A Construção de um Modelo Próprio)", in *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudanças no Final do Século*, vários autores, Cesit/Unicamp, São Paulo, Ed. Scritta, pp. 289/322.
- _____ (1984). *Educação Sindical entre o conformismo e a crítica*, São Paulo, Ed. Loyola, Coleção Educação Popular n.6.
- MARONI, Amnérís (1982). *A Estratégia da Recusa*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- MARTINS, Heloísa H. T. de Souza (1980). "A Igreja na Greve dos Metalúrgicos", in *Religião e Sociedade*, n. 6, pp. 07/68.
- _____ (1986). *Igreja e Movimento Operário no ABC - 1954/1975*, tese de doutoramento, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.

- MARX, K. & Engels, F. (1976). *Sobre a Religião*, Lisboa, Edições 70.
- _____ (1979). “Teses Sobre Feuerbach”; “A Oposição entre a Concepção Materialista e a Idealista”, in *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.
- _____ (1980). *Sindicalismo - Marx & Engels*, Coleção Polêmicas Operárias: Sindicatos, São Paulo, CHED Editorial.
- MARX, Karl (1980wazzu). “ Questionário Sobre a Situação Operária na França”, in *Marx*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.1, Ianni, O. (org.), São Paulo, Ed. Ática, pp. 133/141.
- _____ (1980). “Prefácio” e “Posfácio” da Contribuição à Crítica da Economia Política, in *Marx*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.1, Ianni, O. (org.), São Paulo, Ed. Ática, pp. 82/83; 62/73.
- MOISÉS, José Álvaro (1982a). “A Emergência do Novo Sindicalismo”, in *Lições de Liberdade e Opressão*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, pp. 81/197.
- _____ (1982b). “Problemas Atuais do Movimento Operário”, in Krischke, P. (org.), *Brasil do “milagre” a “abertura”*, São Paulo, Ed. Cortez, pp. 53/81.
- MONTENEGRO, Antonio T. (1992). “Manual do Entrevistador de História Oral”, in *História Oral e Memória*, São Paulo, Cortez Editora, pp. 149/152.
- MOREIRA ALVES, Márcio (1979). *A Igreja e a Política no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasileira.
- MOREIRA ALVES, Ma. Helena (1984). *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- NEGRI, Barjas & CANO, Wilson (1987). *A Interiorização da Indústria Paulista nos Anos 70*, Campinas, Unicamp, I.E ., mimeo.

- NEGRI, Barjas (1993). “A Interiorização da Indústria Paulista”, in Cano, W. (org.), *Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo*, Fundação SEADE, vol. 2.
- NOGUEIRA, Arnaldo (1990). *A Modernização Conservadora no Sindicalismo Brasileiro: A Experiência dos Metalúrgicos de São Paulo - 1978/1983*, dissertação de mestrado, Campinas - SP, Unicamp, IFCH, mimeo.
- NORONHA, Eduardo G. (1991). “A Explosão das greves na década de 80”, in Boito Jr., A. *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, pp. 93/136.
- _____ (1995). “Greves e Estratégias Sindicais no Brasil”, in *O Mundo do Trabalho - Crise e Mudança no final do Século*, vários autores, Cesit/Unicamp, São Paulo, Ed. Scritta, pp. 324/357.
- OLIVEIRA, Celina G. (1995). *A Gênese da CUT: Oposição Sindical (e Novo Sindicalismo) na Construção da Central*, dissertação de mestrado, Campinas - SP, Unicamp, IFCH, mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco (1977). *A Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- OLIVEIRA, Marco A. de (1994). “Avanços e Limites do Sindicalismo Recente”, in *O mundo do Trabalho - Crise e mudança no Final do Século*, vários autores, Cesit/Unicamp, São Paulo, Ed. Scritta.
- ORLANDI, Eni P. (1983). *A Linguagem e Seu Funcionamento - O Discurso Religioso*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- PAIVA, Vanilda (1985). “A Igreja Moderna no Brasil”, in Paiva, V. (org.), *Igreja e Questão Agrária*, São Paulo, Ed. Loyola, pp. 52/67.
- PAOLI, Maria Célia [et al] (1984). “Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, n. 6.

- PASSOS, Mauro (1991). *A Classe Trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica (a ponta de uma memória)*, São Paulo, Ed. Loyola.
- PECHULA, Márcia R. (1995). *A Tensão Entre o Religioso e o Político - a Relação da Igreja com a Modernidade na Trajetória da Pastoral Operária de Campinas*, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, F.E., mimeo.
- PEREIRA QUEIROZ, Ma. Isaura (1983). *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*, São Paulo, USP, CERU/FFLCH, Coleção Textos n. 4.
- _____ (1987). "Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível", in *Ensaaios - Ciência e Cultura*, n. 39 (3), março, São Paulo, USP, FFLCH.
- PETRINI, J. Carlos (1984). *CEB's: um novo Sujeito Popular*, São Paulo, Paz e Terra.
- POLLAK, Michael (1989). "Memória, Esquecimento, Silêncio", in *Estudos Históricos*, n. 3, São Paulo, Edições Vértice, pp. 03/15.
- PORTELLI, Hugues (1990). *Os Socialismos no Discurso Social Católico*, São Paulo, Ed. Paulinas.
- RODRIGUES, Iram J. (1993). *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.
- _____ (1993). *Perspectivas do Sindicalismo - CUT*, trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro, mimeo.
- RODRIGUES, Leôncio M. (1979). "Tendências Futuras do Sindicalismo Brasileiro", *Revista de Administração de Empresas*, FGV, vol.19, n. 4, out/nov.
- _____ (1990). *CUT: os Militantes e a Ideologia*, São Paulo, Ed. Paz e Terra.

- _____ (1991). “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, in Boito Jr., A. (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, pp. 11/42.
- RODRIGUES, Leôncio M. & Cardoso, A. M. (1993). *Força Sindical: Uma Análise Sócio-Política*, São Paulo, Ed. Paz e Terra.
- ROSSI, Waldemar (1988). *Sobre Divergências no Interior da CUT*, São Paulo, mimeo.
- SADER, Eder (1988). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo - 1970/1980*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. J. (org.) (1987). *Uma Revolução no Cotidiano: os Novos Movimentos Sociais*, São Paulo, Ed. Brasiliense.
- SEMEGHINI, Ulysses C. (1991). *Do Café à Indústria - Uma Cidade e Seu Tempo*, Campinas - SP, Ed. da Unicamp.
- SINGER, Paul (1977). *A Crise do Milagre*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- TANGERINO, Márcio R. P. (1991). *Religião e Política na Crise da Igreja Popular*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.
- TELLES, Vera S. & Sader, E. (1982). “Entre a Fábrica e o Sindicato (os desafios da Oposição Metalúrgica de São Paulo)”, *Revista Desvios*, ano I, n. 1, São Paulo, pp. 29/45.
- TELLES, Vera S. (1984). *A Experiência de Autoritarismo e Práticas Instituintes - Os Movimentos Sociais em São Paulo nos Anos 70*, dissertação de mestrado, São Paulo, USP, FFLCH, mimeo.
- _____ (1994). “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos”, in Kowarick, L. (org.), *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, Passado e Presente*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, pp. 217/249.

- THIOLLENT, Michel J. M. (1981). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*, Coleção Teoria e História 6, São Paulo, Ed. Polis.
- THOMPSON, Edward P. (1984). *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase*, Barcelona, Ed. Crítica - Grijalbo.
- _____ (1987). *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 3 vol.
- THOMPSON, Paul (1978). "Problemi de metodo nella storia orale", in Passerini, L. (org.), *Storia Orale - Vita Quotidiana e Cultura Materiale delle classi Subalterni*, Torino, Rosenberg & Sellier, pp. 31/67.
- TRASFERETTI, José A. (1987). *Deus da Vida - Vida do Povo (A Espiritualidade dos Militantes da Assembléia do Povo)*, diss. de mestrado, São Paulo, Faculdade de Teologia Na. Sa. da Assunção.

OUTRAS FONTES

- ATAS* do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (1978/1980)
- BOLETINS* da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de Campinas e Região (1978/1984)
- CAMPINAS:* Cidade Industrial e Diagnóstico do Município, EMDEC, (1977)
- CONCLAT/81*, História e Questões, São Paulo, FASE, agosto (1981)
- CONGRESSO* (1o.) da Oposição Metalúrgica de São Paulo(24/25 de março), Teses Aprovadas, CPV, São Paulo, (1979)
- CONGRESSO* dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Revista do 3o. Congresso, edição especial, março (1990)
- COMPANHEIRO* (Jornal), "Oposição e Unidade Sindical", São Paulo, Ed. Avante, dez. (1979)
- DIEESE* - Perfil Econômico de Campinas e Região, Cadernos do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (s/d)
- DOCUMENTO* de Monlevade, mimeo. (1980)
- DOCUMENTO* de São Bernardo, mimeo. (1980)
- DOCUMENTO* de Vitória, mimeo. (1981)
- DOCUMENTO* do Encontro das Oposições Sindicais, mimeo. (1980)
- DOSSIÊ* - A Oposição Sindical Metalúrgica de Campinas e Região - das Eleições de 1978 às Eleições de 1981, Centro de Documentação e Comunicação da Arquidiocese de Campinas, out. (1982)
- GANCHO (O)* - Boletim Informativo da Pastoral Operária de Campinas (1979/1984)

ESTRUTURA Industrial da Sub-região de Campinas, CTAE, Unicamp, mimeo., (1977)

IGREJA e os Trabalhadores (A), Secretariado Nacional de Pastoral Operária, São Paulo, Ed. Loyola, (1991)

MEMÓRIA e Ação (a luta não começou hoje: 5 anos de um novo sindicato - 1984/1989), Depto. de Formação Sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (1989)

METALÚRGICO (o), Órgão do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Campinas e Região, números avulsos até 1984.

OPOSIÇÃO Sindical, “Nas raízes da democracia operária (a história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo), Cadernos do Trabalhador, Urplan/ Puc, São Paulo, maio, (1982)

QUESTÃO (A) da Unidade da Oposição Sindical, Grupo de militantes da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, São Paulo, março, (1979)

REVISTA dos Metalúrgicos, n.1, ano I, Campinas, outubro/1994.

TRIBUNA (A) - Boletim Pastoral da Arquidiocese de Campinas (v.n.)

JORNAIS:

Alternativos:

EM TEMPO, Semanário Nacional (avulsos)

JORNAL HOJE, Campinas (avulsos)

JORNAL MARCHA, Campinas, (1978)

REPÓRTER DA REGIÃO, Campinas, (1978/1979)

TRIBUNA OPERÁRIA (avulsos)

Grande Imprensa:

CORREIO POPULAR, Campinas (1978/1982)

DIÁRIO DO POVO, Campinas (1978/1982)

FOLHA DE SÃO PAULO (1980/1984)